



# MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

## SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA - SIH





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA - SIH**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

## **DO EXERCÍCIO DE 2017**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017 APRESENTADO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL A QUE ESTA UNIDADE ESTÁ OBRIGADA NOS TERMOS DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA IN TCU Nº 63/2010, A DN TCU Nº 161/2017, A DN TCU Nº 163/2017 E A PORTARIA TCU Nº 65/2018.**

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA**

**Brasília-DF / 2018**

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

### **SIH - Secretaria de Infraestrutura Hídrica**

- CGGAD – Coordenação Geral de Gestão Administrativa
- CGAIN – Coordenação Geral de Acompanhamento Institucional

### **DOH - Departamento de Obras Hídricas**

- CGAPR - Coordenação Geral de Análise de Projetos
- CGSOB - Coordenação Geral de Supervisão de Obras
- CGAAC - Coordenação Geral de Acompanhamento de Acordos e Convênios

### **DPE - Departamento de Projetos Estratégicos**

- CGEES – Coordenação Geral de Engenharia e Estudos
- CGPAM – Coordenação Geral de Programas Ambientais
- CGAOF – Coordenação Geral de Acompanhamento de Obras e Fiscalização
- CGAOH – Coordenação Geral de Arranjos Institucionais de Obras Hídricas

**ADA** - rea Diretamente Afetada

**AID** - rea de Influência Direta

**ASCOM** - Assessoria de Comunicação

**CAC** - Cinturão da águas do Ceará

**CCT** - Sistema de Transmissão

**CERTO** - Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica

**CFC** - Conselho Federal de Contabilidade

**CGCONV** - Coordenação Geral de Convênios

**CGU** - Controladoria Geral da União

**CHESF** - Companhia Hidroelétrica do São Francisco

**CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**CODEVASF** - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba

**CONDESAUD** - Consultar Desequilíbrio de Equação de Auditor

**CONJUR** - Consultoria Jurídica

**CPL** - Comissão Permanente de Licitação

**DDG** - Discagem Direta Gratuita

**DN** - Decisão Normativa

**DNOCS** - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

**DOU** - Diário Oficial da União

**EP** - Escritório de Processos

**ETA** - Estação de Tratamento de gua

**EVTEA** - Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental

**Fumdam** - Fundação Museu do Homem Americano

**FUNASA** - Fundação Nacional de Saúde  
**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente  
**IDC** - Indicadores de Custos  
**IN** - Instrução Normativa  
**Inapas** - Instituto Nacional de Arqueologia, Paleontologia e Ambiente do Semi Árido  
**IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
**LAI** - Lei de Acesso à Informação  
**LI** - Licença de Instalação  
**LOA** - Lei Orçamentária Anual  
**MI** - Ministério da Integração  
**MP** - Ministério Público  
**MP** - Ministério Público  
**NBC** - Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada  
**OFSS** - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
**OGU** - Ouvidoria Geral da União  
**PAC** - Programa de Aceleração do Crescimento  
**PAPI** - Programa de Apoio aos Povos Indígenas  
**PBA** - Plano Básico Ambiental  
**PC** - Prestação de Contas  
**PCPR** - Prestação de Contas do Presidente da República  
**PDTI** - Plano Diretor de Tecnologia da Informação  
**PETI** - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação  
**PGPE** - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo  
**PISF** - Projeto de Integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional  
**PNDR** - Política Nacional de Desenvolvimento Regional  
**PPA** - Plano Pluri Anual  
**RAP** - Restos a Pagar  
**RDC** - Regime Diferenciado de Contratação  
**SARA//PE** - Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária de Pernambuco  
**SECEX** - Secretaria Executiva  
**SEIRHMACT** - Secretaria de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia  
**SESAI** - Secretaria Especial de Saúde Indígena  
**SFC** - Secretaria Federal de Controle Interno  
**SGAN** - Setor de Grandes Áreas Norte  
**SGP** - Secretaria de Gestão de Pessoas  
**SIAA** - Sistema Integrado de Abastecimento de Água  
**SIAFI** - Sistema Integrado de Administração Financeira  
**SIAPE** - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
**SIC** - Serviço de Informação ao Cidadão  
**SIH** - Secretaria de Infraestrutura Hídrica  
**SIOP** - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

**SISAC** - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

**STN** - Secretaria do Tesouro Nacional

**TCE** - Tomada de Contas Especiais

**TCU** - Tribunal de Contas da União

**TED** - Termo Execução Descentralizada

**UFPE** - Universidade Federal de Pernambuco

**UG** - Unidade Gestora

**UJ** - Unidade Jurisdicionada

**UNIVASF** - Universidade Federal do Vale do São Francisco

**UPC** - Unidade Prestadora de Contas

**VPR's** - Vilas Produtivas Rurais

## LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1- 3.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	11
Quadro 2- 3.2 – Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	18
Quadro 3 - 3.3 – Macroprocessos Finalísticos .....	20
Quadro 4 - 4.1 – Programa 2084 e 2040 – Recursos Hídricos (SIH) – por UG EXECUTORA .....	33
Quadro 5 - 4.2 – Programa 2084 e 2040 – Recursos Hídricos (SIH) – Relação de Ações.....	34
Quadro 6 - 4.3 – Programa 2084 – Recursos Hídricos (DPE E DOH).....	35
Quadro 7 - 4.4 – Programa 2040 – Recursos Hídricos (DOH) .....	62
Quadro 8 - 4.5 – Índice de Efetivação de Empenho.....	102
Quadro 9 - 4.6 – Índice de Estoque de Restos a Pagar.....	102
Quadro 10 - 4.7 – Índice de Eficiência das Propostas (DOH).....	103
Quadro 11 - 4.8 – Índice de Avanço Físico do Projeto de Integração do Rio São Francisco (DPE).....	104
Quadro 12 - 6.1 – Força de Trabalho da UPC – SIH .....	110
Quadro 13 - 6.2 – Distribuição da Lotação Efetiva.....	111
Quadro 14 - 6.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC .....	111
Quadro 15 - 6.4 – Qualificação da Força de Trabalho .....	112
Quadro 16 - 6.5 – Faixa Etária da Força de Trabalho .....	113
Quadro 17 - 6.6 – Despesa do Pessoal .....	113
Quadro 18 - 6.7 – Quadro de Estagiários .....	115
Quadro 19 - 9.1 – Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Cumprimento.....	141
Quadro 20 - 9.2 – Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário.....	145
Figura 1 - 3.1 – Organograma .....	17
Figura 2 - 3.2 – Mapa de Relacionamento do DPE/SIH .....	22
Figura 3 - 4.1 – Objetivos Estratégicos .....	24
Figura 4 - 4.2 – Propostas de Formalização de Instrumentos de Repasse.....	27
Figura 5 - 4.3 – Participação dos Entes Federativos .....	27
Figura 6 - 7.1 – Percentual por Tipo de Manifestação .....	119
Figura 7 - 7.2 – Percentual por Área Solucionadora .....	119
Figura 8 - 7.3 – Percentual por Tempo de Resposta .....	119
Figura 9 - 7.4 – Meio de Entrada das Manifestações da SIH .....	123
Figura 10 - 7.5 – Recursos Recebidos SIH .....	125
Tabela 1 - 4.1 – Restos a pagar de exercícios anteriores.....	79
Tabela 2 - 4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios .....	80
Tabela 3 - 4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres .....	81

Tabela 4 - 4.4 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão .....	82
Tabela 5 - 4.5 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos .....	82
Tabela 6 - 4.6 – Atividades 2017 (Eixo Norte/Eixo Leste).....	84
Tabela 7 - 4.7 – Quantitativo de Instrumentos de Repasse por Tipo .....	92
Tabela 8 - 4.8 – Resumo Geral de Processos Passivo.....	93
Tabela 9 - 4.9 – Despesas por Modalidade de Contratação.....	95
Tabela 10 - 4.10 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa.....	96
Tabela 11 - 7.1 – Por Tipologia .....	118
Tabela 12 - 7.2 – Principais Assuntos SIH .....	122
Tabela 13 - 7.3 – Meios de Entrada Gabinete, DOH, PISF e SIH.....	123
Tabela 14 – 7.4 – Principais Assuntos .....	124
Tabela 15 - 7.5 – Principais Assuntos – SIH .....	125
Tabela 16 - 8.1 – Análise de Custos – Ação 5900 .....	128
Tabela 17 - 8.2 – Análise de Custos – Ação 12EP .....	129
Tabela 18 - 8.3 – Análise de Custos – Ação 10CT .....	130
Tabela 19 - 8.4 – Análise de Custos – Ação 10F6 .....	131
Tabela 20 - 8.5 – Análise de Custos – Ação 12G7 .....	132
Tabela 21 - 8.6 – Análise de Custos – Ação 7L29 .....	133

## Sumário

<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....</b>	<b>3</b>
<b>LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS.....</b>	<b>5</b>
<b>2 APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....</b>	<b>11</b>
3.1 FINALIDADES E COMPETÊNCIAS .....	13
3.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.....	14
3.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO .....	15
3.4 ORGANOGRAMA .....	16
3.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS .....	20
<b>4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....</b>	<b>23</b>
4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL .....	23
4.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS .....	31
4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	33
4.4 DESEMPENHO OPERACIONAL.....	99
4.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO .....	101
<b>5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....</b>	<b>107</b>
5.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA .....	107
5.2 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS .....	108
5.3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS .....	108
<b>6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....</b>	<b>110</b>
6.1 GESTÃO DE PESSOAS.....	110
6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA .....	116
6.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO,.....	116
6.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE.....	116
<b>7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>117</b>
7.1 CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO .....	117
7.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO .....	117
7.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS.....	117
7.4 MECANISMO DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE .....	121
7.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES.....	122
<b>8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>126</b>
8.1 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS .....	126
8.2 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE.....	127
8.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS .....	133
<b>9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ORGÃOS DE CONTROLE .....</b>	<b>140</b>

9.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU .....	140
9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ORGÃO DE CONTROLE INTERNO .....	144
9.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO.....	145
9.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART .5º DA LEI 8.666/1993.....	145
9.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO .....	146
9.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA .....	147
<b>ANEXOS E APÊNDICES .....</b>	<b>148</b>
ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 .....	148

## 2. APRESENTAÇÃO

Trata-se do Relatório de Gestão da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, órgão do Ministério da Integração Nacional, referente ao exercício financeiro de 2017 contendo as ações desenvolvidas pela Secretaria e o acompanhamento físico/financeiro dos convênios firmados pelo Departamento de Obras Hídricas com estados e municípios, além das obras executadas de forma direta pelo Departamento de Projetos Estratégicos no Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF.

O Relatório foi elaborado de acordo com a Instrução Normativa/TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010 e as disposições constantes na Decisão Normativa TCU nº 161, de 1º de novembro de 2017, Decisão Normativa TCU nº 163, de 06 de dezembro de 2017 e a Portaria nº 65, de 28 de fevereiro de 2018. Para a estrutura geral do conteúdo do presente Relatório de Gestão foram utilizados os tópicos especificados no sistema e-Contas para a SIH.

Dentre as principais obras em execução acompanhadas pela Secretaria de Infraestrutura Hídrica estão o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) - implementado pelo Departamento de Projetos Estratégicos – e as obras do Cinturão das Águas do Ceará, do Canal da Vertente Litorânea no estado da Paraíba, do Canal do Sertão Alagoano e do Sistema Adutor do Agreste no estado de Pernambuco - supervisionadas pelo Departamento de Obras Hídricas.

Dentre as dificuldades encontradas na gestão do orçamento no exercício de 2017, destacam-se o não atendimento às exigências legais pelos executores para o início das obras, dotações da Lei Orçamentária Anual - LOA insuficientes para a execução da maioria das ações e a necessidade de readequação dos orçamentos das obras.

### 3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

**Quadro 1- 3.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual**

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Integração Nacional			<b>Código SIORG:</b> 43032
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa:</b> Secretaria de Infraestrutura Hídrica			
<b>Denominação Abreviada:</b> SIH			
<b>Código SIORG:</b> 43032	<b>Código LOA:</b> 53101	<b>Código SIAFI:</b> 530013	
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão da Administração Direta do Poder Executivo		<b>CNPJ:</b> 03353358/0001-96	
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral			<b>Código CNAE:</b>
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(061) 2034-5828	(061) 2034-5701	(061) 2034-5702
<b>Endereço Eletrônico:</b> sih@integracao.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.mi.gov.br/infraestrutura-hidrica">http://www.mi.gov.br/infraestrutura-hidrica</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios BL. E, 9º andar sala 900 CEP: 70067-900 Brasília-DF			
<b>Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A SIH/MI foi originariamente introduzida através do Decreto nº 3.680, publicado no dia 4 de dezembro de 2000, que instituiu a estrutura regimental desta pasta. Com a edição da MP nº 103, de 1º de janeiro de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, foi editado o Decreto nº 4.649, publicado no dia 28 de março de 2003, revogador do diploma anterior. O Regimento Interno das Unidades do Ministério da Integração Nacional está disposta na Portaria nº 280, publicada no dia 08 de junho de 2017, que traz em seus arts. 6 a 23, do Anexo VII, Capítulo III, Seção I a IV, as competências da Secretaria de Infraestrutura Hídrica/MI.			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Toda a estrutura organizacional da Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional está devidamente definida nos artigos 2º ao 4º do Anexo VII, Capítulo II, do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 280, de 06 de junho de 2017.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
530013	Secretaria de Infraestrutura Hídrica		
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	

530013	00001
<b>Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>	
Código SIAFI	Nome
53101	Ministério da Integração Nacional

### **3.1 Finalidades e Competências**

A Secretaria de Infraestrutura Hídrica, em consonância com os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), trabalha para a construção de obras de abastecimento hídrico, como barragens, adutoras e canais, e obras de macrodrenagem, que servem para a condução das águas captadas nas ruas, sarjetas e galerias.

O objetivo dessas ações é garantir mais saúde e conforto para a população, incentivar a geração de emprego, aumentar a renda da população e colaborar para a redução das desigualdades regionais.

Para atingir os objetivos de aumento da capacidade de acumulação de água, capacidade de adução de água e de relação percentual de municípios que dispõe de serviços de drenagem em relação ao total de municípios, a execução do orçamento do exercício demonstra que:

Foram previstos na LOA 2017 recursos no valor de R\$ 1.943.105.634,00 (um milhão, novecentos e quarenta e três milhões, cento e cinco mil, seiscentos e trinta e quatro reais) nos Programas 2040 e 2084, nas ações sob responsabilidade desta SIH, e destes foram empenhados R\$ 1.712.889.335,99 (um bilhão setecentos e doze milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos) e foram pagos R\$ 962.063.018,75 (novecentos e sessenta e dois milhões, sessenta e três mil, dezoito reais e setenta e cinco centavos) e inscritos em restos a pagar R\$ 750.415.684,75 (setecentos e cinquenta milhões, quatrocentos e quinze mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos).

#### **Compete a Secretaria de Infraestrutura Hídrica:**

- Orientar e supervisionar a formulação e a implementação de planos, programas e projetos de aproveitamento de recursos hídricos;
- Apoiar a construção, operação, manutenção e recuperação de obras de infraestrutura hídrica;
- Propor e regulamentar a concessão da implantação, operação e manutenção de obras públicas de infraestrutura hídrica;
- Promover o aprimoramento e a integração dos sistemas, para melhor aproveitamento da disponibilidade de recursos hídricos nacionais; e
- Participar da formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR.

#### **Ao Departamento de Obras Hídricas compete:**

- Apoiar a execução de obras de preservação, abastecimento, drenagem, perfuração de poços, de proteção e de retificação de canais naturais;
- Acompanhar a implantação das ações dos projetos destinados à ampliação da oferta hídrica;
- Propor, analisar e aprovar estudos socioeconômicos, ambientais e hidráulicos referentes a projetos de aproveitamento de recursos hídricos; e
- Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a implantação de ações destinadas ao aproveitamento dos recursos da água e do solo.

#### **Ao Departamento de Projetos Estratégicos compete:**

- Planejar, coordenar e controlar ações, estudos e projetos relacionados à implementação e gerenciamento dos empreendimentos destinados à integração e revitalização de bacias hidrográficas;
- Promover a supervisão permanente sobre a execução de obras e montagem de equipamentos relativos aos projetos estratégicos;
- Promover a elaboração e o controle dos estudos e dos planos ambientais;
- Promover ações de natureza fundiária e de reassentamento das populações afetadas pelos empreendimentos;
- Promover articulações institucionais para viabilizar as ações necessárias aos empreendimentos;
- Fornecer apoio técnico aos atos de gestão orçamentária e financeira relacionados aos empreendimentos decorrentes de projetos estratégicos;
- Propor, analisar e aprovar estudos socioeconômicos, ambientais e hidráulicos referentes a projetos estratégicos de aproveitamento de recursos hídricos; e
- Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a implantação de ações voltadas ao aproveitamento estratégico dos recursos da água e do solo.

Fonte: Decreto nº 8.980.

### **3.2 Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade**

A Secretaria de Infraestrutura Hídrica, unidade do Ministério da Integração Nacional – MI, foi criada com a edição da Medida Provisória nº 1.911-8, de 28 de julho de 1999, posteriormente convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Foram sancionadas posteriormente, as Leis nº 12.742, de 17 de dezembro de 2012, e nº 12.766, de 27 de dezembro de 2012, que criaram cargos em comissão e funções gratificadas para o reforço das estruturas do MI e de suas entidades vinculadas.

As competências regimentais da SIH foram definidas pelo Decreto nº 8.161, de 18 de dezembro de 2013 e pelo Regimento Interno que foi aprovado pela Portaria MI nº 270, de 28 de julho de 2014. Esse ato normativo passou por alteração, de acordo com a Portaria MI nº 414, de 10 de novembro de 2014, Portaria MI nº 05, de 25 de janeiro de 2016 e Portaria MI nº 280, de 6 de junho de 2017.

A nova estrutura regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do MI foram definidos pelo Decreto nº 8.980, de 1º de fevereiro de 2017 e o Regimento Interno foi alterado pela Portaria MI nº 280, de 6 de junho de 2017.

### **3.3 Ambiente de Atuação**

A SIH atua principalmente em:

1. Orientação e supervisão da formulação e a implementação de planos, programas e projetos de aproveitamento de recursos hídricos;
2. Apoio à construção, operação, manutenção e recuperação de obras de infraestrutura hídrica;
3. Proposição e Regulamentação da concessão da implantação, operação e manutenção de obras públicas de infraestrutura hídrica;
4. Promoção do aprimoramento e a integração dos sistemas, para melhor aproveitamento da disponibilidade de recursos hídricos nacionais; e
5. Participação na formulação Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR.
6. Apoio a execução de obras de preservação, abastecimento, drenagem, perfuração de poços, de proteção e de retificação de canais naturais;
7. Acompanhamento da implantação das ações dos projetos voltados para a ampliação da oferta hídrica;
8. Propõe, analisa e aprova estudos socioeconômicos, ambientais e hidráulicos referentes a projetos de aproveitamento de recursos hídricos;
9. Acompanha, supervisiona e fiscaliza a implantação de ações voltadas ao aproveitamento dos recursos da água e do solo.
10. Planeja, coordena e controla ações, estudos e projetos relacionados à implementação e gerenciamento dos empreendimentos destinados à integração e revitalização de bacias hidrográficas;

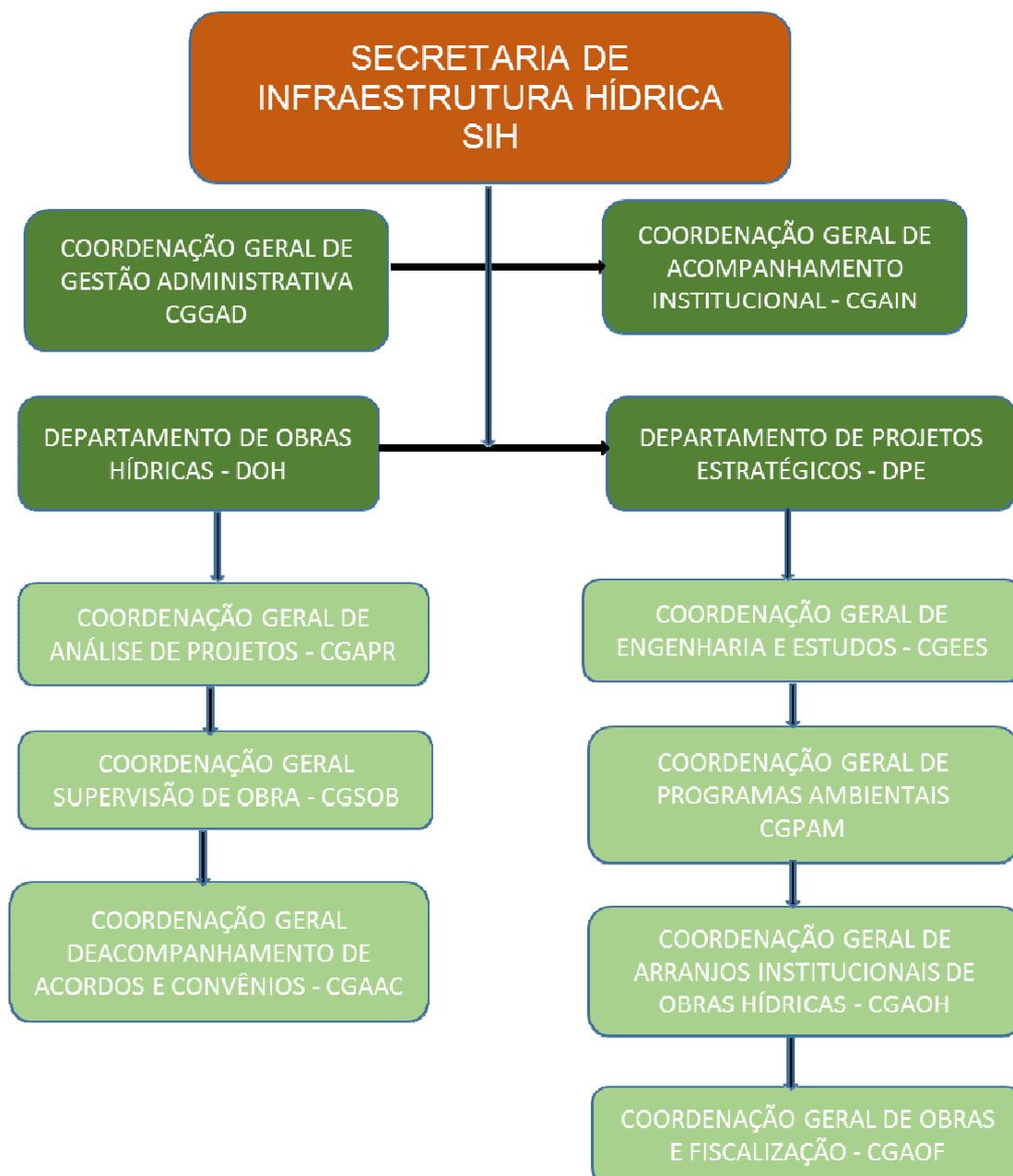
11. Promove a supervisão permanente sobre a execução de obras e montagem de equipamentos relativos aos projetos estratégicos;
12. Promove a elaboração e o controle dos estudos e dos planos ambientais;
13. Promove ações de natureza fundiária e de reassentamento das populações afetadas pelos empreendimentos; e
14. Promove articulações institucionais para viabilizar as ações necessárias aos empreendimentos;

Entre as atividades da SIH encontra-se a execução direta de um projeto, o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), e diversas ações conduzidas indiretamente por meio de termos de compromisso, convênios e termo de execução descentralizada com estados, municípios e órgãos federais.

### 3.4 Organograma

De acordo com o Decreto nº 8.980, de 1º de fevereiro de 2017, a Secretaria de Infraestrutura Hídrica está estruturada de acordo com o seguinte organograma:

Figura 1 - 3.1 – Organograma



Quadro 2- 3.2 – Informações Sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria de Infraestrutura Hídrica/SIH	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Orientar e supervisionar a formulação e a implantação de planos, programas e projetos de aproveitamento de recursos hídricos;</li> <li>▪ Apoiar a construção, a operação, a manutenção e a recuperação de obras de infraestrutura hídrica;</li> <li>▪ Propor e regulamentar a concessão da implantação, da operação e da manutenção de obras públicas de infraestrutura hídrica;</li> <li>▪ Promover o aprimoramento e a integração dos sistemas, para melhor aproveitamento da disponibilidade de recursos hídricos nacionais;</li> <li>▪ Participar na formulação do PNDR; e</li> <li>▪ Coordenar os projetos de cooperação técnica celebrados com organismos internacionais em sua área de atuação.</li> </ul>	Rodrigo Mendes de Mendes	Secretário	23/05/2016 a 06/01/2017
		Antonio de Pádua de Deus Andrade	Secretário	19/01/2017 a 31/12/2017
		Marcus Aurelius Aragão Veras	Secretário, (Substituto)	06/01/2017 a 19/01/2017
Departamento de Obras Hídricas/DOH	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoiar a execução de obras de reservação, abastecimento, drenagem, perfuração de poços, de proteção e de retificação de canais naturais;</li> <li>▪ Acompanhar a implantação das ações dos projetos destinados à ampliação da oferta hídrica;</li> <li>▪ Propor, analisar e aprovar estudos socioeconômicos, ambientais e hidráulicos</li> </ul>	Marcelo Pereira Borges	Diretor	22/04/2014 a 31/12/2017
		Stanley Rodrigues Bastos	Diretor (Substituto)	10/01/2017 a 31/12/2017

	<p>referentes a projetos de aproveitamento de recursos hídricos; e</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a implantação de ações destinadas ao aproveitamento dos recursos da água e do solo.</li> </ul>	Paulo Roberto Soares Junior	Diretor (Substituto)	10/07/2017 a 24/07/2017
Departamento de Projetos Estratégicos/DPE	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Planejar, coordenar e controlar ações, estudos e projetos relacionados à implementação e ao gerenciamento dos empreendimentos destinados à integração e à revitalização de bacias hidrográficas;</li> <li>▪ Promover a supervisão permanente sobre a execução de obras e a montagem de equipamentos relativos aos projetos estratégicos;</li> <li>▪ Promover a elaboração e o controle dos estudos e dos planos ambientais;</li> <li>▪ Promover ações de natureza fundiária e de reassentamento das populações afetadas pelos empreendimentos;</li> <li>▪ Apoiar a execução dos empreendimentos por meio de articulação institucional;</li> <li>▪ Fornecer apoio técnico aos atos de gestão orçamentária e financeira relacionados aos empreendimentos decorrentes de projetos estratégicos;</li> </ul>	Antonio Luitgards Moura	Diretor	25/10/2016 a 31/12/2017
		Jimmu de Azêvedo Ikeda	Diretor (Substituto)	04/11/2016 a 31/12/2017

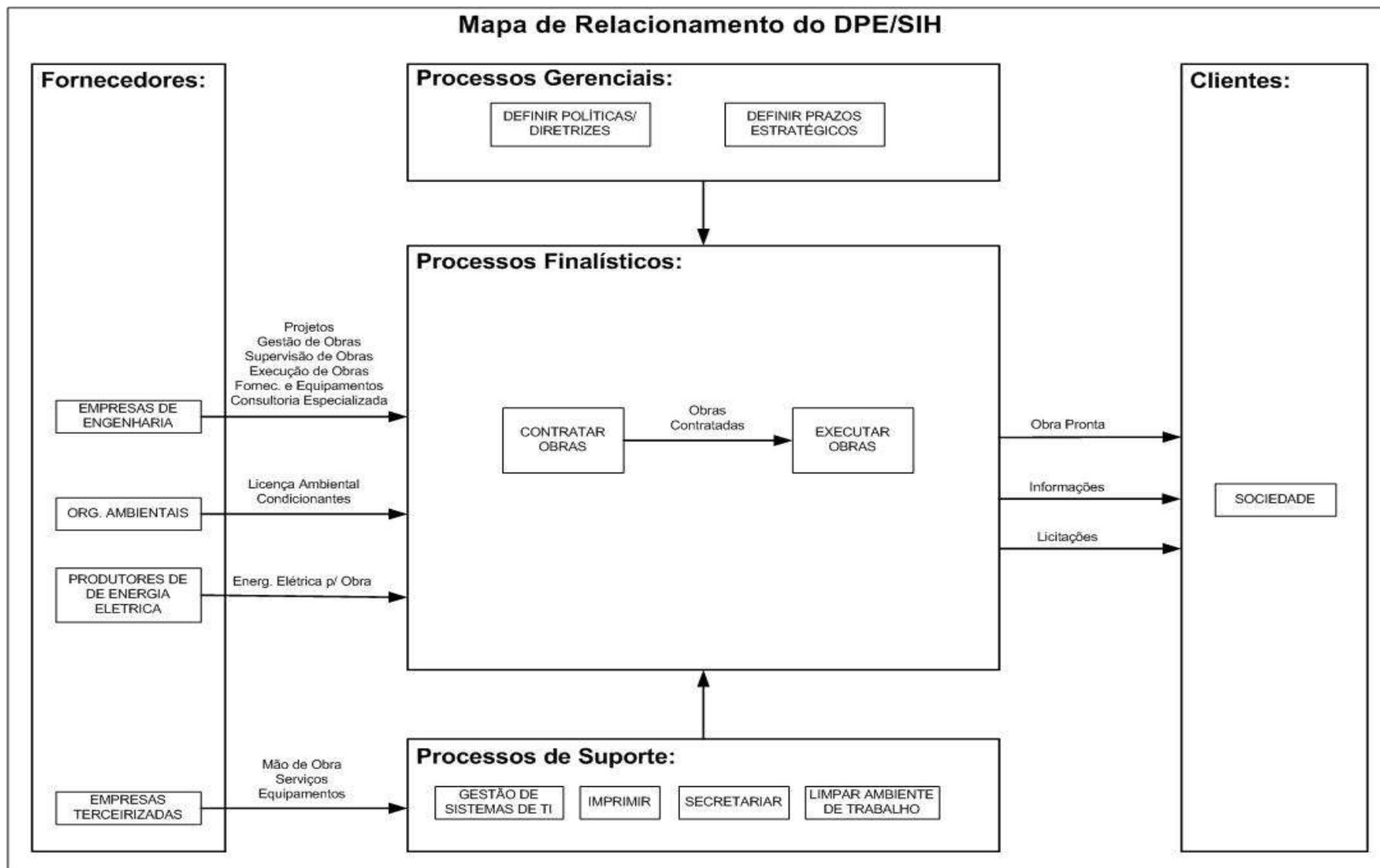
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Propor, analisar e aprovar estudos socioeconômicos, ambientais e hidráulicos referentes a projetos de aproveitamento de recursos hídricos;</li> <li>▪ Propor ações para o aproveitamento de recursos hídricos que induzam o uso eficiente e racional da água e potencializem o desenvolvimento econômico e social da região contemplada por projetos estratégicos;</li> <li>▪ Apoiar e participar da realização de estudos e da elaboração e da execução de ações de gestão e de monitoramento de projetos estratégicos;</li> <li>▪ Supervisionar as ações do processo de delegação da operação e da manutenção dos açudes interligados ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – PISF, consoante o termo de compromisso firmado entre a União e os Estados receptores; e</li> <li>▪ Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a implantação de ações destinadas ao aproveitamento estratégico dos recursos da água e do solo.</li> </ul>			
--	--	--	--	--

### 3.5 Macroprocessos Finalísticos

Quadro 3 - 3.3 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Contratar Obras	Macroprocesso para contratação de fornecimentos, serviços e obras de engenharia que são executadas diretamente pelo Ministério da Integração Nacional.	Anteprojeto, Estudos de Viabilidade, Projeto Básico, Projeto Executivo, Edital de Licitação, Contratos de Fornecimento de Equipamentos, de Prestação de Serviços de Engenharia e de Execução de Obras; Licenças Ambientais (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação)	Sociedade	SIH DPE CGEES CGPAM CGAOF CGAOH CPL  CONJUR*
Executar Obras	Macroprocesso para execução de fornecimentos, serviços e obras de engenharia contratados e que estão sendo executados diretamente pelo Ministério da Integração Nacional	Cronograma de Execução Aprovado, Projeto Básico Aprovado, Projeto Executivo Aprovado, Projeto As-Built, Relatório de Medição, Relatório de Acompanhamento, Diário de Obra, Termo de Recebimento Provisório, Termo de Recebimento Definitivo, Termo Aditivo, Reajustamento, Revisão, Gestão de Obras e Supervisão de Obras	Sociedade	SIH DPE CGEES CGPAM CGAOF CGAOH  CONJUR*
Oferta de Água	Tem como objetivos principais: aumentar a oferta de água em sistemas integrados por meio de intervenções de infraestrutura hídrica; revitalizar infraestruturas hídricas existentes; universalizar o acesso e uso da água para populações carentes, rurais e dispersas em situação de extrema pobreza.  É composto pelos grupos de processos de Irrigação, Infraestrutura Hídrica, Incentivos Fiscais e Programas Ambientais.	Infraestrutura Hídrica: obras de drenagem – canalizações de córregos, dragagem de canais, contenção de encostas, desassoreamento e recuperação de sistemas de drenagem. Obras para acesso à água – cisternas, barreiros e sistemas coletivos. Barragens, adutoras e SIAA – SIH  Programas Ambientais: prevenção, atenuação e correções de impactos; monitoramento e acompanhamento das mudanças	População em geral; População de baixa renda.  População impactada por obras de oferta de água.	Secretaria de Infraestrutura Hídrica  Secretaria de Desenvolvimento Regional DNOCS CODEVASF Secretaria de Infraestrutura Hídrica Secretaria Nacional de Irrigação

Figura 2 - 3.2 – Mapa de Relacionamento do DPE/SIH



#### 4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

##### **4.1 Planejamento Organizacional**

Conforme explanado pelo Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional (SECEX/MI), a partir de 2011 foi adotado o Mapa Estratégico para direcionar a atuação das unidades administrativas e entidades vinculadas ao ministério. Composto por Visão de Futuro, Missão e Objetivos, que subdividem em Eixos Temáticos conforme a linha de atuação das diversas áreas do ministério, o Mapa Estratégico norteia as competências do MI, previstas pelo Decreto nº 8.161/2013, bem como o proposto no PPA e nos programas e ações de governo sob sua responsabilidade e aprovado pelo ministério em 20 de junho de 2017.

Figura 3 - 4.1 – Objetivos Estratégicos

<b>MAPA ESTRATÉGICO MI</b>			
<b>Visão de Futuro:</b> Ser reconhecido, em nível nacional, até 2019, como instituição formuladora e organizadora das políticas de Proteção e Defesa Civil, Segurança Hídrica, Irrigação e Desenvolvimento Regional.			
<b>Missão:</b> Reduzir as desigualdades regionais promovendo o desenvolvimento econômico e socialmente inclusivo e conduzir nacionalmente as políticas de proteção e defesa civil, segurança hídrica e irrigação.			
<b>EIXO: REDUZIR AS DESIGUALDADES REGIONAIS E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO NACIONAL INTEGRADO E A AGRICULTURA IRRIGADA NACIONAL</b>			
<b>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b>			
Fortalecer as Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional, de Ordenamento Territorial e de Irrigação e desenvolver seus instrumentos.	Prover a constituição de infraestrutura complementar na Faixa de Fronteira.	Promover a estruturação de atividades produtivas, Arranjos Produtivos Locais - APLs e Rotas de Integração Nacional.	
Concluir a implantação, melhorar a gestão e a eficiência, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes, visando à emancipação.	Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial.	Promover iniciativas de cooperação internacional em políticas regionais, de irrigação e de ordenamento territorial.	
<b>EIXO: FOMENTAR A CAPACIDADE PRODUTIVA REGIONAL</b>			
<b>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b>			
Ampliar a capacidade produtiva das regiões de menor dinamismo econômico e social, por meio de investimentos em bens de capital.	Promover a geração de emprego e renda, por meio do financiamento à atividade produtiva.		
<b>EIXO: PROPORCIONAR SEGURANÇA HÍDRICA</b>			
<b>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b>			
Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica.	Fomentar a oferta de água por meio de investimentos em infraestrutura hídrica.		
Promover ações que visem funcionalidade, gestão, operação e manutenção das estruturas hídricas de execução direta.	Promover ações de revitalização de bacias hidrográficas.		
<b>EIXO: APRIMORAR A PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL</b>			
<b>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b>			
Aprimorar a coordenação e a gestão das ações de proteção e defesa civil, por meio do fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil/SINPDEC.	Promover ações de resposta para atendimento à população afetada e recuperar cenários atingidos por desastres.		
<b>EIXO: FORTALECER A GESTÃO INSTITUCIONAL</b>			
<b>OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</b>			
Promover a valorização e o desenvolvimento permanente dos servidores.	Desenvolver a gestão da informação, recursos logístico, orçamentário e financeiro.	Aprimorar a gestão da tecnologia da informação, comunicação e transparência.	Fomentar as atividades de planejamento, desenvolvimento e inovação.

#### 4.1.1 Descrição Sintética dos Objetivos do Exercício

No planejamento estratégico do Ministério da Integração Nacional, explícito no seu Mapa Estratégico, a SIH encontra-se diretamente envolvida com o "Eixo: Proporcionar Segurança Hídrica", cujos objetivos estratégicos são: fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica, promover ações que visem funcionalidade, gestão, operação e manutenção das estruturas hídricas de execução direta, fomentar a oferta de água por meio de investimentos em infraestrutura hídrica e promover ações de revitalização de bacias hidrográficas.

O planejamento da SIH e de seus departamentos vincula-se com as competências específicas, estabelecidas nos artigos 1º, 10 e 14 da Portaria MI nº 280, de 6 de junho de 2017, e, no contexto do Plano Plurianual – PPA (2016/2019), cabe à Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH) gerir a execução de ações vinculadas aos Programas 2084 - Recursos Hídricos. Além disso, a SIH executa ações que fazem parte do Programa 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres.

#### 4.1.2 Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

A implementação do planejamento estratégico da SIH, explícito no Mapa Estratégico do Ministério, está em consonância com o atual planejamento do MI, que é garantir segurança hídrica por meio dos eixos temáticos, fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica, promover ações que visem funcionalidade, gestão, operação e manutenção das estruturas hídricas de execução direta, fomentar a oferta de água por meio de investimentos em infraestrutura hídrica e promover ações de revitalização de bacias hidrográficas.

A SIH garante o atendimento aos objetivos por meio da execução das ações previstas no PPA (2016/2019) que visam a garantia da segurança hídrica. O monitoramento das ações e planos operativos é realizado em conjunto com a Secretaria Executiva - SECEX.

#### 4.1.3 Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e outros Planos

No contexto do Plano Plurianual (2016 - 2019), denominado Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social, cabe à Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH gerir a

execução de ações vinculadas aos Programas 2084 - Recursos Hídricos e 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres.

O principal objetivo do Programa 2084 - Recursos Hídricos, sob responsabilidade da SIH, é o 0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de Infraestruturas hídricas.

Entre as ações genéricas se destacam: 1851 – Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica; 109I – construção de açudes; 109H – construção de barragens; e 109J – construção de adutoras.

Entre as ações nominiais se destacam a construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano (ação 10CT), implantação da Adutora do Agreste no Estado do Pernambuco (ação 10F6), implantação do Sistema Adutor de Jacobina com 65 km no Estado da Bahia (ação 11NF), construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba (ação 12 G7) e integração das Bacias Hidrográficas do Estado Ceará - Cinturão das Águas do Ceará - Trecho 1 com 149,82 km (ação 7L29).

O objetivo do Programa 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres, sob responsabilidade da SIH é: 0169 – Apoio à redução do risco de desastres naturais em municípios críticos a partir de planejamento e de execução de obras.

Entre as ações genéricas, se destacam: 127A - Obras de Macrodrenagem e Controle de Erosão Marinha e Fluvial; 14RL - Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões.

Em 2017, o DOH recebeu 273 propostas para formalização de instrumento de repasse no âmbito do Programa 2084 – Recursos Hídricos, e apenas uma proposta (Canalização do Córrego da Páscoa no Município de Machado - MG) no âmbito do Programa 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.

Dentre as 56 propostas de caráter impositivo (Fig. 1), 48 foram aprovadas e oito foram interrompidas por impedimentos técnicos. Apenas 32 propostas tiveram os recursos assegurados por empenho.

Dentre as 218 propostas de caráter autorizativo (Fig. 1), 127 foram aprovadas e 91 foram recusadas. Apenas 12 propostas tiveram os recursos assegurados por empenho.

O montante total de recursos empenhados foi de R\$ 93.477.955,00 (noventa e três milhões, quatrocentos e setenta e sete mil novecentos e cinquenta e cinco reais).

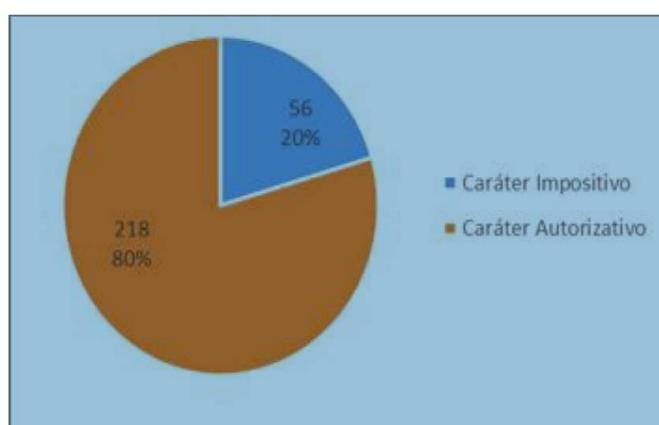


Figura 4-4.2 Propostas para formalização de instrumentos de repasse por meio de transferências discricionárias voluntárias em caráter impositivo e autorizativo.

Os entes federativos mais participativos na solicitação de transferência de recursos foram os estados do Maranhão, da Paraíba, do Ceará e do Piauí (Fig. 2).



Figura 5-4.3: Participação dos entes federativos na apresentação de propostas para formalização de instrumentos de repasse por meio de transferências discricionárias voluntárias.

Quanto à propostas para formalização de instrumento de transferência obrigatória, o DOH recebeu apenas uma (Execução da 2ª Etapa da Integração do Canal Adutor do Sertão Alagoano com o Sistema Coletivo de Abastecimento de Água do Alto Sertão), que foi recusada.

Além das propostas acima citadas, o DOH recebe também inúmeras cartas e ofícios com pleitos de transferência de recursos para a execução de obras de infraestrutura hídrica, os quais são devidamente analisados e respondidos.

Em 2017 foram 75 pleitos, todos recusados por indisponibilidade orçamentária.

O planejamento da SIH e de seus departamentos vincula-se com as competências específicas, estabelecidas nos artigos 1º, 10 e 14 da Portaria MI nº 280, de 6 de junho de 2017. Seguem abaixo os objetivos e as ações do Programa 2084, coordenado pelo Ministério da Integração por meio da Secretaria de Infraestrutura Hídrica:

O Programa 2084 – Recursos Hídricos apresenta como objetivos sob responsabilidade do MI, notadamente:

Objetivo 0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas;

Objetivo 0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção;

Objetivo 0549 - Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica;

No âmbito do Objetivo 0479 encontram-se obras estruturantes para oferta de água (adutoras, barragens e sistemas integrados de abastecimento), planejadas para resolver por um longo período problemas associados ao déficit hídrico para as localidades beneficiadas. Essa linha de ação é complementada por outras atuações federais, constantes de outros programas do PPA, e importantes para que a universalização do acesso à água potável seja alcançada.

Dentre as ações que apresentaram avanço significativo em 2017, pontua-se as obras no âmbito do PAC listadas a seguir:

(a) Cinturão das Águas - CE (iniciativa 01LF) – Está no PAC a Implantação do Trecho I do Projeto do Cinturão das Águas. O Cinturão, que em 2017 alcançou 42% de execução física, consiste num sistema adutor com extensão aproximada de 1.300 km, quase que integralmente gravitatório. O intuito do projeto é aduzir parcela das vazões transpostas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco para 80% do território do Ceará, beneficiando 95% da população do Estado (aproximadamente 8 milhões de pessoas). A parte do empreendimento pactuada com o MI (Trecho I) abastecerá 24 municípios entre Jati e o rio Cariús, no Ceará, beneficiando 561.000 pessoas.

(b) Canal da Vertente Litorânea - PB (iniciativa 01LA) – Implantação dos trechos I, II e III do sistema adutor Vertente Litorânea Paraibana, com aproveitamento das águas oriundas do Projeto de Integração do São Francisco, composto por canais, adutoras, túneis e estações elevatórias, visando abastecimento humano e atividade industrial. Abrange 12 municípios situados na planície costeira da Paraíba, e beneficia 631 mil habitantes. Em

2017, o empreendimento atingiu 51% de execução física, sendo 5% no exercício, incluindo no cálculo o percentual de execução física do Trecho III;

(c) Canal do Sertão - AL (iniciativa 01LB) – Implantação dos trechos I, II e III e IV de canal adutor com captação no rio São Francisco e da adutora do Alto Sertão, visando abastecimento humano e irrigação. O projeto do Canal do Sertão (como um todo, considerando os 8 trechos) abrange 42 municípios entre Delmiro Gouveia e Arapiraca e beneficiará 1 milhão de habitantes. Os Trechos já pactuados (I ao IV) do empreendimento beneficiarão diretamente 7 municípios e mais de 180 mil alagoanos. Em 2013 foram concluídos os trechos I e II (64 km de canal), que foram inaugurados em 12/03/2013. Em 2015 foi concluído o trecho III e em 2016 foram inaugurados os primeiros 12,5 Km do Trecho IV. Em 2017, a obra atingiu 92% de execução física.

(d) O Sistema Adutor do Agreste - PE (iniciativa 01LJ) – Abrange a construção de Adutora com 1.300 km de extensão, estações elevatórias, reservatórios e tubulações que visam garantir a oferta de água para o abastecimento das populações residentes em diversos municípios do Estado de Pernambuco, destacando-se: Pesqueira, São Bento do Una, Garanhuns, Caetés e Bom Conselho. Das cinco etapas previstas para o projeto, até o presente momento, apenas a primeira etapa foi pactuada com o Ministério da Integração. A primeira etapa é dividida em duas fases. A conclusão das obras que estava prevista para julho de 2015 foi adiada para 2021 por dificuldades de fluxo financeiro. A previsão de término da primeira etapa é dezembro de 2019. Considerando os prazos previstos para a entrada em operação do Ramal do Agreste, no final de 2021, o Ministério pactuou com o Governo de Pernambuco uma série de obras, que foram propostas pelo Estado e que propiciarão funcionalidade prévia ao sistema adutor, servindo como fonte alternativa e complementar quando o sistema produtor estiver em funcionamento. As alternativas pactuadas consistem na Interligação com a bacia do Jatobá em Ibimirim, concluída e abastecendo Arcoverde; a Adutora de Moxotó, que está prevista para ser concluídas no primeiro semestre de 2018. Em 2017 as obras atingiram 48% de execução física.

(e) Com relação ao Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), este é constituído por dois Eixos, Norte e Leste, que por meio de túneis, canais, aquedutos e barragens, desenvolvem-se ao longo de 477 km e levarão água aos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Por ser tratar de empreendimento executado diretamente pela SIH, por meio do Departamento de Projetos Estratégicos e devido a sua complexidade, foram definidas em 2011 seis metas de implantação, visando orientar a atuação quanto à licitação dos serviços remanescentes, bem como definir os marcos de entrega.

Portanto, no âmbito do planejamento estratégico do Ministério, foram traçados planos operativos específicos para os Eixos Norte (ação 5900 do PPA) e Leste (ação 12EP), visando monitorar as metas e as respectivas estruturas que às compõem: Meta 1Norte (140 km) da captação do Eixo Norte até entrada no Reservatório Jati; Meta 2 Norte (39km) do Reservatório Jati até Reservatório Boi II; Meta 3Norte (81km) do Reservatório Boi II até Reservatório Engenheiro Ávidos ; Meta 1Leste (16 km) da captação do Eixo Leste até Reservatório Areias; Meta 2Leste (167 km) do Reservatório Areias até Reservatório Barro Branco e Meta 3Leste (34km) do Reservatório Barro Branco até Reservatório Poções.

Atualmente, a totalidade das obras do PISF está em andamento – com exceção do Trecho 1 – tendo sido registrado em 2017 o avanço físico de 95,11% do empreendimento concluído.

As atividades de recuperação e manutenção das infraestruturas hídricas existentes, sobretudo as barragens de domínio da União, são essenciais para garantir a funcionalidade, cumprindo sua importância em nível regional na manutenção da oferta de água à população.

As ações de recuperação propostas por este objetivo contemplam a reabilitação de estruturas danificadas, a conservação de suas capacidades funcionais, sua modernização e/ou ampliação, objetivando a segurança de seus usuários, bem como a seguridade hídrica. Além disto, as barragens antigas necessitam de ações de regularização jurídica e administrativa que se traduzem em adequação fundiária, obtenção de licenças ambientais e de outorga.

As ações de operação compreendem atividades contínuas para a funcionalidade das barragens, como custeio administrativo e operacional, pagamento de taxas e impostos, serviços de vigilância e realização de monitoramento periódico. Já nas atividades de manutenção propostas, que visam reduzir as perdas e prolongar a vida útil das estruturas, estão contemplados serviços periódicos de inspeção, manutenção preventiva e corretiva de problemas capazes de gerar riscos para a população ao longo do tempo.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) possui sob sua responsabilidade mais de 320 barragens, sendo que 65% delas enquadram-se como barragens de média e grande capacidade, todas localizadas na Região Nordeste e no norte de Minas Gerais. Existem ainda cerca de 95 barragens construídas pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (Codevasf). Considerando-se o elevado potencial de acumulação apenas nesses reservatórios, em torno de 17 bilhões de metros cúbicos, percebe-se uma necessidade premente de manter constantes serviços de operação e manutenção.

Desse modo, considerando as infraestruturas hídricas existentes, prevê-se neste Objetivo a realização de atividades de: operação e manutenção contínua de estruturas e equipamentos hidráulicos, o monitoramento da operação e da segurança dessas estruturas, a reabilitação e otimização da infraestrutura, e a regularização jurídica e administrativa.

A Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010) explicitou aos proprietários das estruturas suas responsabilidades na garantia da segurança dos reservatórios, devendo manter informações e planos de segurança e contingências.

No âmbito do Objetivo 0549 (Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica), está em elaboração a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, na qual se pretende organizar a atuação do Poder Público, com a definição de instrumentos que possam induzir a organização deste setor de forma cooperativa com outras políticas setoriais e nacionais.

#### **4.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos**

A Secretaria de Infraestrutura Hídrica desempenha o acompanhamento e monitoramento das ações, por intermédio do Departamento de Obras Hídricas (DOH) e do Departamento de Projetos Estratégicos (DPE).

No âmbito operacional foi desenvolvido pelo DOH um banco de dados que contempla as ações deste departamento com informações relativas a cada termo de compromisso ou convênio. Esta ferramenta contém dados orçamentários, situação da implantação, municípios beneficiados e acompanhamento físico-financeiro. O banco de dados mencionado é alimentado com informações oriundas das peças componentes dos processos desde sua fase inicial, acrescidas daquelas referentes ao projeto técnico, documentos condicionantes e das informações obtidas em campo por ocasião das supervisões periódicas das obras.

No que tange ao controle sobre o cumprimento de metas de execução das ações do Projeto de Integração do Rio São Francisco, atualmente, diante do estágio avançado das obras, o DPE utiliza-se somente de relatórios mensais de avanço físico elaborados pela gerenciadora, os quais são acompanhados pari-passo pelo DPE.

Por meio destes sistemas desenvolvidos pelo DOH e DPE são obtidos, de forma tempestiva, informações relativas ao andamento das obras, que permitem a adoção de medidas que visem à conclusão das ações da Secretaria de Infraestrutura Hídrica.

Destacaram-se no exercício de 2017, as dificuldades de os entes executores atenderem às exigências legais para o início das obras e as dotações insuficientes na LOA para atender a todas as ações.

### 4.3 Desempenho Orçamentário

Quadro 4- 4.1 Programa 2084 e 2040 - Recursos Hídricos (SIH) – por UG EXECUTORA

Unidade Orçamentária	Item Informação	8	9	10	18	23	28	33	50	62	68	
		PROJETO INICIAL DA LOA - FIXAÇÃO DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESTAQUE CONCEDIDO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPNP (CONTROLE EMPENHO)	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	PAGAMENTOS TOTAIS (EXERCÍCIO E RAP)	
UG Executora		Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	
	113801	DINOS - CESTIPE - RECIFE-PE				1.269.662,97	617.889,96	651.763,01	1.269.662,97		617.889,96	
	153080	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO				13.409,44	11.159,44	2.250,00	12.000,00	2.259,79	13.419,23	
	153088	DIRETO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA UFPE				151.403,46		151.403,46	276.758,61	190.137,43	190.137,43	
	153396	DEPTO. DE ENG. CIVIL E AMBIENTAL/CTG-UFPE							6.700,00			
	154421	FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO				21.604.028,08	2.732.367,44	18.861.318,63	25.581.677,88	18.364.649,60	21.097.017,04	
	160176	COMANDO 1 GRUPO DE ENGENHARIA				555.991,77	252.774,39	298.214,38	462.580,61	444.944,67	697.719,06	
	160201	COMISSAO REGIONAL DE OBRAS/7							6.263.361,37	716.244,83	716.244,83	
	160202	3 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO				4.483.302,64	2.319.617,62	2.016.034,37	6.325.060,69	5.770.794,09	8.090.401,71	
	160203	2 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO				1.538.298,06	455.000,00	1.083.159,10	18.252,00		455.000,00	
	160343	7 BATALHAO DE ENGENHARIA DE COMBATE				448.791,26	316.562,91	128.148,35			316.562,91	
	193002	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTAS SECAS				125.921.087,83	12.945.103,51	112.749.832,16	51.869.139,99	39.467.480,05	52.412.583,56	
	193005	DINOS - CESTIPE - JOAO PESSOA - PB				10.728.449,46		10.728.449,46	28.158,45			
	195002	CIA DE DES. DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNABA							359.885,86	43.004,72	43.004,72	
	195004	CIA DE DES. DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNABA							9.390.035,63	1.873.450,54	1.873.450,54	
	195006	CIA DE DES. DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNABA							5.252.872,12	2.330.986,71	2.330.986,71	
	195011	CIA DE DES. DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNABA							1.653.020,98			
	195012	CIA DE DES. DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNABA							580.000,00			
	195016	CIA DE DES. DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNABA				140.865.029,15	85.978.067,16	54.885.625,28	29.950.165,16	26.921.394,54	112.899.451,70	
	255017	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - PE							1.287.527,62			
	257032	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - BAHIA				2.066.544,18		2.066.544,18				
	257047	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PERNAMBUCO				1.352.034,29	178.999,44	1.173.034,85			178.999,44	
	364102	CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLÓGICO				14.163.020,00	14.163.020,00				14.163.020,00	
	530001	MISE/OGI/ADMINISTRACAO GERAL							815.319,66	2.030,00	2.030,00	
	530002	MISE/OGI/ORÇAMENTO E FINANÇAS	1.889.700.000,00	2.261.977.169,00	1.943.105.634,00	0,00						
	530012	SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL - SEDEC				33.465.520,96	307.145.121,52	93.634.859,26	213.610.262,26	47.696.110,65	2.179.642,60	
	530013	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SIH				292.873.456,91	920.711.289,88	721.272.602,52	199.422.757,26	1.500.150.728,31	710.340.155,20	
	530020	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MI				159.871.783,00	27.284.995,00	132.586.788,00	154.622.135,68	25.103.292,00	52.398.287,00	
	530021	PROAGUA NACIONAL/SEM							6.114.324,76			
	530022	SECRETARIA NACIONAL DE IRRIGACAO							3.391,36			
	530023	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL				0,00			1.695,68			
	533018	SUPERINT. DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE							1.806.216,43			
<b>Total</b>			<b>1.889.700.000,00</b>	<b>2.261.977.169,00</b>	<b>1.943.105.634,00</b>	<b>326.939.377,87</b>	<b>1.712.888.335,89</b>	<b>982.083.018,76</b>	<b>760.416.884,76</b>	<b>1.861.786.173,27</b>	<b>893.760.448,78</b>	<b>1.786.813.486,61</b>

Fonte: Tesouro Gerencial - SIAFI

**Quadro 5– 4.2 Programa 2084 e 2040 - Recursos Hídricos (SIH) – Relação de Ações**

Programa Governo		Item Informação	
		Ação Governo	
2040	GESTAO DE RISCOS E DE DESASTRES	10GW	CONSTRUCAO DA BARRAGEM CASTELO, NO ESTADO DO PIAUI
		14RL	REALIZACAO DE ESTUDOS, PROJETOS E OBRAS PARA CONTENCAO OU AM
		8348	APOIO A OBRAS PREVENTIVAS DE DESASTRES
2084	RECURSOS HIDRICOS	109H	CONSTRUCAO DE BARRAGENS
		109I	CONSTRUCAO DE ACUDES
		10CT	CONSTRUCAO DO CANAL ADUTOR DO SERTAO ALAGOANO
		10F6	IMPLANTACAO DA ADUTORA DO AGRESTE NO ESTADO DE PERNAMBUCO
		10GM	ESTUDOS E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA HIDRICA
		11NF	IMPLANTACAO DO SISTEMA ADUTOR DE JACOBINA COM 65 KM NO ESTAD
		12EP	INTEGRACAO DO RIO SAO FRANCISCO COM AS BACIAS DO NORDESTE SE
		12G4	IMPLANTACAO DE ADUTORA CHAPECOZINHO COM 57 KM NO ESTADO DE S
		12G6	RECUPERACAO DE RESERVATORIOS ESTRATEGICOS PARA A INTEGRACAO
		12G7	CONSTRUCAO DO CANAL ADUTOR VERTENTE LITORANEA COM 112,5 KM N
		140S	IMPLANTACAO DO SISTEMA ADUTOR NOVA CAMARA NO ESTADO DA PARAÍ
		14RM	IMPLANTACAO DA BARRAGEM GERMINAL NO ESTADO DO CEARA
		14RP	REABILITACAO DE BARRAGENS E DE OUTRAS INFRAESTRUTURAS HIDRIC
		14RQ	IMPLANTACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE AGUA CO
		14RR	IMPLANTACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE AGUA DE
		14RS	IMPLANTACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE AGUA NA
		14RU	RECUPERACAO E AMPLIACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENT
		14RY	IMPLANTACAO DE BARRAGEM E DO SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIME
		14S5	AMPLIACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE AGUA ALTO
		14S6	IMPLANTACAO DO SISTEMA ADUTOR UMARI-CAMPO GRANDE NO ESTADO D
		14S8	IMPLANTACAO DA ADUTORA SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE NO ESTADO D
		14S9	IMPLANTACAO DA ADUTORA DE ALTO SANTO NO ESTADO DO CEARA
		14SC	AMPLIACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE AGUA SERT
		14SD	AMPLIACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE AGUA TOMA
		14SG	AMPLIACAO DA BARRAGEM DE MATO VERDE NO ESTADO DE MINAS GERAÍ
		14SH	AMPLIACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE AGUA DO O
		14SL	RECUPERACAO DA ADUTORA AMARAÍ NO ESTADO DE PERNAMBUCO
		14SP	IMPLANTACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE AGUA BO
		14SS	IMPLANTACAO DO SISTEMA ADUTOR PADRE LIRA NO ESTADO DO PIAUI
		14ST	IMPLANTACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE AGUA BO
		14SV	IMPLANTACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE AGUA CA
		14VI	IMPLANTACAO DE INFRAESTRUTURAS HIDRICAS PARA OFERTA DE AGUA
		14VJ	AMPLIACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE AGUA BOQU
14VL	AMPLIACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE AGUA PEND		
152D	CONSTRUCAO DO SISTEMA ADUTOR RAMAL DO AGRESTE PERNAMBUCANO		
152E	CONSTRUCAO DA 1. ETAPA DOSISTEMA ADUTOR RAMAL DO ENTREMONTES		

	152F	CONSTRUCAO DO SISTEMA ADUTOR RAMAL DO APODI
	156Q	CONSTRUCAO DO SISTEMA ADUTOR RAMAL DO SALGADO
	15DX	CONSTRUCAO DO SISTEMA ADUTOR RAMAL DO PIANCO NA REGIAO NORDE
	1851	IMPLANTACAO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA HIDRICA
	1161	CONSTRUCAO DA BARRAGEM ARROIO JAGUARI NO ESTADO DO RIO GRAND
	213R	MANUTENCAO DO PROJETO DE INTEGRACAO DO RIO SAO FRANCISCO NA
	5900	INTEGRACAO DO RIO SAO FRANCISCO COM AS BACIAS DOS RIOS JAGUA
	7L29	INTEGRACAO DAS BACIAS HIDROGRAFICAS DO ESTADO CEARA - CINTUR
	7X29	CONSTRUCAO DA ADUTORA DO SERTAO - NO ESTADO DO PIAUI

#### 4.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade das unidades

#### Quadro 6– 4.3 Programa 2084 - Recursos Hídricos (DPE E DOH)

##### Ação/ Subtítulo – OFSS

Identificação da Ação						
Ação:	109H					
Título:	Construção de Barragens					
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo					
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas					
Programa:	2084 - Recursos Hídricos					
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta					
Ação Prioritária:	( )Sim ( X)Não		Caso Positivo: ( )PAC		( )Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária Anual - 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
125.300.000	100.300.000	59.806.399	0	0	0	59.806.399
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada		unidade		4,00	4,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
250.000	0	0	Obra executada	unidade	0,00	

##### Ação/ Subtítulo – OFSS

Identificação da Ação	
Ação:	109I

<b>Título:</b>	Construção de Açudes		
<b>Iniciativa:</b>	Representa o próprio objetivo		
<b>Objetivo:</b>	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
<b>Programa:</b>	2084 - Recursos Hídricos		
<b>Unid Orçamentária:</b>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
<b>Ação Prioritária:</b>	( ) Sim ( X ) Não	Caso Positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria
<b>Lei Orçamentária Anual - 2017</b>			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
750.000	750.000	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Obra executada	unidade	1,00	1,00	0,00		
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Obra executada	unidade	0,00	

**Ação/ Subtítulo - OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>			
<b>Ação:</b>	10CT		
<b>Título:</b>	Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano		
<b>Iniciativa:</b>	Implantação do Canal do Sertão Alagoano (AL)		
<b>Objetivo:</b>	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
<b>Programa:</b>	2084 - Recursos Hídricos		
<b>Unid Orçamentária:</b>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
<b>Ação Prioritária:</b>	( X ) Sim ( ) Não	Caso Positivo: ( X ) PAC	( ) Brasil sem Miséria
<b>Lei Orçamentária Anual - 2017</b>			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
180.631.100	60.415.864	60.404.865	60.404.865	60.404.865	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Obra executada	percentual de execução física	22,00	22,00	5,00		
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
85.989.590	85.764.753	0	Obra executada	percentual de execução	5,00	

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação			
<i>Ação:</i>	10F6		
<i>Título:</i>	Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco		
<i>Iniciativa:</i>	Implantação do Sistema Adutor do Agreste (PE)		
<i>Objetivo:</i>	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
<i>Programa:</i>	2084 - Recursos Hídricos		
<i>Unid Orçamentária:</i>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
<i>Ação Prioritária:</i>	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria

**Lei Orçamentária Anual - 2017**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não processado</i>
81.000.000	216.300.000	178.049.277	178.049.277	178.049.277	0	0
<b>Execução Física</b>						
<i>Descrição da Meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>		<i>Montante</i>		
				<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>
Obra executada		percentual de execução física		8,00	8,00	9,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
<i>Vr. 01/01/2017</i>	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição de Meta</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Realizado</i>	
16.000.000	16.000.000	0	Obra executada	percentual de execução	9,00	

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação			
<i>Ação:</i>	10GM		
<i>Título:</i>	Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica		
<i>Iniciativa:</i>	Representa o próprio objetivo		
<i>Objetivo:</i>	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
<i>Programa:</i>	2084 - Recursos Hídricos		
<i>Unid Orçamentária:</i>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
<i>Ação Prioritária:</i>	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria

**Lei Orçamentária Anual - 2017**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não processado</i>
1.800.000	1.260.000	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
<i>Descrição da Meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>		<i>Montante</i>		

		Previsto	Reprogramado	Realizado	
Estudo realizado	unidade	1,00	1,00	0,00	
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
2.469.539	669.377	0	Estudo realizado	unidade	1,00

### Ação/ Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação			
Ação:	11NF		
Título:	Implantação do Sistema Adutor de Jacobina com 65 km no Estado da Bahia		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
Programa:	2084 - Recursos Hídricos		
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2017			

### Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.000.000	700.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada		percentual de execução física		1,00	1,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00	

### Ação/ Subtítulo – OFSS

Identificação da Ação			
Ação:	12EP		
Título:	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)		
Iniciativa:	Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco – Eixo Leste (PB/PE)		
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
Programa:	2084 - Recursos Hídricos		
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2017			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
159.080.492	179.080.492	178.043.574	155.898.123	155.741.883	156.240	22.145.451
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada		percentual de execução física		9,00	9,00	3,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física – Metas</b>		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
179.097.711	143.185.509	(-286.227)	Obra executada	percentual de execução	3,00	

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>			
<b>Ação:</b>	12G4		
<b>Título:</b>	Implantação de Adutora Chapecozinho com 57 km no Estado de Santa Catarina		
<b>Iniciativa:</b>	Implantação da Adutora Chapecozinho (SC)		
<b>Objetivo:</b>	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
<b>Programa:</b>	2084 - Recursos Hídricos		
<b>Unid Orçamentária:</b>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
<b>Ação Prioritária:</b>	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria

**Lei Orçamentária Anual - 2017**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.000.000	0	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Adutora implantada		quilômetro		1,00	1,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física – Metas</b>		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Adutora implantada	quilômetro	0,00	

**Ação/ Subtítulo - OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Ação:</b>	12G6
<b>Título:</b>	Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco
<b>Iniciativa:</b>	Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco (CE/PB/PE/RN)

<b>Objetivo:</b>	0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção		
<b>Programa:</b>	2084 - Recursos Hídricos		
<b>Unid Orçamentária:</b>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
<b>Ação Prioritária:</b>	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria
<b>Lei Orçamentária Anual - 2017</b>			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
108.000.000	102.384.622	102.318.205	12.556.838	12.330.686	226.152	89.761.367
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Barragem recuperada		unidade	5,00	5,00	2,00	
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física – Metas</b>		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Barragem recuperada	unidade	0,00	

**Ação/ Subtítulo - OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>			
<b>Ação:</b>	12G7		
<b>Título:</b>	Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba		
<b>Iniciativa:</b>	Implantação do Canal da Vertente Litorânea (PB)		
<b>Objetivo:</b>	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
<b>Programa:</b>	2084 - Recursos Hídricos		
<b>Unid Orçamentária:</b>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
<b>Ação Prioritária:</b>	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria
<b>Lei Orçamentária Anual - 2017</b>			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
160.000.000	60.793.765	59.793.765	59.793.765	59.793.765	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra executada		percentual de execução física	36,00	36,00	4,00	
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física – Metas</b>		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
65.000.000	65.000.000	0	Obra executada	percentual de execução	4,00	

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação		
Ação:	140S	
Título:	Implantação do Sistema Adutor Nova Camará no Estado da Paraíba	
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo	
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas	
Programa:	2084 - Recursos Hídricos	
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta	
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC ( )Brasil sem Miséria

**Lei Orçamentária Anual - 2017**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.000.000	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra executada		percentual de execução física	0,00	0,00	0,00	
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
5.594.938	5.594.938	0	Obra executada	percentual de execução	0,00	

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação		
Ação:	14RM	
Título:	Implantação da Barragem Germinal no Estado do Ceará	
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo	
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas	
Programa:	2084 - Recursos Hídricos	
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta	
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC ( )Brasil sem Miséria

**Lei Orçamentária Anual - 2017**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.000.000	6.184.995	5.484.995	5.484.995	5.484.995	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra executada		percentual de execução física	1,00	1,00	1,00	

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
4.628.657	4.628.657	0	Obra executada	percentual de execução	44,00

### Ação/ Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação			
Ação:	14RP		
Título:	Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção		
Programa:	2084 - Recursos Hídricos		
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria

### Lei Orçamentária Anual - 2017

#### Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0

#### Execução Física

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Infraestrutura recuperada	unidade	1,00	1,00	0,00

### Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
12.211.686	8.066.140	0	Infraestrutura recuperada	unidade	50,00

### Ação/ Subtítulo – OFSS

Identificação da Ação			
Ação:	14RQ		
Título:	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Congo - Etapa III - no Estado da Paraíba		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
Programa:	2084 - Recursos Hídricos		
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria

### Lei Orçamentária Anual - 2017

#### Execução Orçamentária e Financeira

Dotação	Despesa	Restos a pagar inscritos 2017
---------	---------	-------------------------------

<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não processado</i>
500.000	350.000	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
<i>Descrição da Meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>		<i>Montante</i>		
				<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>
Obra executada		percentual de execução física		1,00	1,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
<i>Vr. 01/01/2017</i>	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição de Meta</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Realizado</i>	
0	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00	

### Ação/ Subtítulo – OFSS

<b>Identificação da Ação</b>					
<i>Ação:</i>	14RR				
<i>Título:</i>					
<i>Iniciativa:</i>	Representa o próprio objetivo				
<i>Programa:</i>	2084 - Recursos Hídricos				
<i>Unid Orçamentária:</i>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta				
	( X )Sim ( )Não		Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria	

### Lei Orçamentária Anual - 2017

<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>			<i>Restos a pagar inscritos 2017</i>	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não processado</i>
500.000	0	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
<i>Descrição da Meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>		<i>Montante</i>		
				<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>
Obra executada		percentual de execução física		0,00	0,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
<i>Vr. 01/01/2017</i>	<i>Valor Liquidado</i>	<i>Valor Cancelado</i>	<i>Descrição de Meta</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>Realizado</i>	
303.656	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00	

### Ação/ Subtítulo – OFSS

<b>Identificação da Ação</b>	
<i>Ação:</i>	14RS
<i>Título:</i>	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Natuba - no Estado da Paraíba
<i>Iniciativa:</i>	Representa o próprio objetivo
<i>Objetivo:</i>	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas
<i>Programa:</i>	2084 - Recursos Hídricos
<i>Unid</i>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta

Orçamentária:			
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria
<b>Lei Orçamentária Anual - 2017</b>			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
500.000	0	0	0	0	0	0

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada	percentual de execução física	0,00	0,00	0,00

**Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
2.584.592	2.562.710	0	Obra executada	percentual de execução	0,00

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação			
Ação:	14RU		
Título:	Recuperação e Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Bacia Leiteira no Estado de Alagoas		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
Programa:	2084 - Recursos Hídricos		
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria
<b>Lei Orçamentária Anual - 2017</b>			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
135.686.555	134.686.555	40.158.833	0	0	0	40.158.833

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada	percentual de execução física	71,00	71,00	0,00

**Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
27.170.579	8.100.000	0	Obra executada	percentual de execução	29,00

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação	
Ação:	14RY

<b>Título:</b>	Implantação de Barragem e do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Milagres no Estado do Piauí		
<b>Iniciativa:</b>	Representa o próprio objetivo		
<b>Objetivo:</b>	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
<b>Programa:</b>	2084 - Recursos Hídricos		
<b>Unid Orçamentária:</b>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
<b>Ação Prioritária:</b>	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria
<b>Lei Orçamentária Anual - 2017</b>			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.350.000	0	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada		percentual de execução física		0,00	0,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física – Metas</b>		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00	

**Ação/ Subtítulo - OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Ação:</b>	14S5					
<b>Título:</b>	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Alto Sertão no Estado de Sergipe					
<b>Iniciativa:</b>	Representa o próprio objetivo					
<b>Objetivo:</b>	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas					
<b>Programa:</b>	2084 - Recursos Hídricos					
<b>Unid Orçamentária:</b>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta					
<b>Ação Prioritária:</b>	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC		( )Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2017</b>						

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.000.000	700.000	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada		percentual de execução física		1,00	1,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física – Metas</b>		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
2.395.000	0	0	Obra executada	percentual de	0,00	

				execução	
--	--	--	--	----------	--

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação			
Ação:	14S6		
Título:	Implantação do Sistema Adutor Umari-Campo Grande no Estado do Rio Grande do Norte		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
Programa:	2084 - Recursos Hídricos		
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria

**Lei Orçamentária Anual - 2017**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
4.500.000	3.150.000	0	0	0	0	0

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada	percentual de execução física	8,00	8,00	0,00

**Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação			
Ação:	14S8		
Título:	Implantação da Adutora Santa Cruz da Baixa Verde no Estado de Pernambuco		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
Programa:	2084 - Recursos Hídricos		
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria

**Lei Orçamentária Anual - 2017**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.000.000	0	0	0	0	0	0

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra executada	percentual de execução física	0,00	0,00	0,00	
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
772.460	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00

### Ação/ Subtítulo - OFSS

Identificação da Ação			
Ação:	14S9		
Título:	Implantação da Adutora de Alto Santo no Estado do Ceará		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
Programa:	2084 - Recursos Hídricos		
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria

### Lei Orçamentária Anual - 2017

#### Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
4.500.000	0	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Obra executada	percentual de execução física	0,00	0,00	0,00		
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00	

### Ação/ Subtítulo – OFSS

Identificação da Ação			
Ação:	14SC		
Título:	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Sertaneja no Estado de Sergipe		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
Programa:	2084 - Recursos Hídricos		
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria

### Lei Orçamentária Anual - 2017

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.000.000	0	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Obra executada		percentual de execução física		Previsto	Reprogramado	Realizado
				0,00	0,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física – Metas</b>		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
1.266.332	427.426	0	Obra executada	percentual de execução	0,00	

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>			
<b>Ação:</b>	14SD		
<b>Título:</b>	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Tomar do Geru no Estado de Sergipe		
<b>Iniciativa:</b>	Representa o próprio objetivo		
<b>Objetivo:</b>	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
<b>Programa:</b>	2084 - Recursos Hídricos		
<b>Unid Orçamentária:</b>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
<b>Ação Prioritária:</b>	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria
<b>Lei Orçamentária Anual - 2017</b>			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.000.000	10.700.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Obra executada		percentual de execução física		Previsto	Reprogramado	Realizado
				1,00	1,00	1,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física – Metas</b>		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
3.109.157	3.109.157	0	Obra executada	percentual de execução	1,00	

**Ação/ Subtítulo - OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>	
<b>Ação:</b>	14SG
<b>Título:</b>	Ampliação da Barragem de Mato Verde no Estado de Minas Gerais
<b>Iniciativa:</b>	Representa o próprio objetivo
<b>Objetivo:</b>	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas

<b>Programa:</b>	2084 - Recursos Hídricos		
<b>Unid Orçamentária:</b>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
<b>Ação Prioritária:</b>	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria
<b>Lei Orçamentária Anual - 2017</b>			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.000.000	12.500.000	11.800.000	11.800.000	11.800.000	0	0

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada	percentual de execução física	1,00	1,00	1,00

**Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação			
<b>Ação:</b>	14SH		
<b>Título:</b>	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água do Oeste no Estado de Pernambuco		
<b>Iniciativa:</b>	Ampliação do Sistema Adutor do Oeste (PE)		
<b>Objetivo:</b>	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
<b>Programa:</b>	2084 - Recursos Hídricos		
<b>Unid Orçamentária:</b>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
<b>Ação Prioritária:</b>	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria
<b>Lei Orçamentária Anual - 2017</b>			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.000.000	700.000	0	0	0	0	0

**Execução Física**

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada	percentual de execução	1,00	1,00	0,00

**Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores**

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
10.207.246	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação			
-----------------------	--	--	--

<b>Ação:</b>	14SL		
<b>Título:</b>	Recuperação da Adutora Amaraji no Estado de Pernambuco		
<b>Iniciativa:</b>	Representa o próprio objetivo		
<b>Objetivo:</b>	0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção		
<b>Programa:</b>	2084 - Recursos Hídricos		
<b>Unid Orçamentária:</b>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
<b>Ação Prioritária:</b>	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria
<b>Lei Orçamentária Anual - 2017</b>			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.800.000	1.260.000	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada		percentual de execução física		1,00	1,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física – Metas</b>		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00	

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>						
<b>Ação:</b>	14SP					
<b>Título:</b>	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Boqueirão no Estado da Paraíba					
<b>Iniciativa:</b>	Representa o próprio objetivo					
<b>Objetivo:</b>	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas					
<b>Programa:</b>	2084 - Recursos Hídricos					
<b>Unid Orçamentária:</b>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta					
<b>Ação Prioritária:</b>	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC		( )Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2017</b>						

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.000.000	0	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada		percentual de execução física		0,00	0,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física – Metas</b>		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	

0	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação			
Ação:	14SS		
Título:	Implantação do Sistema Adutor Padre Lira no Estado do Piauí		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
Programa:	2084 - Recursos Hídricos		
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2017			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.000.000	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada		percentual de execução física		0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
1.100.000	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00	

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação			
Ação:	14ST		
Título:	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Bocaina-Piauí II no Estado do Piauí		
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
Programa:	2084 - Recursos Hídricos		
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2017			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.000.000	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		

		Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra executada	percentual de execução física	0,00	0,00	0,00	
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00

### Ação/ Subtítulo – OFSS

Identificação da Ação		
Ação:	14SV	
Título:	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Camalaú no Estado da Paraíba	
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo	
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas	
Programa:	2084 - Recursos Hídricos	
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta	
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC ( )Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2017		

### Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.000.000	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada		percentual de execução física		0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
6.598.465	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00	

### Ação/ Subtítulo – OFSS

Identificação da Ação		
Ação:	14VI	
Título:	Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água	
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo	
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas	
Programa:	2084 - Recursos Hídricos	
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta	
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC ( )Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2017		

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
13.600.000	26.186.848	1.240.077	1.232.308	1.232.308	0	7.769
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada		unidade		152,00	152,00	1,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física - Metas</b>		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
19.886.886	1.883.333	0	Obra executada	unidade	1,00	

**Ação/ Subtítulo - OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>			
<b>Ação:</b>	14VJ		
<b>Título:</b>	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Boquira (Zabumbão), no Estado da Bahia		
<b>Iniciativa:</b>	Representa o próprio objetivo		
<b>Objetivo:</b>	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
<b>Programa:</b>	2084 - Recursos Hídricos		
<b>Unid Orçamentária:</b>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
<b>Ação Prioritária:</b>	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria

**Lei Orçamentária Anual - 2017**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.800.000	1.260.000	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada		percentual de execução física		2,00	2,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física - Metas</b>		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00	

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação			
Ação:	14VL		
Título:			
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo		
Programa:	2084 - Recursos Hídricos		
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2017			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.800.000	0	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada		percentual de execução física		0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
4.385.835	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00	

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação			
Ação:	152D		
Título:	Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano		
Iniciativa:	Implantação do Ramal do Agreste (PE)		
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
Programa:	2084 - Recursos Hídricos		
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2017			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
227.319.017	21.719.017	21.719.017	0	0	0	21.719.017
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada		percentual de execução física		14,00	14,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
38.437.166	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação					
Ação:	152E				
Título:	Construção da 1ª Etapa do Sistema Adutor Ramal do Entremontes, no Estado de Pernambuco				
Iniciativa:	Implantação do Ramal do Entremontes (PE)				
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas				
Programa:	2084 - Recursos Hídricos				
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta				
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC		( )Brasil sem Miséria	

**Lei Orçamentária Anual - 2017**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
6.000.000	120.900	120.900	0	0	0	120.900

Execução Física					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra executada	percentual de execução física	7,00	7,00	0,00	

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
0	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação					
Ação:	152F				
Título:	Construção do Sistema Adutor Ramal do Apodi				
Iniciativa:	Implantação do Ramal do Apodi (CE/PB/RN)				
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas				
Programa:	2084 - Recursos Hídricos				
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta				
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC		( )Brasil sem Miséria	

**Lei Orçamentária Anual - 2017**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado

1.000.000	700.000	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
<i>Descrição da Meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>		<i>Montante</i>		
				<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>
Obra executada		percentual de execução física		1,00	1,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00	

<b>Identificação da Ação</b>					
<i>Ação:</i>	156Q				
<i>Título:</i>	Construção do Sistema Adutor Ramal do Salgado				
<i>Iniciativa:</i>	Implantação do Ramal do Salgado (CE)				
<i>Objetivo:</i>	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas				
<i>Programa:</i>	2084 - Recursos Hídricos				
<i>Unid Orçamentária:</i>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta				
<i>Ação Prioritária:</i>	( X )Sim ( )Não		Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária Anual - 2017</b>					

<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
<i>Dotação</i>		<i>Despesa</i>			<i>Restos a pagar inscritos 2017</i>	
<i>Inicial</i>	<i>Final</i>	<i>Empenhada</i>	<i>Liquidada</i>	<i>Paga</i>	<i>Processado</i>	<i>Não processado</i>
1.000.000	700.000	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
<i>Descrição da Meta</i>		<i>Unidade de Medida</i>		<i>Montante</i>		
				<i>Previsto</i>	<i>Reprogramado</i>	<i>Realizado</i>
Canal construído		percentual de execução		1,00	1,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Canal construído	percentual de execução	0,00	

#### Ação/ Subtítulo – OFSS

<b>Identificação da Ação</b>	
<i>Ação:</i>	15DX
<i>Título:</i>	Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó na Região Nordeste
<i>Iniciativa:</i>	Implantação do Ramal Piancó (PB)
<i>Objetivo:</i>	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas

<b>Programa:</b>	2084 - Recursos Hídricos		
<b>Unid Orçamentária:</b>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
<b>Ação Prioritária:</b>	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC	( )Brasil sem Miséria
<b>Lei Orçamentária Anual - 2017</b>			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.000.000	700.000	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Canal construído		percentual de execução		1,00	1,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Canal construído	percentual de execução	0,00	

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

<b>Identificação da Ação</b>			
<b>Ação:</b>	1851		
<b>Título:</b>	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica		
<b>Iniciativa:</b>	Representa o próprio objetivo		
<b>Objetivo:</b>	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas		
<b>Programa:</b>	2084 - Recursos Hídricos		
<b>Unid Orçamentária:</b>	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta		
<b>Ação Prioritária:</b>	( )Sim ( X )Não	Caso Positivo: ( )PAC	( )Brasil sem Miséria
<b>Lei Orçamentária Anual - 2017</b>			

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
249.819.008	39.818.024	33.815.917	0	0	0	33.815.917
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada		unidade		688,00	188,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
27.983.793	660.000	(-1.655.219)	Obra executada	unidade	2,00	

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação		
Ação:	1161	
Título:	Construção da Barragem Arroio Jaguari no Estado do Rio Grande do Sul	
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo	
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas	
Programa:	2084 - Recursos Hídricos	
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta	
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC ( )Brasil sem Miséria

**Lei Orçamentária Anual - 2017**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
9.000.000	0	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Obra executada		percentual de execução física		Previsto	Reprogramado	Realizado
				0,00	0,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00	

**Ação/ Subtítulo - OFSS**

Identificação da Ação		
Ação:	213R	
Título:	Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco na Fase de Pré-Operação	
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo	
Objetivo:	0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção	
Programa:	2084 - Recursos Hídricos	
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta	
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC ( )Brasil sem Miséria

**Lei Orçamentária Anual - 2017**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
194.400.000	151.680.983	151.615.302	86.066.025	86.064.689	1.337	65.549.277
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
Infraestrutura mantida		unidade		Previsto	Reprogramado	Realizado
				7,00	7,00	7,00

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
39.295.044	37.390.969	0	Infraestrutura mantida	unidade	13,00

### Ação/ Subtítulo – OFSS

Identificação da Ação		
Ação:	5900	
Título:	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)	
Iniciativa:	Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco - Eixo Norte (CE/PB/PE/RN)	
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas	
Programa:	2084 - Recursos Hídricos	
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta	
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC ( )Brasil sem Miséria

### Lei Orçamentária Anual - 2017

#### Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
307.580.492	273.195.870	272.992.488	106.464.405	106.437.501	26.904	166.528.083

Execução Física					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto executado	percentual de execução física	7,00	7,00	2,00	

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
358.556.111	208.517.184	(-9.554)	Projeto executado	percentual de execução	7,00

### Ação/ Subtítulo – OFSS

Identificação da Ação		
Ação:	7L29	
Título:	Integração das Bacias Hidrográficas do Estado Ceará - Cinturão das Águas do Ceará - Trecho 1 com 149,82 km	
Iniciativa:	Implantação do Cinturão das Águas (CE)	
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas	
Programa:	2084 - Recursos Hídricos	
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta	
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC ( )Brasil sem Miséria

### Lei Orçamentária Anual - 2017

#### Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
199.108.000	181.327.673	179.399.675	179.399.675	179.399.675	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada		percentual de execução		46,00	46,00	10,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
30.101.862	30.101.862	0	Obra executada	percentual de execução	10,00	

### Ação/ Subtítulo – OFSS

Identificação da Ação		
Ação:	7X29	
Título:	Construção da Adutora do Sertão - No Estado do Piauí	
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo	
Objetivo:	0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas	
Programa:	2084 - Recursos Hídricos	
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta	
Ação Prioritária:	( ) Sim ( X ) Não	Caso Positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria

### Lei Orçamentária Anual - 2017

#### Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
30.388.000	0	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada		percentual de execução física		0,00	0,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física – Metas</b>			
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00	

FONTE: Financeiro: SIAFI. Físico: Órgão responsável.

Departamento de Obras Hídricas – DOH

Quadro 7–4.4 Programa 2040 - Recursos Hídricos (DOH)

### Ação/ Subtítulo – OFSS

Identificação da Ação		
Ação:	10GW	
Título:	Construção da Barragem Castelo, no Estado do Piauí	
Iniciativa:	Construção da Barragem Castelo (PI)	
Objetivo:	0169 - Apoiar a redução do risco de desastres naturais em municípios críticos a partir de planejamento e de execução de obras.	
Programa:	2040 - Gestão de Riscos e de Desastres	
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta	
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC ( )Brasil sem Miséria

**Lei Orçamentária Anual - 2017**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
1.800.000	0	0	0	0	0	0
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra executada		percentual de execução física		0,00	0,00	0,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado	
0	0	0	Obra executada	percentual de execução	0,00	

**Ação/ Subtítulo – OFSS**

Identificação da Ação		
Ação:	14RL	
Título:	Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais	
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo	
Programa:	2040 - Gestão de Riscos e de Desastres	
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta	
	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC ( )Brasil sem Miséria

**Lei Orçamentária Anual - 2017**

**Execução Orçamentária e Financeira**

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
17.400.000	6.015.005	5.515.005	1.515.005	1.515.005	0	4.000.000
<b>Execução Física</b>						
Descrição da Meta		Unidade de Medida		Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto apoiado		unidade		3,00	2,00	1,00
<b>Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores</b>						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
86.475.780	15.701.989	(-25.064.783)	Projeto apoiado	unidade	1,00

### Ação/ Subtítulo – OFSS

Identificação da Ação		
Ação:	8348	
Título:	Apoio a Obras Preventivas de Desastres	
Iniciativa:	Representa o próprio objetivo	
Objetivo:	0169 - Apoiar a redução do risco de desastres naturais em municípios críticos a partir de planejamento e de execução de obras.	
Programa:	2040 - Gestão de Riscos e de Desastres	
Unid Orçamentária:	53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta	
Ação Prioritária:	( X )Sim ( )Não	Caso Positivo: ( X )PAC ( )Brasil sem Miséria

#### Lei Orçamentária Anual - 2017

#### Execução Orçamentária e Financeira

Dotação		Despesa			Restos a pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processado	Não processado
18.064.505	346.465.021	340.611.042	93.808.370	93.808.370	0	246.802.672

Execução Física					
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Montante			
		Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto apoiado	unidade	14,00	14,00	51,00	

Restos a Pagar Não Processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Vr. 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição de Meta	Unidade de Medida	Realizado
4.050.000	3.185.021	(-0)	Projeto apoiado	unidade	13,00

### Análise Situacional (SIOP)

Departamento de Projetos Estratégicos – DPE

Programa 2084 – Objetivo 0479

### Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco – Eixo Leste (12EP) e Eixo Norte (5900)

Conforme as informações de avanço físico apuradas em dezembro de 2017, o PISF alcançou a marca de 95,11% no avanço das obras, estando o Eixo Norte com 94,03% e o Eixo Leste com 96,63% de obras executadas.

No Eixo Norte - ação 5900 -, a meta 1N (Captação até o reservatório de Jatí) registrou 91,05% de obras executadas, a meta 2N (Reservatório de Jatí até o Reservatório Boi II) 98,65% e a meta 3N (Reservatório de Boi II até o Reservatório Engenheiro Ávidos) 98,57%.

Já no Eixo Leste - ação 12EP -, a meta 1L (da captação do Eixo Leste até Reservatório Areias) alcançou a marca de 98,96% de obras executadas, a meta 2L (do Reservatório Areias até Reservatório Barro Branco), 96,04% e a meta 3L (do Reservatório Barro Branco até Reservatório Poções), 97,82%.

O Eixo Leste (Trecho V de obras), que tem sua captação no município de Floresta (PE), se desenvolverá por 217 km até o rio Paraíba (PB) após deixar parte da vazão transferida nas bacias do Pajeú, do Moxotó e da região agreste de Pernambuco para o atendimento das demandas da região.

Previsto para uma capacidade máxima de 28 m<sup>3</sup>/s, o Eixo Leste funcionará com vazão contínua de 10 m<sup>3</sup>/s disponibilizados para consumo humano. Em períodos recorrentes de escassez de água nas bacias receptoras e de abundância na bacia do São Francisco, as vazões transferidas poderão atingir a capacidade máxima estabelecida.

O Eixo Leste é composto por sete subestações. As subestações E3, E4, E5 e E6 já estão concluídas. As subestações E1 e E2 apresentam pequenas pendências. A E0, apesar de energizada e operada pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), apresenta questões que impedem a conclusão do Contrato de Conexão com o Sistema de Transmissão (CCT), necessitando realizar readequações para sua adaptação ao sistema da CHESF.

Foi realizada uma concorrência para o atendimento de necessidades específicas das subestações E0 / PAF / BNO. Não houve empresas interessadas, o que gerou a necessidade de atualização dos preços no edital e a alteração do objeto para abertura de nova concorrência.

A Gerenciadora propôs algumas alterações que implicam em mudança de filosofia de projeto e do Edital da SE-E0, e necessita finalizar a documentação para realizar nova licitação.

O Ministério da Integração Nacional deverá verificar com a CHESF a aceitação das alterações para que possa dar a continuidade às revisões no edital. Sendo assim, os trabalhos nas subestações E0, PAF e BNO continuam com pendências, embora as mesmas já se encontrem em operação.

As linhas de transmissão estão instaladas. Quanto às seis estações de bombeamento do Eixo Leste, todas estão bombeando, porém com a necessidade de ajustes, como sincronização para a

partida dos motores, fechamento de válvulas e outros. Ainda não foram realizados os comissionamentos finais e o recebimento provisório de todas as estações de bombeamento. Os ensaios realizados até o momento não são considerados comissionamento.

Com relação ao Eixo Norte (Trechos I e II), que terá seu ponto de captação das águas do rio São Francisco próximo à cidade de Cabrobó (PE), este percorrerá cerca de 260 km, conduzindo água aos rios Salgado e Jaguaribe no Ceará, Apodi no Rio Grande do Norte e Piranhas-Açu na Paraíba e Rio Grande do Norte. Projetado para uma capacidade máxima de 99 m<sup>3</sup>/s, o Eixo Norte operará com uma vazão contínua de 16,4 m<sup>3</sup>/s destinada ao consumo humano.

Em períodos recorrentes de escassez de água nas bacias receptoras e de abundância na bacia do São Francisco, as vazões transferidas poderão atingir a capacidade máxima estabelecida.

O Eixo Norte é composto por três subestações: N1, N2 e N3, as quais já foram comissionadas pela TOSHIBA e energizadas. Existem porém, pendências desta empresa, como os relatórios do comissionamento, as built completas dessas subestações, assim como pendências elétricas, de obras e equipamentos encontradas nas subestações.

O Bay em Bom Nome está energizado, mas apresenta demandas que devem ser sanadas pela contratação de empresa para executar as pendências existentes nas três subestações. As obras das linhas de transmissão estão concluídas, mas continuam pendentes o fornecimento dos desenhos, as built, os relatórios de ensaios e os desenhos das caixas de emendas ópticas.

Também é necessária a contratação de empresa para supervisionar a execução das emendas e interligações ópticas dos equipamentos de telecomunicações, que serão implantados nas estruturas do Sistema Hídrico (EB, EC e TUD) e nas subestações dos Eixos Norte e Leste. Os projetos do Plano de Lançamento de Cabo de Fibra Óptica do Eixo Norte estão analisados e liberados para construção.

Quanto às três estações de bombeamento do Eixo Norte, as duas bombas da EBI-1 estão bombeando. É possível o bombeamento somente em uma das bombas da EBI-2, por um problema no acionamento. Já a EBI-3, ainda se encontra em fase de montagem dos equipamentos.

Ressalta-se que a Mendes Junior paralisou as atividades no Trecho I em 22/07/16, tendo sido realizada nova licitação, na qual o vencedor foi o consórcio EMSA-SITON que só entrou em atividade aproximadamente um ano após a paralisação da construtora anterior, em meados de 2017.

Foram pagos em 2017 na ação 5900 R\$ 251.032.808,70 sendo R\$ 94.301.778,07 da LOA e R\$ 156.731.030,63 de Restos a Pagar, o RAP foi equivalente a 62,43% do montante total pago no exercício.

Foram pagos em 2017 na ação 12EP R\$ 285.176.746,19 sendo R\$ 147.721.616,08 da LOA e R\$ 137.455.130,11 de Restos a Pagar, o RAP foi equivalente a 48,19% do montante pago com LOA no exercício.

**Ramais Associados ao Projeto de Integração do Rio São Francisco – Ramal do Agreste Pernambucano (Ação 152D), Ramal do Entremontes (Ação 152E), Ramal do Apodi (Ação 152F), O Ramal do Salgado (Ação 156Q) e O Ramal do Piancó (Ação 15DX).**

O PISF compreende os Trechos I e II no Eixo Norte e o Trecho V no Eixo Leste, que são os eixos estruturantes, a partir dos quais, nascem os demais Trechos ou Ramais Associados, quais sejam: Ramal do Agreste com 71 km (Trecho VII) no Eixo Leste e, no Eixo Norte, Ramal do Salgado com 35 km (Trechos III), Ramal do Apodi com 113 km (Trecho IV) e Ramal de Entremontes com 103 km (Trecho VI) e Ramal do Piancó.

O Ramal do Agreste Pernambucano consiste num sistema adutor com 70 km de extensão, no norte do estado de Pernambuco, a partir do Eixo Leste do PISF. Esta obra, complementar ao PISF, transportará água do rio São Francisco para a Adutora do Agreste, visando garantir segurança hídrica para 68 municípios do sertão e do agreste pernambucanos. Em 2017, todas as desapropriações previstas no projeto básico que ainda estavam pendentes foram ajuizadas. Todas as áreas possuem imissão na posse, porém, até dezembro, não havia definição de cronograma de obras, orçamento e ordem de serviço.

O Ramal de Entremontes é um sistema adutor iniciado no reservatório de Mangueira no município de Salgueiro/PE, que conduzirá água do Eixo Norte até o açude Chapéu. É composto por túneis, canais e aquedutos e está integralmente localizado no Estado de Pernambuco, com 103 km de extensão.

O projeto básico do Ramal de Entremontes está concluído, porém o Ministério da Integração Nacional recebeu uma solicitação de aumento de sua capacidade, para comportar a vazão que seria aduzida através de outro canal, abastecendo perímetros de irrigação no estado de Pernambuco. A solicitação de construção de outro canal não foi acatada por aumentar sobremaneira os gastos públicos.

Estuda-se então, a ampliação da capacidade do Ramal de Entremontes de 10 para 25 m<sup>3</sup>/s, o que resolverá a questão. Embora esta alteração ainda não esteja aprovada pelo conselho gestor do PISF e ainda não haja Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica (CERTOH), a alteração da capacidade do Ramal de Entremontes já foi incorporada ao projeto executivo, já que a mesma está de acordo com o princípio da economicidade.

O Ministério da Integração já encaminhou todos os estudos solicitados e aguarda manifestação do órgão quanto à emissão da LI – Licença de Instalação. Será necessária a contratação de empresa para realizar a implantação e supervisão dos programas ambientais a serem aprovados pelo IBAMA. No que diz respeito às desapropriações, até 2017 foram executadas 45% das 347 propriedades a desapropriar. Porém, em dezembro, estavam suspensas novas desapropriações, aguardando orientações sobre cronograma de obras, orçamento e ordem de serviço.

O Ramal do Apodi consiste em um sistema adutor composto por canais, aquedutos e túneis, que irão conduzir água do Eixo Norte do PISF até a bacia do rio Apodi, atendendo ao estado do Rio Grande do Norte. Esta obra complementar ao PISF realizará a interligação do Reservatório Caiçara (PB), ao Açude Angicos na bacia do rio Apodi (RN), percorrendo 113 km no total. O Ramal do Apodi ainda não possui licença de instalação nem a autorização de supressão de vegetação. Faz-se necessária a contratação de empresa que realizará a implantação e supervisão dos programas ambientais a serem aprovados pelo IBAMA para o início das obras. Quanto às desapropriações, foram levantadas 850 propriedades a desapropriar, mas não há definição do cronograma desta etapa por parte da SIH/DPE/CGPAM. O projeto executivo está em fase de finalizações, estando previsto para ser concluído em março de 2018, assim como seu recebimento definitivo.

O Ramal do Salgado, ou Trecho III, é um componente associado ao Eixo Norte do Projeto de Integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) e atenderá ao estado do Ceará. Seu traçado foi projetado em cotas altas, conforme o projeto básico, com muitos aquedutos e com trechos de canais a serem implantados em áreas de cumeada e de meia encosta, com o objetivo principal de atender à premissa de geração de energia.

Essa premissa não encontra mais justificativas econômicas. Além disso, o governo do Ceará fez uma proposta solicitando que parte da vazão que seria disponibilizada através do Ramal do Salgado fosse remanejada para o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) – canal de adução de água que se tornou o principal empreendimento hídrico para o abastecimento do estado. Por este motivo, o projeto executivo do Ramal do Salgado está sendo elaborado considerando um traçado alternativo.

Assim, em atendimento a estas diretrizes, a alternativa de traçado do Trecho III que está sendo desenvolvida no projeto executivo tem como característica a mudança do objetivo de geração de energia para não geração, com eliminação das UHEs de Salgado I e Salgado II, inicialmente projetadas. Outra característica será a mudança do traçado do projeto básico, que se iniciava na barragem Caiçara e se desenvolvia pela meia encosta da Serra do Amaro até atingir o Rio Salgado perfazendo 58,653 km de extensão, para se iniciar numa derivação direta do Ramal do Apodi (Trecho IV), em seu quilômetro 30,2, desenvolvendo-se ao norte da Serra do Amaro até o rio Salgado, com extensão total de 36,112 km. Finalmente, haverá mudança na vazão transportada máxima de 45,5 m<sup>3</sup>/s para 20 m<sup>3</sup>/s, sendo que o saldo de 25,5 m<sup>3</sup>/s será derivado para o Cinturão das Águas do Ceará – CAC.

O projeto executivo do Ramal do Salgado está em fase de finalização, estando previsto para ser concluído em março de 2018, assim como seu recebimento definitivo.

O Ramal do Piancó foi gerado de uma reivindicação do estado da Paraíba para a execução de uma terceira derivação que se destinaria à bacia do rio Piancó, e que era considerada viável técnica e economicamente face à proximidade do Eixo Norte às cabeceiras do rio Piancó.

Em 11 de dezembro de 2013, foram solicitados recursos financeiros ao Ministério da Integração Nacional para a execução de projetos e obras do sistema adutor. De acordo com os estudos preliminares do governo da Paraíba, seria prevista uma vazão de 3,0 m<sup>3</sup>/s e essa derivação deveria ser feita entre o aqueduto Boi e o aqueduto Pinga, a jusante do reservatório Boi II.

O anteprojeto apresentado pelo governo da Paraíba, no entanto, não foi considerado executável pela equipe técnica do Ministério, exigindo-se a realização de um Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental (EVTEA) para essa derivação, a fim de se escolher a melhor alternativa de ligação do Eixo Norte do PISF ao açude Condado, situado na bacia hidrográfica do rio Piancó em sua parte superior. Dentro do aludido estudo serão reavaliados a vazão de demanda e o melhor ponto de captação, sugeridos pelos estudos do governo do estado.

No final de 2017, a licitação para a contratação da consultoria para a elaboração do EVTEA nos moldes do Banco Mundial estava na fase de chamamento das empresas da lista curta a fim de que as mesmas apresentassem suas propostas.

Programa 2084 – Objetivo 0480

**Ação 12G6 – Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco na Região Nordeste**

Diante da constatação da situação de deterioração e inadequação de muitos açudes existentes nos estados atendidos pelo Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF) – Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte – e frente ao reconhecimento da importância de que tais estruturas estejam em condições apropriadas para o recebimento das águas transpostas, conforme consta no termo de compromisso firmado entre a União e os estados receptores, o Ministério da Integração Nacional firmou termos de execução descentralizada (TED) com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) a fim de que este promova a recuperação desses açudes estratégicos, garantindo a maior efetividade possível à distribuição e aproveitamento dos recursos hídricos na região beneficiada.

Durante o exercício 2017, no âmbito dos Termos de Execução Descentralizada – TEDs 02/2016 e 03/2016 entre a SIH-MI e o DNOCS, foram iniciadas as obras de recuperação e modernização dos reservatórios das prioridades 1 e 2: Poções/PB, São Gonçalo/PB, Curema/PB, Mãe D'Água/PB, Epitácio Pessoa/PB, Castanhão/CE, Armando Ribeiro Gonçalves/RN, Poço da Cruz/PE; foi dada continuidade nas obras de Camalau/PB e iniciada a 2ª fase das obras neste reservatório; e foi firmado contrato para as obras do reservatório Barra do Juá/PE, com previsão de emissão da ordem de serviço no início de 2018.

Os reservatórios Engenheiro Ávidos/PB e São José/PB estão em fase final de conclusão dos projetos executivos.

Os reservatórios Banabuiú, Quixabinha, Prazeres, Lima Campos e Orós, no Ceará, Lagoa do Arroz, na Paraíba, Entremontes e Chapéu, em Pernambuco e Angicos, Pau dos Ferros e Santa Cruz do Apodi, no Rio Grande do Norte, identificados como de “Prioridade 3”, encontram-se em fase de aprovação dos estudos e projetos elaborados, para então ser formalizado novo TED para as intervenções identificadas para estes reservatórios.

### **Ação 213R – Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco na fase de Pré-Operação – Na Região Nordeste**

São desenvolvidas as seguintes atividades: pré-operação, segurança, operação e manutenção das obras civis e sistemas eletromecânicos do PISF, por meio do Termo de Execução Descentralizada nº 01/2015 com a Codevasf; e o pagamento da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

O valor total da cobrança pelo uso de recursos hídricos em 2017 foi de R\$ 11.923.761,60 (onze milhões, novecentos e vinte e três mil, setecentos e sessenta e um reais e sessenta centavos) pagos em 10 parcelas mensais e foi devido em função da outorga de direito de recursos hídricos requisitada pelo MI para o PISF conforme a Lei nº 9.433/1997.

À Codevasf foi atribuída a função de Operadora Federal do PISF (Decreto nº 8.207/2014) e o MI delegou a ela as atividades de pré-operação, segurança, operação e manutenção das obras civis e sistemas eletromecânicos do projeto por meio do TED nº 01/2015. Da previsão orçamentária desse TED, foram realizadas transferências de limite financeiro no valor de R\$ 128.124.688,13 (cento e vinte e oito milhões, cento e vinte e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito reais e treze centavos) ao longo de 2017. A Codevasf utilizou esse montante para o pagamento do contrato de suprimento de energia elétrica (fatura de energia consumida pelo PISF), contrato de uso do sistema de transmissão (CUST), contribuição associativa ao operador nacional do sistema elétrico (NOS), diárias, vigilância, locação de imóvel e demais serviços de apoio ao escritório da Codevasf em Salgueiro.

Em 2017, a previsão de despesas do PISF, atualizada em 10 de agosto de 2017, evidencia os maiores investimentos, que são a prestação de serviços de transmissão por concessionárias, mediante controle e supervisão do ONS, adequação de TUST, contratação de empresa de vigilância, serviços de vigilância armada do PISF, contratação do modelo hidrológico, contratação do modelo hidráulico e aquisição de energia do tipo convencional em três diferentes leilões. Isto posto, os TEDs 01/2015, 08/2014, 02/2014 descentralizaram recurso para a Codevasf para a realização de vigilância e conservação das estruturas, para compra de energia e encargos associados e para contratação de consultoria especializada para elaboração de modelos de gestão e tarifário.

Departamento de Obras Hídricas - DOH

#### **Programa 2084 – Objetivo 0480**

No Objetivo 0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção, destacam-se as seguintes ações:

A ação 14S0 se refere à recuperação da adutora do Garrincho no estado do Piauí. As obras civis foram concluídas em maio de 2014.

Programa 2084 – Objetivo 0479

No objetivo 0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas, do Programa Recursos Hídricos, destacam-se, inicialmente, as ações de implantação, recuperação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e sistemas adutores

descritos a seguir, por Unidade da Federação e com a situação em que cada uma se encontrava em dezembro de 2017. Estas ações são componentes da Carteira PAC Semiárido (Prevenção Estiagem/Seca) operacionalizada pela Caixa Econômica Federal.

### **Estado de Alagoas**

A ação 14RW - Recuperação e Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Olho D'Água do Casado e Piau, composto por nova captação, adutoras (4,5 Km), ampliação de EE's e ETA, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Olho D'Água do Casado e Piranhas e beneficia 32 mil habitantes. No final de 2017, a obra estava com 67% de execução.

A Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Minador do Negrão, Estrela de Alagoas e Igaci (ação 14RR), composto por captação na barragem do Bálsamo, adutora (16 Km), EE e melhorias na ETA visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Minador do Negrão, Estrela de Alagoas e povoados de Igaci e beneficia 35 mil habitantes. Foram aferidos em dezembro/2016 38% de execução, e a obra encontra-se com 67%. Sem execução financeira em 2017.

A ação 14RU - Recuperação e Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Bacia Leiteira, composto por captação no rio São Francisco, adutora (92 Km), EE's, reservatórios e ETA, visando abastecimento humano. Abrange 19 municípios na região de Pão de Açúcar e beneficia 300 mil habitantes. A obra encontra-se com 26,94% de execução física.

### **Estado da Bahia**

A ação 14VJ - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Boquira (Zabumbão), composto por captação na Barragem Zabumbão, adutoras (208 Km) e ETA, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Paramirim, Boquira, Macaúbas, Ibipitanga, Rio do Pires, Caturama e Ibitiara e beneficia 188 mil habitantes. As obras foram iniciadas em junho de 2015, mas a Barragem Zabumbão está com indisponibilidade hídrica e os atuais beneficiados estão negociando com o governo estadual um acordo para reduzir o volume de captação e outros benefícios. Sem movimentação financeira para o período.

### **Estado do Ceará**

As ações 14S9 - Implantação da Adutora de Alto Santo e 14SR - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água para Comunidades Vizinhas do Eixão das Águas, tiveram suas obras concluídas em 2017.

### **Estado da Paraíba**

As obras dos sistemas integrados no Estado da Paraíba apresentaram percentuais de execução física, no final de 2017, como segue: 14RQ - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Congo - Etapa III (74,74%); 14RS - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Natuba (avanço de aproximadamente 25%, e a obra encontra-se com 99,76%); 14SP - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Boqueirão (19,58%) e 14SV - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Camalaú (20,79%).

### **Estado de Pernambuco**

Neste objetivo, as obras de três ações encontram-se com os seguintes percentuais de execução física: ação 14RZ - Ampliação da Adutora Redenção (78,32%); ação 14S7 - Implantação da Adutora Inhumas (39,84%) e a ação 14SH - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água do Oeste (76,26%).

A ação 14S8 - Implantação da Adutora Santa Cruz da Baixa Verde, devido a revisão e ajustes no projeto básico. Não houve apuração física até o momento.

Na ação 14SK - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Itaíba-Tupanatinga, os poços foram perfurados, mas apresentaram baixa vazão e estão sendo realocados. Há necessidade de aporte adicional de recursos da ordem de R\$ 1,5 milhões.

### **Estado do Piauí**

A Implantação do Sistema Adutor Padre Lira (ação 14SS), composto por adutora (51 Km), com captação na Barragem Jenipapo, além de reservatórios apoiados e ETA, visando abastecimento humano e dessedentação animal. Abrange os municípios de Dom Inocêncio e São João do Piauí e beneficia cerca de 9 mil habitantes. No final de 2017, as obras apresentavam um percentual de 55,02% de execução física, com as obras em ritmo lento, devido a alterações no projeto executivo e problemas contratuais no fornecimento dos tubos.

A ação 14ST - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Bocaina-Piaus II composto por dois ramais que captarão água nos açudes Bocaina e Piaus, além de reservatórios, estações elevatórias e ETA's, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Bocaina, Sussuapara, Picos, Alagoinha do Piauí, Monsenhor Hipólito, Francisco Santos e Sto. Antônio de Lisboa, no Estado do Piauí, e beneficia cerca de 117 mil habitantes. As obras apresentam um percentual de 50,40% de execução física, devido a alterações no projeto executivo que necessitam de recursos da ordem de vinte e dois milhões de reais.

### **Estado do Rio Grande do Norte**

Implantação do Sistema Adutor Umari-Campo Grande (ação 14S6) de captação flutuante, estação de tratamento de água, reservatório, adutora (31 Km) e redes de distribuição, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Umari e Campo Grande e beneficia 2,6 mil habitantes. Devido à revisão e ampliação do projeto inicial este empreendimento necessita de readequação da carteira para um aporte de recursos de R\$ 34.137.767,92. Totalizando R\$ 41.937.767,92, ainda não autorizada.

A ação 14VL - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Pendências, Macaú, Guamaré e Baixa do Meio Com a implantação de nova captação, adutora de água bruta (26 Km) e estação elevatória, que será interligada à ETA de Macau, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Pendências, Macau, Baixa do Meio e o distrito de Guamaré e beneficia 104 mil habitantes. No final de 2017 as obras apresentavam percentual de execução física de 66,52%.

### **Estado de Sergipe**

No Estado de Sergipe os termos de compromisso e contratos de repasse pactuados apresentarem os seguintes percentuais de execução das obras:

A ação 14S5 - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Alto Sertão, composto pela implantação de adutora (80 Km) e subadutoras, estações elevatórias, reservatórios, redes de distribuição e ligações domiciliares, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de São Miguel do Aleixo, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora das Dores, Moita Bonita e Ribeirópolis e beneficia cerca de 106 mil habitantes. Em 2017 não houve movimentação financeira e as obras apresentavam um percentual de execução de 63,53%;

A ação 14SC - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Sertaneja, compreende a implantação de subadutoras (com 24 Km de extensão e uma vazão de 0,09 m<sup>3</sup>/s) derivadas da Adutora Sertaneja, compostas por estações elevatórias, reservatórios e redes de distribuição, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Aquidabã, Gararu e Nossa Senhora de Lourdes, em Sergipe, e beneficia cerca de 21 mil habitantes. Este empreendimento, no final de 2017, apresentou percentual de execução de 93,68%.

A ação 14SD - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Tomar do Geru composto por adutoras e subadutoras, com extensão total de 81 km. A obra contará ainda com barragem de nível, captação, estações elevatórias e de tratamento, reservatórios, ampliação das redes de distribuição e ligações domiciliares, visando abastecimento humano. Abrange os

municípios de Umbaúba, Itabaianinha e Tomar do Geru e beneficia cerca de 38 mil habitantes. Apresenta percentual de execução de 73,28%.

#### **Ação 14VI - Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água**

Dentre os empreendimentos componentes da ação 14VI, registra-se a seguir, os integrantes da Carteira PAC Semiárido (Prevenção Estiagem/Seca) operacionalizada pela Caixa econômica Federal, por Estado da Federação e com a situação em que cada uma se encontrava até dezembro de 2017:

O SIAA de Cotegipe/BA e a Adutora de Aroeiras/PB foram concluídas no ano de 2017; SIAA Retiro/PB apresenta 38,60% de execução física e o Sistema de Abastecimento de Água Governador Dix-Sept Rosado/RN apresenta 94,30%.

#### **12G4 - Implantação de Adutora Chapecozinho com 57 km no Estado de Santa Catarina**

Implantação de Sistema Integrado de Abastecimento de Água composto por captação no Rio Chapecozinho, adutoras, ETA, reservatório e rede de distribuição, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Chapecó, Xanxerê, Xaxim e Cordilheira Alta, em Santa Catarina, e beneficia 450 mil habitantes. Execução Física: 0%, encontra-se em fase de licitação/contratação.

#### **12G7 – Canal Adutor Vertente Litorânea**

Implantação dos trechos I, II e III do sistema adutor Vertente Litorânea Paraibana, com aproveitamento das águas oriundas do Projeto de Integração do São Francisco, composto por canais, adutoras, túneis e estações elevatórias, visando abastecimento humano e atividade industrial. Abrange 12 municípios situados na planície costeira da Paraíba, e beneficia 631 mil habitantes. Em 2017, o empreendimento atingiu 51% de execução física.

Foram repassados em 2017 na ação 12G7, R\$ 124.793.765,00, sendo R\$ 59.793.765,00 da LOA 2017 e R\$ 65.000.000,00 de “Restos a Pagar”. O RAP foi equivalente a 52,09% do montante repassado.

#### **10CT – Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano.**

O Canal do Sertão Alagoano consiste na implantação dos trechos I, II, III e IV com vazão total de 32 m<sup>3</sup>/s, visando abastecimento humano e irrigação. Existe ainda o trecho V, porém este ainda não foi pactuado com o Ministério da Integração.

A parte pactuada do empreendimento abrange 42 municípios entre Delmiro Gouveia e Arapiraca e beneficiará 500 mil habitantes.

Os Trechos já pactuados (I ao IV) do empreendimento beneficiarão diretamente 7 municípios e mais de 180 mil alagoanos. Em 2013 foram concluídos os trechos I e II (64 km de canal), que foram inaugurados em 12/03/2013. Em 2015 foi concluído o trecho III e em 2016 foram inaugurados os primeiros 12,5 Km do Trecho IV. No total, em 2017, a obra atingiu 92% de execução física.

Foram repassados em 2017 na ação 10CT, R\$ 146.169.618,43, sendo R\$ 60.404.865,00 da LOA 2017 e R\$ 85.764.753,43 de “Restos a Pagar”. O RAP foi equivalente a 58,67% do montante repassado.

### **7L29– Integração das Bacias Hidrográficas do Estado do Ceará – Cinturão das Águas do Ceará (CAC) - Trecho I**

As obras foram iniciadas em outubro de 2013, está no PAC a Implantação do Trecho I do Projeto do Cinturão das Águas.

O Cinturão, que em 2017 alcançou 42% de execução física, com um avanço de 10%, consiste num sistema adutor com extensão aproximada de 1.300 km, quase que integralmente gravitário.

O intuito do projeto é aduzir parcela das vazões transpostas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco para 80% do território do Ceará, beneficiando 95% da população do estado (aproximadamente 8 milhões de pessoas).

O CAC completo (aproximadamente 1300 km) beneficiará 95% da população do estado (8 milhões de pessoas, a parte do empreendimento pactuada com o MI (Trecho I) abastecerá 24 municípios entre Jati e o rio Cariús, no Ceará, beneficiando 561.000 pessoas.

Foram repassados em 2017 na ação 7L29, R\$ 209.501.536,97, sendo R\$ 179.399.675,00 da LOA 2017 e R\$ 30.101.861,97 de “Restos a Pagar”. O montante total empenhado para o instrumento foi utilizado.

### **10F6 - Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco**

O Sistema Adutor do Agreste abrange a construção de adutora com 1.300km de extensão, estações elevatórias, reservatórios e tubulações que visam garantir a oferta de água para o abastecimento das populações residentes em 68 municípios do Estado de Pernambuco, destacando-se Pesqueira, São Bento do Una, Garanhuns, Caetés e Bom Conselho.

Das cinco etapas previstas para o projeto, até o presente momento, apenas a primeira etapa foi pactuada com o Ministério da Integração. A primeira etapa é dividida em duas fases. A conclusão das obras que estava prevista para julho de 2015 foi adiada para 2021 por dificuldades

de fluxo financeiro. A previsão de término da primeira etapa é dezembro de 2019. Considerando os prazos previstos para a entrada em operação do Ramal do Agreste, no final de 2021, o Ministério pactuou com o Governo de Pernambuco uma série de obras, que foram propostas pelo Estado e que propiciarão funcionalidade prévia ao sistema adutor, servindo como fonte alternativa e complementar quando o sistema produtor estiver em funcionamento.

As alternativas pactuadas consistem na Interligação com a bacia do Jatobá em Ibimirim, concluída e abastecendo Arcoverde; a Adutora de Moxotó que está prevista para ser concluída no primeiro semestre de 2018. Em 2017, as obras atingiram 48% de execução física.

Foram repassados em 2017 na ação 10F6, R\$ 194.049.277,00, sendo R\$ 178.049.277,00 da LOA 2017 e R\$ 16.000.000,00 de “Restos a Pagar”. O RAP foi equivalente a apenas 8,25% do montante repassado.

### **Análise situacional das Ações relacionadas às Barragens**

Ainda no Objetivo 0479, destacam-se a seguir as ações relacionadas à construção de barragens:

14RM - Implantação da Barragem Germinal, no estado do Ceará, apresenta 44,97% de execução.

14RY - Implantação de Barragem e do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Milagres no Estado do Piauí, por falhas no projeto básico e dificuldade na realização do processo licitatório, o Governo do Estado optou por realizar licitação na modalidade RDC, porém sem movimentação financeira para o período.

14SG - Ampliação da Barragem de Mato Verde no Estado de Minas Gerais, as obras para a implantação desta barragem foram iniciadas em dezembro de 2014 e encontram-se com 62,98% de execução.

1160 - Construção da Barragem Arroio Taquarembó, no Estado do Rio Grande do Sul. Visa a conclusão da barragem no Arroio Taquarembó, vertedouro, supressão vegetal racional, instalações elétricas e sistemas de proteção, ponte na RS-630, ponte de fuga, canal de aproximação e mecanismo de transposição de peixes, visando abastecimento humano, controle de cheias e irrigação. Beneficia 41.300 habitantes. Percentual de Execução: 23% do Plano de Trabalho atual e 87% dos Planos de Trabalhos antigos.

1161 - Construção da Barragem Arroio Jaguari, no estado do Rio Grande do Sul. Abrange os municípios de Lavras do Sul, Rosário do Sul, São Gabriel e Dom Pedrito, no Rio Grande do Sul, e beneficia 41 mil habitantes. Em 2017, as obras apresentavam um percentual de

execução de 68% considerando todos os planos de trabalho e de 0% considerando o plano de trabalho atual.

#### **10GM - Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica**

A elaboração do anteprojeto técnico e dos estudos de viabilidade econômica/financeira/ambiental do Sistema Adutor de Borborema foi concluída em 2017. Sobre a elaboração do plano diretor de drenagem da bacia hidrográfica do Mearim Bacanga, informa-se que se encontra com 70% de execução.

#### **11NF - Implantação do Sistema Adutor de Jacobina com 65 km no Estado da Bahia**

Sem movimentação financeira para o período.

#### **140S - Implantação do Sistema Adutor Nova Camará no Estado da Paraíba**

Em 2017 foi repassado o montante total de R\$ 5.594.938,00.

#### **Programa 2040 – Objetivo 0169**

#### **14RL - Realização de Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais;**

Os projetos e obras abrangidos nessa ação são: Barragem Igarapeba e Barragem Guabiraba em Pernambuco; Barragem Oeste e Barragem Sul, Implantação de obras e melhoramentos no canal do rio Itajaí Mirim e instalação de comportas de regulação no rio Itajaí Mirim, em Itajaí; Construção de 3 barragens de contenção de cheias nos Rios Tributários Taió, Perimbó e Braço do Trombudo, em Rio do Sul-SC; elaboração de Estudos Ambientais e Socioambientais na Bacia do Rio Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

Barragem Guabiraba/PE - Construção de barragem para contenção de enchentes no Rio Serinhaém. Beneficiará as cidades de Barra de Guabiraba, Cortes, Ribeirão, Gameleira, Joaquim Nabuco e Sirinhaém, atendendo a uma população estimada de 153 mil habitantes, teve uma execução física estimada em 25% até 2017.

Barragem Igarapeba/PE - Implantação da barragem de Igarapeba, localizada no município de São Benedito do Sul, de modo a complementar o sistema de controle de enchentes da bacia do Una. O projeto beneficiará as cidades de Maraial, Jaqueira, Palmares, Água Preta e Barreiros, totalizando 170 mil habitantes. Regularizará uma vazão centenária e teve uma execução física estimada em 37% até 2017.

Implantação de obras e melhoramentos no canal do rio Itajaí Mirim e instalação de comportas de regulação no rio Itajaí Mirim, em Itajaí: Construção de obras e melhoramento de 0,95 km do canal do Rio Itajaí Mirim, no município de Itajaí, com o objetivo de aumentar sua

capacidade de escoamento, e instalação de comportas de regulação, com a finalidade de controlar a vazão afluente e proteger os efeitos do refluxo proveniente à jusante, durante os picos de enchente. Execução Física: 100% do projeto concluído, obras não iniciadas;

Construção de 3 barragens de contenção de cheias nos Rios Tributários Taió, Perimbó e Braço do Trombudo, em Rio do Sul: Execução física: 100% do projeto concluído, obras não iniciadas, encontram-se em fase de licitação/contratação.

A elaboração de estudos ambientais e socioambientais na bacia do Rio Itajaí para o licenciamento ambiental das obras de melhoramento fluvial e alargamento da calha dos rios combinado com a construção de diques, com o objetivo de escoar enchentes de porte com segurança nos municípios de Taió, Rio do Sul e Timbó, apresenta um percentual de execução física de 80%.

O Plano Diretor das Bacias dos rios Mearim e Bacanga/MA teve uma execução física de 70% até 2017.

#### **10GW – Construção da Barragem Castelo, no Estado do Piauí**

Sem movimentação financeira para o período.

#### 4.3.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

As informações consolidadas nesta seção evidenciam os principais eventos que, de alguma forma, impactaram o desenvolvimento das ações e atividades propostas pelo Ministério da Integração Nacional na condução de seus projetos e programas estabelecidos para 2017.

Em virtude das dificuldades financeiras e orçamentárias vivenciadas, o ministério enfrentou desafios em sua gestão orçamentária e, alternativamente, precisou adotar medidas para mitigar tais desafios.

#### 4.3.2 Fatores Intervenientes no Desempenho Orçamentário

Os fatores intervenientes enfrentados no exercício relativos à execução orçamentária e financeira estão detalhados no item 4.3.1 - Índice de efetivação do empenho

#### 4.3.3 Obrigações Assumidas sem Respectivo Crédito Autorizado no Orçamento

Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada.

#### 4.3.4 Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

**Tabela 1 – 4.1 Restos a pagar de exercícios anteriores**

UG Executora: 530013/530021

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (d) = (a-b-c)	
2016	26.337,95	26.337,95		0,00	
2015	1.473,88		1.473,88	0,00	
2014	3.079.770,30	715.380,30	693.359,51	1.671.030,49	
2013	17.695.797,47	2.128.051,48	6.861.908,27	8.705.837,72	
2012	56.638.375,94	10.342.995,99	7.245.672,63	39.049.707,32	
2011	37.675.485,76	8.571.468,21		29.104.017,55	
2010	19.499.000,18	6.843.601,03	2.717.858,50	9.937.540,65	
2009	23.463.312,39	11.909.894,58	1.887.533,37	9.665.884,44	
2008	48.412.468,49	1.250.000,00		47.162.468,49	
2007	10.093.771,01			10.093.771,01	
2006	5.825.334,23			5.825.334,23	
<b>TOTAL</b>	<b>222.411.127,60</b>	<b>41.787.729,54</b>	<b>19.407.806,16</b>	<b>161.215.591,90</b>	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (i) = (e-g-h)
2016	139.526.749,83	29.402.140,80	27.974.940,09	8.987.827,00	102.563.982,74
2015	145.878.967,42	22.070.506,02	22.070.506,02	19.602.891,08	104.205.570,32
2014	71.940.116,02	8.008.642,15	8.008.642,15	17.306.004,22	46.625.469,65
2013	44.023.607,35	1.531.265,19	1.531.265,19	9.585.878,01	32.906.464,15
2012	47.549.323,29	2.565.872,23	2.565.872,23	1.290.059,46	43.693.391,60
2011	37.041.802,20			355.606,82	36.686.195,38
2010	29.631.240,48	6.422.852,72	6.411.714,56	10.223.728,48	12.995.797,44
2009	15.428,54			15.428,54	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	262.632,63			262.632,63	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>515.869.867,76</b>	<b>70.001.279,11</b>	<b>68.562.940,24</b>	<b>67.630.056,24</b>	<b>379.676.871,28</b>

Fonte: Tesouro Gerencial - SIAFI

#### Análise Crítica:

No exercício de 2017 foi realizado um grande esforço para diminuição do montante de Restos a Pagar Não Processados, visando aprimorar o ajuste financeiro para os exercícios seguintes.

Os restos a pagar processados e não processados a liquidar de exercícios anteriores reinscritos em 2016 somaram R\$ 1.533.371.814,22 (um bilhão e quinhentos e trinta e três milhões e trezentos e setenta e um mil e oitocentos e quatorze reais e vinte e dois centavos), já em 2017 foram reinscritos R\$ 738.280.995,36 (setecentos e trinta e oito milhões, duzentos e oitenta mil, novecentos e noventa e cinco reais e trinta e seis centavos) o que demonstra o esforço desta Secretária em promover os ajuste necessários.

#### 4.3.5 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

**Tabela 2 – 4.2 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios**

Unidade concedente ou contratante						
Nome:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	0	47	20	20.380.566,71	41.560.854,04	39.772.864,57
Contrato de repasse	43	0	0	52.388.287,00	0	0
Termo de Execução Descentralizada	8	9	7	276.491.685,42	102.392.267,21	86.675.400,66
Termo de Compromisso	0	5	0	727.140.790,67	823.193.060,49	766.692.716,47
Totais	51	61	27	799.909.644,38	967.146.181,74	893.140.981,70

Fonte: Tesouro Gerencial – SIAFI; SICONV

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Tabela 3 – 4.3 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres

<b>Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse</b>				
Unidade Concedente				
Nome: Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH				
UG/GESTÃO: 530013/00001				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos	
			(Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Transferências Obrigatórias
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	17	3
		Montante Repassado	51.633.564,16	16.718.572,51
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	34	37
		Montante Repassado	95.942.840,89	2.470.835.297,04
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	17	18
		Montante Repassado	22.445.949,23	837.808.579,55

Fonte: Tesouro Gerencial

**Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão**

Tabela 4 – 4.4 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

<b>Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do Relatório de Gestão</b>			
Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH			
UG/GESTÃO: 530013/00001			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios	Transferências Obrigatórias
Contas analisadas	Quantidade aprovada	1	3
	Quantidade reprovada	1	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-
	Montante repassado (R\$)	8.074.113,77	16.718.572,51
Contas NÃO analisadas	Quantidade	15	1
	Montante repassado (R\$)	31.734.450,39	853.290,24
Fonte: Tesouro Gerencial			

**Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos**

Tabela 5 – 4.5 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

<b>Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos</b>					
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH					
UG/GESTÃO: 530013/00001					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	5	2	4	1	32
Transferências Obrigatórias	1	3	3	2	5
...					
...					

Obs.: Para o levantamento das informações foram consideradas todas transferências com saldo “A Aprovar” nos sistemas financeiros do governo federal, sendo estipulado o prazo limite de análise a partir do término da vigência, acrescida do prazo legal de prestar contas, ou seja, considerando que o presente levantamento utiliza os saldos contábeis existentes nas respectivas UGs, caso se entenda como “análise das contas” apenas a análise final (aprovação – TCE – arquivamento – dispensa de TCE), o quantitativo vai ser superior ao esboçado nas tabelas acima, uma vez que não está

computado os saldos existentes em outras contas, os quais são provenientes de uma análise parcial, a exemplo de informações financeiras que resultaram em notificações.

## ANÁLISE CRÍTICA

Como medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente podemos citar: maior rigurosidade nas análises de acompanhamento da execução financeira, onde só ocorre manifesto favorável após a devida comprovação, evitando inadimplências futuras pela omissão; notificação após o registro de inadimplência do Conveniente, a qual tem como objetivo comunicar ao Gestor a restrição e conceder prazo adicional para regularização; e instauração de tomada de contas especial de forma tempestiva, onde, na maioria dos casos, ocorrerá a suspensão da restrição por conta de o Parceiro Público contar com outro gestor que não o faltoso. Por fim, temos buscado orientar permanentemente os beneficiários das transferências desta pasta, quanto a gestão das prestações de contas bem como as demais unidades do ministério buscando sempre a uniformização de decisões e entendimento.

Devido a grande oscilação no quadro de servidores a disposição para análise das contas, tanto do ponto de vista técnico quanto financeiro, o prazo para análise conclusiva das contas pendentes tem extrapolado os limites estabelecidos na norma, entretanto, tem se buscado, cada vez mais, a melhoria qualitativa das análises.

Esta Coordenação-Geral tem buscado utilizar seu corpo técnico da forma mais eficiente possível, adotando medidas como capacitar uma técnica administrativa para análise de contas de média e baixa complexidade e atribuir aos chefes das divisões de TCE e de Análise a missão de realizarem, além das demais obrigações, análise de casos com média e alta complexidade. Ademais, temos racionalizado procedimentos, suprimindo rotinas e atividades que não são imprescindíveis e não afetem a qualidade do trabalho, buscando a máxima eficiência do reduzido quadro de servidores.

### **Departamento de Projetos Estratégicos - DPE**

Na execução do Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, tornou-se necessárias parcerias com diversas entidades públicas por meio de cooperação técnica para a realização de obras e serviços necessários à implantação do projeto, de forma descentralizada.

Os resultados alcançados na aplicação dos recursos e os efeitos a médio e a longo prazo são:

- ✓ **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Técnico – CNPq**

**Resultados alcançados:**

Cumprimento das normas legais estabelecidas pela Constituição Federal e pelas portarias do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que dispõe sobre os procedimentos necessários à proteção dos patrimônios históricos e arqueológicos em área de obras impactadas em território nacional;

Atendimento à condicionante 2.18 da licença de instalação (LI) do IBAMA nº438/2007, renovada pela LI nº 925/2013, através da execução do Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos, parte integrante do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

### Serviços Realizados:

Acompanhamento de obras civis, acompanhamento de abertura de canal, acompanhamento de escavação de jazidas, acompanhamento de supressão vegetal deslocamento e expurgo e prospecção arqueológica de superfície.

Tabela 6 4.6 ATIVIDADES 2017 (Eixo Norte/Eixo Leste)

ATIVIDADES 2017 (Eixo Norte/Eixo Leste)		
ATIVIDADE	QUANT. Frentes obra	ÁREA (m²)
CANAL	2	484,91
JAZIDA	340	149.421,91
OBRA CIVIL	195	82.659,92
DESMATAMENTO	16	48.760,65
EXPURGO	91	409.047,48
MECÂNICA	33	2.941.164,66
PROSPECÇÃO	98	55.837,49
CAIXA DE EMPRÉSTIMO	20	247.325,36
VISTORIA	2	484,91

- Resgate de sítios arqueológicos: 27

- Resgate de ocorrências arqueológicas: 7

Em todo o período foram produzidos relatórios semanais de atividades e relatórios semanais de execução, estes enviados ao IBAMA.

Todos os relatórios são baseados nos relatórios diários de todas as frentes de trabalho de campo. São informações processadas diariamente e integradas à base de dados do Inapas/Fumdham. Faz também parte desta base de dados todos os aspectos de gestão administrativa do PBA 6, assim como toda a cartografia descritiva e temática das atividades desenvolvidas.

A partir do estudo e contextualização dos achados arqueológicos históricos e pré-históricos da região, é possível a produção de conhecimento que contribuirá para o resgate e a valorização do patrimônio cultural local e regional, bem como a sensibilização da comunidade local em relação ao patrimônio cultural, além dos benefícios indiretos para sociedade, como a não interrupção do andamento das obras do projeto por conta do desempenho das atividades desenvolvidas pela equipe arqueológica.

### **Efeitos a médio e em longo prazo:**

No momento, as atividades afetas à arqueologia estão em ritmo adequado. Para os anos subsequentes a perspectiva é a de disseminação do conhecimento obtido a respeito do patrimônio cultural da região, seja através de publicações acadêmicas e científicas, seja por meio da construção do Centro de Referência Cultural e Ambiental do PISF na região, ou da comunicação oral entre a sociedade exposta às atividades da Educação Patrimonial.

Os objetivos da Educação Patrimonial – atividade prevista no Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos – são: criar as condições para que a população que habita a área do entorno da obra participe das atividades destinadas à proteção do patrimônio cultural, arqueológico e paleontológico de seus municípios; e criar as condições para que os membros da comunidade reconheçam a si próprios como participantes do processo de proteção de seu patrimônio cultural.

### **✓ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**

#### **Resultados alcançados:**

Atendimento às condicionantes da Licença de Instalação do IBAMA nº 925/2013, através da execução do Programa de Monitoramento de Vetores e Hospedeiros de Doenças de Doenças – PBA 20, do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água e Limnologia – PBA 22, bem como da execução do Programa de Cadastramento de Fontes Hídricas Subterrâneas – PBA 26, parte integrante do projeto básico ambiental do Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

O cumprimento das condicionantes citadas permite, não só a manutenção da validade da referida licença de instalação e a obtenção da licença de operação do PISF.

#### **Serviços Realizados:**

Campanhas anuais de monitoramento de vetores e hospedeiros de doenças, sendo uma, no período seco e uma no período chuvoso, em 27 pontos de monitoramento em conformidade com o PBA-20, inseridos nos estados da Paraíba, Ceará e Pernambuco.

Campanhas anuais de monitoramento de qualidade da água, sendo uma, no período seco e uma no período chuvoso, em 86 pontos de monitoramento em conformidade com o PBA-22, inseridos nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Pernambuco.

Campanhas anuais de monitoramento de qualidade da água, sendo uma, no período seco e uma no período chuvoso, em 41 pontos de monitoramento em conformidade com o PBA-26, inseridos nos estados da Paraíba, Ceará e Pernambuco.

Em todo o período foram produzidos relatórios semestrais de execução, estes enviados ao IBAMA.

O benefício social alcançado foi o conhecimento e a caracterização da qualidade das águas subterrâneas, superficiais dos rios e reservatórios das bacias hidrográficas que receberão as águas do Projeto São Francisco.

#### **Efeitos a médio e em longo prazo:**

Atualmente as atividades estão sendo executadas em conformidade com o cronograma de obras cuja previsão de conclusão é em 2018. Espera-se que, a partir do monitoramento executado, todas as condicionantes da licença de instalação nº 925/2013 sejam devidamente atendidas e, com isso, seja possível obter a licença de operação para o Projeto São Francisco. Acredita-se que, com a operação desse projeto, haja melhoria na qualidade da água e segurança na oferta hídrica nas bacias receptoras e, com isso, sejam potencializados os usos nessas bacias.

#### **✓ Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF**

O Programa de Conservação de Fauna e Flora é parte integrante do processo de licenciamento do Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF e é implementado por meio de subprogramas de monitoramento e resgate de fauna e de flora. Esses subprogramas visam à mitigação dos impactos negativos e fornecem as diretrizes para a conservação da diversidade biótica local. Destaca-se como contribuição adicional desses subprogramas o incremento do conhecimento científico sobre a fauna e flora da Caatinga.

#### **Serviços Realizados:**

A execução dos subprogramas de monitoramento dos diferentes grupos da fauna na área de influência do PISF foi realizada com campanhas semestrais de amostragens em campo. No subprograma de Herpetofauna, ao longo do ano de 2017, foram registrados 12.008 indivíduos, distribuídos em 54 espécies nos Eixos Norte e Leste do PISF.

O subprograma de Avifauna monitorou um total de 84.715 indivíduos de 197 espécies ao longo dos Eixos Norte e Leste.

No subprograma de monitoramento da Mastofauna foram registrados 1.568 indivíduos distribuídos em 44 táxons.

O subprograma de Ictiofauna apresentou o total de 66 espécies, com 15.214 indivíduos registrados para o monitoramento no ano de 2017. Adicionalmente, a execução do Plano de Monitoramento da Contenção da Biota Aquática nas estações de bombeamento do PISF registrou no Eixo Norte 24 espécies e 298 indivíduos e no Eixo Leste 34.647 indivíduos distribuídos em 16 espécies de peixes.

O subprograma de monitoramento da Entomofauna está dividido em Entomofauna aquática e Entomofauna terrestre. No ano de 2017 foram amostrados para a Entomofauna aquática 10.685 indivíduos distribuídos em 92 táxons. Para a Entomofauna terrestre foram registradas 93 espécies num total de 16.459 indivíduos.

Para o subprograma de Afugentamento e Resgate de Fauna Silvestre, do total de 145.430 indivíduos resgatados no PISF, 6.749 foram afugentados e resgatados no ano de 2017 nas áreas de supressão da vegetação, áreas diretamente afetadas (ADA), áreas de influência direta (AID) e resgate embarcado durante o enchimento dos reservatórios do Eixo Leste e Norte.

Outra ação realizada mensalmente ao longo do ano de 2017 foi o monitoramento do bioinvasor mexilhão-dourado (*Limnoperna fortunei*), identificado somente nas estruturas do Eixo Norte do PISF, com densidade média de 1.100 ind.m<sup>-2</sup> no reservatório Tucutu.

#### **Efeitos a médio e em longo prazo:**

No momento as atividades afetas ao monitoramento da fauna e da flora estão em ritmo adequado. As atividades devem ser realizadas durante todo o período da obra e por mais dois anos na fase posterior a sua conclusão.

Os resultados gerados contribuem para a ampliação do conhecimento sobre os possíveis impactos e as formas de mitigação. Nortearão, ainda, estratégias para a conservação de áreas prioritárias.

#### **✓ Fundação Nacional de Saúde – Funasa**

##### **Resultados alcançados:**

Atendimento das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas e quilombolas, através da execução do Programa de Apoio aos Povos Indígenas – PBA12 e Programa de Desenvolvimento

das Comunidades Quilombolas-PBA 17, parte integrante do Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

### **Serviços Realizados:**

Substituição de 636 casas de taipa por residências de alvenaria, sendo 367 nas quatro etnias indígenas e 269 em dezesseis comunidades quilombolas atendidas pelo PISF.

Construção de dois Postos de Saúde nas comunidades indígenas, sendo um na comunidade Tumbalalá no município de Abaré/BA e um na comunidade Truká, no município de Cabrobó/PE.

### **Efeitos a médio e em longo prazo:**

A substituição das casas, além de proporcionar condições mais dignas para a população das comunidades indígenas e quilombolas, tem como propósito diminuir a incidência da doença de chagas na região.

Os postos de saúde auxiliarão as comunidades a ter uma assistência médica voltada para suas necessidades e características culturais, além de auxiliar na melhoria da qualidade de vida.

### **✓ Ministério da Saúde – SESAI**

#### **Resultados alcançados:**

Atendimento das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas, através da execução do Programa de Apoio aos Povos Indígenas – PBA12, parte integrante do Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

#### **Serviços Realizados:**

Implantação de 448 unidades de melhorias sanitárias domiciliares – banheiros - nas quatro etnias indígenas atendidas pelo PISF, sendo 301 unidades na etnia Tumbalalá, 41 unidades na etnia Kambiwá, 54 unidades na etnia Pipipã e 52 unidades na etnia Truká.

Construção de três unidades de Postos de Saúde nas etnias indígenas, sendo duas unidades na etnia Kambiwá, no município de Ibimirim/PE e uma unidade na etnia Pipipã, no município de Floresta/PE.

#### **Efeitos a médio e em longo prazo:**

A implantação das melhorias domiciliares, além de proporcionar condições mais dignas para a população das comunidades indígenas, tem como propósito melhorar as condições sanitárias e de saúde dessas comunidades.

Os postos de saúde auxiliarão as comunidades a ter uma assistência médica voltada para suas necessidades e características culturais, além de auxiliar na melhoria da qualidade de vida.

✓ **Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA/PE)**

**Resultados alcançados:**

Atendimento à condicionante 2.1 da licença de instalação do IBAMA nº 925/2013, através da execução do Programa de Apoio Técnico Para Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Água ao Longo dos Canais – PBA15, parte integrante do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional;

O cumprimento da condicionante citada permite, não só a manutenção da validade da referida licença de instalação, mas também a obtenção da licença de operação do PISF.

**Serviços Realizados:**

Entrega de projetos para implantação de 41 sistemas de abastecimento de água no estado de Pernambuco. Dos 41 sistemas, 23 estão no Eixo Leste, e irão beneficiar 62 comunidades e uma população de 4.928 pessoas e 18 no Eixo Norte, que beneficiarão 46 comunidades e 6.973 pessoas.

**Efeitos a médio e em longo prazo:**

A implantação das obras será realizada de acordo com o cronograma de entrega da obra do PISF, o que permitirá a implantação dos sistemas à medida que os canais e reservatórios sejam testados e comissionados. A implantação dos sistemas de abastecimento de água proporcionará mais segurança às estruturas do PISF, inibindo a retirada clandestina de água dos canais e reservatórios, além do benefício direto às comunidades rurais beneficiadas pelo empreendimento.

✓ **Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA)**

**Resultados alcançados:**

Atendimento à condicionante 2.1 da licença de instalação do IBAMA nº 925/2013, através da execução do Programa de Apoio Técnico Para Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Água ao Longo dos Canais – PBA15, parte integrante do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional;

O cumprimento da condicionante citada permite, não só a manutenção da validade da referida licença de instalação, mas também a obtenção da licença de operação do PISF.

**Serviços Realizados:**

Repasso de projetos para implantação de 10 sistemas de abastecimento de água no estado de Pernambuco. Dos 10 sistemas, seis estão no Eixo Norte, e irão beneficiar 25 comunidades e uma população de 10.484 pessoas e quatro no Eixo Leste, e beneficiarão 42 comunidades e 8.464 pessoas.

**Efeitos a médio e em longo prazo:**

A implantação das obras será realizada de acordo com o cronograma de entrega da obra do PISF, o que permitirá a implantação dos sistemas à medida que os canais e reservatórios sejam testados e comissionados. A implantação dos sistemas de abastecimento de água proporcionará mais segurança às estruturas do PISF, inibindo a retirada clandestina de água dos canais e reservatórios, além do benefício direto às comunidades rurais beneficiadas pelo empreendimento.

- ✓ **Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba**

**Resultados alcançados:**

Atendimento à condicionante 2.1 da Licença de Instalação do IBAMA nº 925/2013, através da execução do Programa de Apoio Técnico Para Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Água ao Longo dos Canais – PBA15, parte integrante do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional;

O cumprimento da condicionante citada permite, não só a manutenção da validade da referida licença de instalação, mas também a obtenção da licença de operação do PISF.

**Serviços Realizados:**

Repassa de projetos para implantação de 19 sistemas de abastecimento de água no estado de Pernambuco. Dos 19 sistemas, 09 estão no eixo leste, e irão beneficiar 19 comunidades e uma população de 8.488 pessoas e 10 no eixo norte, que beneficiarão 18 comunidades e 3.736 pessoas.

Foi contratada pela SEIRHMACT a implantação dos sistemas de abastecimento, os quais encontram-se em fase de obras.

**Efeitos a médio e em longo prazo:**

A implantação das obras será realizada de acordo com o cronograma de entrega da obra do PISF, o que permitirá a implantação dos sistemas à medida que os canais e reservatórios sejam testados e comissionados. A implantação dos sistemas de abastecimento de água proporcionará mais segurança às estruturas do PISF, inibindo a retirada clandestina de água dos canais e reservatórios, além do benefício direto às comunidades rurais beneficiadas pelo empreendimento.

- ✓ **Secretaria das Cidades do Estado (CE)**

**Resultados alcançados:**

Atendimento à condicionante 2.1 da Licença de Instalação do IBAMA nº 925/2013, através da execução do Programa de Apoio Técnico Para Implantação de Infraestrutura de Abastecimento

de Água ao Longo dos Canais – PBA15, parte integrante do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional;

O cumprimento da condicionante citada permite, não só a manutenção da validade da referida licença de instalação, mas também a obtenção da licença de operação do PISF.

#### **Serviços Realizados:**

Repasse de projetos para implantação de 23 sistemas de abastecimento de água no estado de Pernambuco. Todos os 23 sistemas estão localizados no eixo norte, e irão beneficiar 64 comunidades e uma população de 30.576 pessoas.

#### **Efeitos a médio e em longo prazo:**

A implantação das obras será realizada de acordo com o cronograma de entrega da obra do PISF, o que permitirá a implantação dos sistemas à medida que os canais e reservatórios sejam testados e comissionados. A implantação dos sistemas de abastecimento de água proporcionará mais segurança às estruturas do PISF, inibindo a retirada clandestina de água dos canais e reservatórios, além do benefício direto às comunidades rurais beneficiadas pelo empreendimento.

#### **✓ Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS)**

#### **Resultados alcançados:**

Atendimento à condicionante 2.1 da Licença de Instalação do IBAMA nº 925/2013, através da execução do Programa de Apoio Técnico Para Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Água ao Longo dos Canais – PBA15, parte integrante do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional;

O cumprimento da condicionante citada permite, não só a manutenção da validade da referida licença de instalação, mas também a obtenção da licença de operação do PISF.

#### **Serviços Realizados:**

Repasse de projetos para implantação de 05 sistemas de abastecimento de água no estado de Pernambuco. Dos 05 sistemas, 02 estão no eixo leste, e irão beneficiar 13 comunidades e uma população de 3.248 pessoas e 03 no eixo norte, que beneficiarão 10 comunidades e 1.188 pessoas.

#### **Efeitos a médio e em longo prazo:**

A implantação das obras será realizada de acordo com o cronograma de entrega da obra do PISF, o que permitirá a implantação dos sistemas à medida que os canais e reservatórios sejam testados e comissionados de forma a beneficiar as etnias indígenas com água de boa qualidade.

A Coordenação-Geral de Supervisão de Obras (CGSOB), do Departamento de Obras Hídricas (DOH), supervisiona 228 instrumentos de repasse de 3 tipos: Termos de Compromisso do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, Convênios e TED – Termo de Execução Descentralizada, conforme tabela abaixo:

Tabela 7. 4.7 Quantitativo de instrumentos de repasse por tipo

	TED	PAC	Convênio
Iniciou o ano a cargo da coordenação para acompanhamento/análise	1	90	136
Atribuído à coordenação para acompanhamento	2	0	8
Findo período de acompanhamento e realizada análise do PCF/cancelado	1	6	12
Se encontra na coordenação até o presente momento para acompanhamento/análise	2	84	132
<b>Total</b>		<b>218</b>	

Desta forma, observa-se que a média de instrumentos por técnico é alta: 25.

A CGSOB entrou 2017 com 78 processos considerados passivos. Esta denominação foi dada aos instrumentos que, após a análise de prestação de contas final, retornaram a esta Coordenação-Geral para reanálise de justificativas ou que aguardavam a alguns anos o destacamento de um analista para a avaliação da prestação de contas final.

Estes processos têm sido constantemente alvo de auditorias da CGU e conseqüentemente receberam atenção especial desta CGSOB. Neste ano foram analisados 59 processos que foram considerados como encerrados. Desta forma, encerramos o ano com 19 processos passivos aguardando análise.

Há que se destacar a grande dificuldade de análise destes processos. Em sua maioria, estes são antigos, o que implica na sua avaliação por meio da utilização de normativos que não se encontram mais vigentes e na impossibilidade de constatação *in loco* dos serviços que foram executados.

Em 2017, ficou assim resumido:

**Tabela 8-4.8 – Resumo geral de processos passivos**

Situação Nº de Processos	Resumo Geral de Processos			Total
	Analisados	Em Reanálise	Em Análise	
	59	4	15	78

Localização Nº de Processos	Localização dos Processos Analisados									Total
	CGCC	DTCE	CGAAC	DAN	CAPC	SIH	CDTCE	CGC	Encerrados	
	1	3	1	41	2	1	4	1	5	59

Localização Nº de Processos	Localização dos Processos Em Reanálise/Em Análise		Total
	CGSOB	CGAAC	
	18	1	19

Em 2017, os instrumentos supervisionados pela CGSOB somaram recursos em cerca de R\$ 8,6 bilhões. Utilizando os diversos tipos de normativos, os processos da CGSOB tiveram movimentação orçamentária de mais R\$ 483 milhões, e movimentação financeira de cerca de R\$ 743 milhões.

Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos últimos anos:

- Todos os recursos transferidos por instrumentos celebrados neste departamento observam a disponibilidade orçamentária.
- Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:
- Os instrumentos de repasse de recursos celebrados neste departamento incluem cláusulas estipulando prazo para apresentação da Prestação de Contas. O que vem sendo cumprido o setor competente a CGCONV/SECEX diligencia e estabelece prazos.

Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada dos recursos humanos e materiais para tanto:

- Os procedimentos adotados para a análise da prestação de contas consistem em verificar a compatibilidade entre o objeto executado e a documentação comprobatória do cumprimento do objeto.
- Análise dessa documentação ocorre de forma tempestiva nas situações em que todas as informações necessárias são encaminhadas ao Ministério. Quando há pendências de documentos, o conveniente é notificado mediante ofício e novo prazo é concedido para atendimento da demanda.

- A significativa quantidade de irregularidade apontadas nas prestações de contas resulta em reanálises devido às justificativas e esclarecimentos de defesas. O volume de trabalho agregado à grande quantidade de processos é incompatível com a quantidade de colaboradores, já que os técnicos responsáveis pela prestação de contas são os mesmos que acompanham e supervisionam a execução do objeto.
- Devido ao exposto, há dificuldade no atendimento tempestivo de processos antigos que se encontram em reanálise ou com pendências na prestação de contas.

### 4.3.6 Informações Sobre a Execução das Despesas

#### Despesas por Modalidade de Contratação

**Tabela 9 – 4.9 Despesas por Modalidade de Contratação**

UG Executora: 530013

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	219.208.567,29	30%	660.786.092,71	51%	219.208.567,29	30%	617.276.608,02	49%
a) Convite		0%		0%		0%		0%
b) Tomada de Preços		0%		0%		0%		0%
c) Concorrência	63.553.132,17	9%	236.314.496,40	18%	63.553.132,17	9%	214.234.048,90	17%
d) Pregão	239.214,13	0%	2.406.403,60	0%	239.214,13	0%	2.406.403,60	0%
e) Concurso		0%		0%		0%		0%
f) Consulta		0%		0%		0%		0%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	155.416.220,99	22%	422.065.192,71	32%	155.416.220,99	22%	400.636.155,52	32%
2. Contratações Diretas (h+i)	6.384.909,40	1%	10.746.081,93	1%	6.384.909,40	1%	10.719.743,98	1%
h) Dispensa	6.362.383,74	1%	10.746.081,93	1%	6.362.383,74	1%	10.719.743,98	1%
i) Inexigibilidade	22.525,66	0,003%		0%	22.525,66	0,003%	-	0%
3. Regime de Execução Especial	-	0%	-	0%		0%	-	0%
j) Suprimento de Fundos		0%		0%		0%		0%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	-	0%	-	0%		0%	-	0%
k) Pagamento em Folha		0%		0%		0%		0%
l) Diárias		0%		0%		0%		0%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	225.593.476,69	31%	671.532.174,64	51%	225.593.476,69	31%	627.996.352,00	50%

6. Outros (não se aplica)	496.535.784,85	69%	636.003.867,55	49%	496.519.855,85	69%	636.003.867,55	50%
---------------------------	----------------	-----	----------------	-----	----------------	-----	----------------	-----

6. Total das Despesas da UPC	722.129.261,54	100%	1.307.536.042,19	100%	722.113.332,54	100%	1.264.000.219,55	100%
------------------------------	----------------	------	------------------	------	----------------	------	------------------	------

## DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

**Tabela 10 – 4.10 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa**

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
Nome do elemento de despesa								
Outros serviços de terceiros pj - op.int.orc.	831.825,63		831.825,63				831.825,63	
Obrigações tributárias e contributivas								
Demais elementos do grupo	17.694,23	12.663,86	8.904,29	12.663,86	8.789,94		8.904,29	12.663,86
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos								
Nome do elemento de despesa								
Serviços de consultoria		2.432.823,41					2.432.823,41	
Outros serviços de terceiros pj - op.int.orc.	10.529.690,76	225.000,00	107.482,16	91.241,67	10.422.208,60	133.758,33	107.482,16	91.241,67
Auxílios	485.162.587,00	1.073.841.914,06	479.162.587,00	589.180.131,12	6.000.000,00	484.661.782,94	479.162.587,00	589.180.131,12
Obrigações tributárias e contributivas	552.853,06	20.912.858,88	2.864,97	8.956.429,44	549.988,09	11.956.429,44	2.864,97	8.956.429,44
Obras e instalações	417.375.185,45	1.277.538.163,37	237.219.092,95	698.631.426,44	180.156.092,50	578.906.736,93	237.219.092,95	655.095.603,80
Equipamentos e material permanente		9.658.993,31		5.275.626,56		4.383.366,75		5.275.626,56

Indenizações e restituições	9.090.972,61	19.901.302,05	4.796.504,54	5.388.523,10	4.294.468,07	14.512.778,95	4.780.575,54	5.388.523,10
Demais elementos do grupo		2.432.823,41				2.432.823,41		
5. Inversões Financeiras								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

## ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA

No campo de Modalidade de licitação verificou-se uma diminuição significativa na despesa executada e paga, tendo em vista que em 2016 foram executados R\$ 1.307.536.042,19 (um bilhão, trezentos e sete milhões, quinhentos e trinta e seis mil, quarenta e dois reais e dezenove centavos) e pagos R\$ 1.264.000.219,55 (um bilhão, duzentos e sessenta e quatro milhões, duzentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos) e em 2017 foram executados R\$ 722.129.261,51 (setecentos e vinte e dois milhões, cento e vinte e nove mil, duzentos e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos) e pagos R\$ 722.113.332,51 (setecentos e vinte e dois milhões, cento e treze mil, trezentos e trinta e dois reais e cinquenta e um centavos). Nessa modalidade de Concorrência e RDC encontra-se basicamente os contratos do PISF, que em sua maioria estão chegando ao seu final, justificando uma execução inferior ao exercício de 2016.

No que tange as despesas por grupo e elemento de despesa é possível destacar um grande grupo, o de Investimentos, onde se concentra quase que 100% das despesas da SIH no exercício de 2017.

Verifica-se também que dentro de Investimentos temos dois grandes elementos de despesas: Elemento de despesa Auxílios, aonde entram quase todas as Transferências para Municípios e Governos estaduais e Elemento de despesa Obras e Instalações onde se encontra os maiores valores executados e pagos em 2017, são caracterizados pelos contratos do PISF em sua maioria.

## **4.4 Desempenho Operacional**

### **Resultados Obtidos:**

Foram disponibilizado quase R\$ 2,0 bilhões pelo Ministério da Integração Nacional para o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), Adutora do Agreste (PE), Canal do Sertão Alagoano (AL), Cinturão das Águas (CE) e Vertentes Litorâneas (PB) no exercício de 2017.

O avanço físico do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) ultrapassou os 95% de execução no exercício de 2017. As principais estruturas foram finalizadas ou entraram em processo de finalização, como canais, aquedutos, barragens, estações de bombeamento e subestações. O Eixo Norte, como um todo, avançou em 2,31% enquanto que, no Eixo Leste, o avanço foi de mais de 4,03% em 2017.

As metas alcançadas podem ser melhores evidenciadas no Item 4.3 desempenho orçamentário das ações, onde cada ação da SIH é melhor detalhada.

### **Dificuldades no Período:**

Os fatores intervenientes que têm contribuído ou prejudicado o cumprimento das metas pactuadas são:

- Não cumprimento, em tempo hábil, pelos convenientes/compromissários das exigências legais necessárias ao atendimento da cláusula condicionante constantes dos instrumentos de repasse (convênios e termos de compromisso), principalmente quanto à comprovação da propriedade do imóvel ou na imissão de posse na forma do Inciso IV do Art. 39, da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, e o Licenciamento Ambiental e seus desdobramentos;
- Complicações no processo licitatório para contratação dos serviços e/ou fornecimento dos materiais por parte dos convenientes/compromissários;
- Complicações na gestão dos contratos de prestação de serviços e/ou fornecimento dos materiais por parte dos convenientes/compromissários;
- Contingenciamento de recursos.
- Empresas/consórcios que apresentaram problemas judiciais e/ou financeiros que provocaram rescisão contratual de trechos de obras do PISF, levando à necessidade de realizar novo processo licitatório, o qual se encontra atualmente em andamento;
- Falta de cumprimento, de forma geral, dos prazos definidos por parte das contratadas para a execução das obras do PISF, que acarretou atrasos nas entregas dos marcos acordados;

- Rescisão contratual provocada pela qualidade aquém dos produtos apresentados pela consultoria contratada para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), bem como atraso na entrega dos mesmos, o que também gerou a necessidade de realizar novo processo licitatório, o qual se encontra em andamento;
- No caso do Ramal do Agreste, que teve seu processo licitatório finalizado em 2016, não houve liberação da ordem de serviço e início das atividades no mesmo ano em virtude da necessidade de priorização orçamentária dos recursos disponíveis ao Ministério da Integral Nacional.

## 4.5 Apresentação e Análise de indicadores de Desempenho

Em conformidade com as discussões travadas com a equipe da CGU, em 2013, foi acordado que um conjunto de indicadores seria desenvolvido de forma incremental e evolutiva, ou seja, que, com os anos, novos indicadores poderão ser agregados e que melhorias serão incorporadas nos sistemas inicialmente desenvolvidos.

Os indicadores de desempenho, apresentados, a seguir, foram desenvolvidos a partir de um Plano de Trabalho elaborado pelo Escritório de Processos com o objetivo de criar um sistema de medição dos macroprocessos identificados no Ministério da Integração Nacional (MI).

Os indicadores de desempenho desenvolvidos em 2017 pela Secretaria de Infraestrutura Hídrica estão relacionados no quadro a seguir.

- i) Índice de efetivação do empenho;
- ii) Índice de estoque de restos a pagar;
- iii) Índice de eficiência das propostas;
- iv) Índice de avanço físico do Projeto de Integração do Rio São Francisco;

O resultado da apuração de tais indicadores foram apresentados no Relatório de Gestão da SECEX, no entanto apresentamos nos tópicos a seguir os resultados apurados em 2017 quanto á SIH. Neste caso se aplicam os índices de efetivação do empenho, de estoque de restos a pagar, de eficiência das propostas e de avanço físico do PISF.

### 4.3.1 Índice de Efetivação do Empenho

O “Índice de efetivação do empenho” é calculado anualmente por meio da razão entre o total de recursos pagos do orçamento do ano corrente sobre o total de recursos empenhados no ano corrente.

**Quadro 8- 4.5 - Índice de efetivação do empenho**

Índice de efetivação do empenho – SIH (UG 530013)							
Produto	Cliente	Eficiência					
		Ano	2013	2014	2015	2016	2017
Recursos inscritos	Estados, Municípios E Outros Entes Federados	Despesa Empenhada	2.183.965.952,47	2.480.759.534,28	1.830.637.989,99	2.397.523.718,94	923.560.808,74
		Valores pagos	984.445.305,14	1.067.076.054,18	977.865.574,51	1.264.000.219,55	722.113.332,54
		Índice	45,08%	43,0%	53,4%	53,72%	78,18%

Fonte dos dados: SIAFI e Tesouro Gerencial.

Análise:

Os valores de empenho pagos no próprio exercício corroboram a avaliação de que a execução orçamentária da SIH, melhorou no período de 2012 a 2017, com um crescimento significativo desse indicador, sendo o exercício mais eficiente.

**4.5.2 Índice de estoque de restos a pagar**

O “Índice de estoque de restos a pagar” é calculado anualmente por meio da razão do RAP no exercício corrente sobre o RAP de 2011 utilizado como referência.

**Quadro 9 - 4.6 - Índice de estoque de restos a pagar**

Índice de estoque de restos a pagar- SIH									
Produto	Cliente	Eficiência							
		Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Recursos inscritos	Estados, Municípios E Outros Entes Federados	RAP (milhões)	2.516,9	2.332,2	2.457,2	2.305,6	2.296,2	1.556,6	1.723,4
		Índice	-	95,6	101,8	96,6	96,5	64,9	72,9

Fonte dos dados: SIAFI e Tesouro Gerencial.

Análise:

A baixa execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco no ano de 2012, devido a renegociação dos contratos e licitação das obras remanescentes contribuiu significativamente para o aumento do estoque de RAP no exercício de 2013. Com a retomada das obras em 2013, observamos que o estoque de RAP retornou em 2014 para níveis próximos ao resultado alcançado em 2012. Já em 2015, houve aumento no RAP devido a complementação orçamentária realizada em dezembro de 2015 em ações do PAC. Em 2016 houve uma significativa redução de estoque restos a pagar devido ao aumento na execução dos contratos, termos de compromissos e convênios da SIH. Em 2017 houve um pequeno aumento desse valor.

### 4.5.3 Índice de Eficiência das Propostas

O “Índice de eficiência das propostas” é calculado anualmente por meio da razão entre o total de instrumentos formalizados que tiveram repasses efetuados sobre o total de instrumentos de repasse formalizados.

**Quadro 10- 4.7 - Índice de eficiência das propostas (DOH)**

Índice de eficiência das propostas					
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA - REPASSAR RECURSO				
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO - 2016		NÍVEL DE RESULTADO - 2017	
		Convênios	Termo de Compromisso	Convênios	Termo de Compromisso
Repasses Efetuados	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA		EFICIÊNCIA	
		0%	0%	0%	0%

Fonte dos dados: SIAFI e SICONV.

- Objetivo: Demonstrar a qualidade da seleção e análise de propostas.
- Critério de medição: Serão considerados os instrumentos celebrados por meio de convênios e de Termo de Compromisso.

#### Análise Crítica

Em 2016 o índice de 0% relativo aos convênios ocorreu pelo fato dos empenhos terem sido liberados nos últimos meses daquele ano, em virtude do contingenciamento orçamentário. Foram celebrados 44 convênios, todos com cláusula suspensiva, dos quais apenas dois convênios têm registro de repasse. Houve a celebração de um único Termo de Compromisso (PAC).

Os convênios ainda estão, até o fim de junho de 2018, entretanto, com prazo para aprovação de documentos condicionantes da cláusula suspensiva. A mesma coisa para o termo de compromisso em questão, com pendências de comprovação de propriedade.

Assim, vários desses convênios ainda podem ser efetivados e encaminhados para início da execução, com repasse de recursos, alterando os quocientes. Com o repasse efetuado em 2017, este quociente é de 0,045%.

Em 2017, da mesma forma, índice de 0% relativo aos convênios ocorreu pelo fato dos empenhos terem sido liberados nos últimos meses daquele ano, em virtude do contingenciamento orçamentário. Foram enviados à Caixa Econômica Federal 43 contratos de repasse no final de 2017, e não há repasse no âmbito desses processos.

#### 4.5.4 Índice de Avanço Físico do Projeto de Integração do Rio São Francisco

O indicador de desempenho operacional, desenvolvido a partir de junho de 2013 para o monitoramento da implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco, foi o índice de avanço físico. Tal índice foi desenvolvido por meio de metodologia que apura a execução de todas estruturas analíticas do projeto, representadas pelos trechos de canal, barragens, aquedutos, túneis, pontes e passarelas que compõem os Eixos Norte e Leste.

Os índices de avanço físico são apurados mensalmente e contribuem para avaliação do andamento dos serviços executados pelas contratadas, sendo um importante instrumentos para avaliar o planejamento da obra. O índices apurados ao longo de 2014, 2015, 2016 e 2017 estão relacionados no quadro a seguir:

**Quadro 11- 4.8 - Índice de avanço físico do Projeto de Integração do Rio São Francisco (DPE)**

<b>ÍNDICES DE AVANÇO FÍSICO DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO - PISF</b>									
<b>Mês</b>	<b>PISF</b>	<b>Eixo Norte</b>	<b>Meta 1N</b>	<b>Meta 2N</b>	<b>Meta 3N</b>	<b>Eixo Leste</b>	<b>Meta 1L</b>	<b>Meta 2L</b>	<b>Meta 3L</b>
dez/13	52,2%	50,2%	57,3%	24,7%	47,3%	55,0%	86,3%	58,1%	16,0%
jan/14	54,7%	53,9%	61,5%	25,0%	51,6%	55,9%	87,1%	59,1%	16,1%
fev/14	55,5%	54,5%	61,9%	25,0%	52,6%	56,8%	87,2%	60,3%	17,0%
mar/14	56,6%	55,9%	63,7%	25,2%	54,0%	57,5%	87,5%	60,9%	17,9%
abr/14	57,8%	57,4%	65,4%	25,2%	55,5%	58,4%	88,6%	62,0%	18,1%
mai/14	59,1%	58,9%	67,3%	26,3%	56,4%	59,4%	88,9%	62,8%	20,5%
jun/14	60,6%	60,4%	68,9%	27,8%	57,7%	61,8%	89,4%	64,0%	23,4%
jul/14	62,4%	62,3%	71,1%	29,1%	59,3%	62,6%	91,0%	65,9%	24,8%
ago/14	64,6%	64,1%	72,6%	30,4%	62,1%	65,3%	91,6%	69,4%	26,1%
set/14	66,1%	66,0%	73,3%	33,9%	65,8%	66,1%	91,9%	70,3%	27,2%
out/14	67,5%	67,8%	74,6%	35,5%	68,9%	67,1%	92,1%	71,4%	27,7%
nov/14	68,7%	68,7%	75,2%	36,2%	70,5%	68,7%	92,7%	73,2%	29,1%
dez/14	69,2%	69,0%	75,3%	36,7%	71,0%	69,6%	92,8%	73,8%	32,1%
jan/15	70,7%	71,0%	76,0%	40,9%	75,1%	70,2%	93,1%	74,5%	33,0%
fev/15	72,9%	74,4%	76,2%	53,8%	80,7%	70,8%	93,1%	74,8%	35,1%
mar/15	73,7%	75,1%	76,4%	55,1%	82,3%	71,6%	93,2%	75,6%	36,5%
abr/15	74,5%	76,0%	77,3%	55,6%	83,6%	72,4%	93,3%	76,4%	37,7%
mai/15	75,6%	76,9%	78,0%	56,6%	84,7%	73,7%	93,5%	77,0%	42,8%
jun/15	76,7%	77,9%	78,7%	58,6%	85,9%	74,9%	93,7%	77,7%	47,5%
jul/15	77,8%	79,2%	79,5%	60,7%	87,7%	75,8%	94,8%	78,5%	48,5%
ago/15	78,6%	80,0%	80,1%	63,3%	88,2%	76,6%	97,1%	78,9%	49,8%
set/15	79,7%	81,0%	80,9%	65,2%	89,2%	77,8%	97,8%	80,2%	51,3%

<b>ÍNDICES DE AVANÇO FÍSICO DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO - PISF</b>									
<b>Mês</b>	<b>PISF</b>	<b>Eixo Norte</b>	<b>Meta 1N</b>	<b>Meta 2N</b>	<b>Meta 3N</b>	<b>Eixo Leste</b>	<b>Meta 1L</b>	<b>Meta 2L</b>	<b>Meta 3L</b>
out/15	81,0%	82,2%	81,7%	67,7%	90,6%	79,2%	97,9%	81,7%	53,4%
nov/15	81,8%	83,1%	82,5%	70,2%	91,1%	79,8%	97,9%	82,2%	54,4%
dez/15	82,7%	83,8%	83,1%	72,1%	91,6%	81,0%	98,1%	83,5%	56,8%
jan/16	<u>83,45</u>	<u>84,75</u>	<u>84,05</u>	<u>73,72</u>	<u>91,88</u>	<u>81,58</u>	<u>98,10</u>	<u>84,09</u>	<u>57,64</u>
fev/16	<u>84,40</u>	<u>85,75</u>	<u>84,97</u>	<u>76,26</u>	<u>92,29</u>	<u>82,45</u>	<u>98,34</u>	<u>84,94</u>	<u>59,15</u>
mar/16	<u>85,28</u>	<u>86,62</u>	<u>85,59</u>	<u>78,25</u>	<u>93,16</u>	<u>83,36</u>	<u>98,40</u>	<u>85,67</u>	<u>61,49</u>
abr/16	<u>86,34</u>	<u>87,71</u>	<u>86,83</u>	<u>80,58</u>	<u>93,31</u>	<u>84,35</u>	<u>98,43</u>	<u>86,70</u>	<u>63,15</u>
mai/16	<u>87,36</u>	<u>88,69</u>	<u>87,68</u>	<u>83,36</u>	<u>93,66</u>	<u>85,45</u>	<u>98,46</u>	<u>87,73</u>	<u>65,46</u>
jun/16	<u>88,42</u>	<u>89,77</u>	<u>89,02</u>	<u>85,22</u>	<u>93,79</u>	<u>86,48</u>	<u>98,50</u>	<u>88,72</u>	<u>67,46</u>
jul/16	<u>89,19</u>	<u>90,32</u>	<u>89,55</u>	<u>86,72</u>	<u>93,89</u>	<u>87,57</u>	<u>98,53</u>	<u>89,32</u>	<u>71,53</u>
ago/16	<u>89,88</u>	<u>90,70</u>	<u>89,75</u>	<u>88,40</u>	<u>93,99</u>	<u>88,70</u>	<u>98,55</u>	<u>90,01</u>	<u>75,50</u>
set/16	<u>90,45</u>	<u>91,04</u>	<u>89,87</u>	<u>90,28</u>	<u>94,07</u>	<u>89,59</u>	<u>98,57</u>	<u>90,50</u>	<u>78,83</u>
out/16	<u>90,85</u>	<u>91,25</u>	<u>89,93</u>	<u>91,35</u>	<u>94,16</u>	<u>90,27</u>	<u>98,60</u>	<u>90,84</u>	<u>81,51</u>
nov/16	<u>91,57</u>	<u>91,53</u>	<u>89,98</u>	<u>93,01</u>	<u>94,28</u>	<u>91,61</u>	<u>98,63</u>	<u>92,00</u>	<u>84,72</u>
dez/16	<u>92,16</u>	<u>91,81</u>	<u>90,03</u>	<u>94,62</u>	<u>94,42</u>	<u>92,64</u>	<u>98,65</u>	<u>92,51</u>	<u>88,81</u>
jan/17	92,55	92,09	90,08	96,21	94,54	93,21	98,67	92,83	90,89
fev/17	93,78	93,06	90,12	96,86	9,93	95,09	98,72	94,67	94,44
mar/17	94,25	93,22	90,17	97,51	98,09	95,71	98,78	95,42	94,98
abr/17	94,43	93,32	90,23	97,82	98,18	95,98	98,81	95,72	95,34
mai/17	94,57	93,41	90,27	98,20	98,24	96,21	98,83	95,79	96,39
jun/17	94,63	93,46	90,30	98,34	98,28	96,27	98,85	95,83	96,64
jul/17	94,70	93,53	90,36	98,45	98,34	96,36	98,86	95,87	96,99
ago/17	94,80	93,64	90,50	98,53	98,40	96,44	98,88	95,91	97,26
set/17	94,91	93,80	90,73	98,57	98,45	96,48	98,90	95,95	97,34
out/17	95,02	93,93	90,91	98,61	98,52	96,57	98,93	95,99	97,65
nov/17	95,08	94,03	91,05	98,65	98,57	96,60	98,96	96,04	97,82
dez/17	95,18	94,12	91,17	98,71	98,61	96,67	98,98	96,07	97,93
<b>Resultado 2014</b>	<b>17,0%</b>	<b>18,8%</b>	<b>18,1%</b>	<b>12,0%</b>	<b>23,7%</b>	<b>14,6%</b>	<b>6,5%</b>	<b>15,8%</b>	<b>16,1%</b>
<b>Resultado 2015</b>	<b>13,5%</b>	<b>14,9%</b>	<b>7,7%</b>	<b>35,5%</b>	<b>20,6%</b>	<b>11,5%</b>	<b>5,3%</b>	<b>9,7%</b>	<b>24,7%</b>
<b>Resultado 2016</b>	<b><u>9,46%</u></b>	<b><u>8,01%</u></b>	<b><u>6,93%</u></b>	<b><u>22,52%</u></b>	<b><u>2,83%</u></b>	<b><u>11,64%</u></b>	<b><u>0,55%</u></b>	<b><u>9,01%</u></b>	<b><u>32,01%</u></b>
<b>Resultado 2017</b>	<b><u>3,02%</u></b>	<b><u>2,31%</u></b>	<b><u>1,14%</u></b>	<b><u>4,09%</u></b>	<b><u>4,19%</u></b>	<b><u>4,03%</u></b>	<b><u>0,33%</u></b>	<b><u>3,56%</u></b>	<b><u>9,12%</u></b>

A apuração dos índices de avanço físico demonstra que a execução do Eixo Leste apresentou melhor resultado (4,03%) frente ao Eixo Norte (2,31%), sendo justificado principalmente pela observação da boa eficiência das frentes de serviço alcançada pela meta 2L e, principalmente, pela meta 3L.

Os resultados do índice de avanço físico do Projeto de Integração do Rio São Francisco são apurados mensalmente pela Gerenciadora e encaminhados ao MI, que os acompanha para a ciência e controle dos progressos obtidos na implantação do PISF.

## 5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

### 5.1 Descrição das Estruturas de Governança

Em decorrência da publicação do Decreto nº 8.980, de 1º de fevereiro de 2017, o qual aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em comissão do Ministério da Integração Nacional (MI) foi publicada a Portaria MI nº 280, de 6 de junho de 2017, a qual atualiza o Regimento Interno deste Ministério. Adicionado a isto, foi editada a Portaria nº 450, de 23 de Dezembro de 2014, que aprova o modelo institucional da gestão por processos no Ministério da Integração Nacional, traz definições para gestão por processos, macroprocessos, processos e indicadores de desempenho e estatui, também, a figura de Escritório de Processos (EP), definindo sua composição.

Atinente à Secretaria Infraestrutura Hídrica, esta é membro do EP que conta com um Comitê Estratégico cuja competência é definir estratégias e prioridades do EP, monitorar a implementação e revisar periodicamente as estratégias, avaliar os resultados das ações realizadas, buscar os meios e os recursos para execução dos projetos e articular com as unidades do MI.

Destarte, o arranjo estabelecido para o modelo permite a implementação dos processos organizacionais mapeados e analisados, dando-lhes a eficácia necessária e possibilitando seu monitoramento, com foco no alcance dos resultados e no enfrentamento dos desafios institucionais contribuindo para orientar e apoiar à tomada de decisão.

Os trabalhos e as atividades do Comitê Estratégico figuram e constam nos Relatórios de Gestão da Secretaria Executiva.

A Secretaria de Infraestrutura Hídrica, por ser unidade da Administração Direta do Poder Executivo Federal, não possui unidade de auditoria interna na sua estrutura, porém se subordina aos comandos estatuídos no Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000 e recebe e segue a orientação normativa e a supervisão técnica da Controladoria Geral da União, bem como a realização de auditorias no âmbito desta Secretaria.

### 5.2 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

O regime jurídico dos servidores públicos civis da União, materializado pela Lei nº 8.112/1990, previu no Título IV, um Regime Disciplinar próprio. Nele constam os deveres e proibições a que estão submetidos os servidores públicos, o procedimento adotado nas apurações de

desvios de conduta, as penas aplicáveis em caso de cometimento de infrações disciplinares e, por fim, o rito para apuração de irregularidades de cunho correicional.

A crescente demanda social por transparência e combate aos desvios praticados por servidores públicos foi elemento fundamental para a criação do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Este sistema tem por fim estruturar e harmonizar as ações disciplinares no âmbito da União. A Controladoria-Geral da União é o órgão central do Sistema e as Corregedorias inseridas nas estruturas dos Ministérios atuam como unidades seccionais

Dessa forma, a Corregedoria do Ministério da Integração Nacional é uma Corregedoria Seccional integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Ela foi formalmente criada por meio do Decreto nº 8.980, de 01/02/2017, que aprovou a nova estrutura regimental do MI. Tendo suas competências estabelecidas no Regimento Interno deste Ministério, por meio da Portaria nº 280, de 06/06/2017.

Embora formalmente criada apenas em 2014, a Corregedoria estava estruturada desde o ano de 2009, sendo a atividade disciplinar coordenada por um Corregedor, cujo cargo era vinculado ao Gabinete do Ministro e as competências eram exercidas por meio de delegação.

### **5.3 Gestão de Riscos e Controles Internos**

No que diz respeito aos controles internos, por se tratar de conjunto de atividades, planos, métodos, indicadores e procedimentos com vistas a assegurar a conformidade dos atos de gestão, objetivos e metas da unidade, esse assunto perpassa a competência desta Assessoria Especial de Controle Interno.

O Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU, por meio da Secretaria Federal de Controle Interno - SFC, exerce as atividades de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Nesse sentido, é a CGU quem realiza a auditoria interna deste Ministério. O referido Órgão de Controle Interno avalia a execução dos programas de governo; comprova a legalidade e avalia os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão dos administradores públicos.

Em relação a prática da transparência e *accountability*, o Ministério da Integração Nacional ratifica seu compromisso de transparência pública com a vigência da Lei 12.527, de novembro de 2011. Diversas melhorias foram implementadas no sitio do órgão para facilitar a consulta das informações de interesse público. Além disso, salas com a exclusiva função de prestar atendimento

presencial ao cidadão foram criadas. Elas contam com servidores treinados para o atendimento ao público no âmbito da Lei de Acesso à informação. Ademais, o serviço de atendimento gratuito da Ouvidoria foi ampliado, criando mais um canal entre o público externo e o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.

A Ouvidoria-Geral deste Ministério é um canal aberto ao cidadão para receber reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e às ações da Pasta; devendo, caso necessário, levar ao conhecimento da Corregedoria para o cumprimento das ações cabíveis.

Dando sequência a esse assunto, no âmbito da Administração Federal, foi criada a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1/2016, a qual dispôs que os órgãos e entidades do poder Executivo Federal deverão adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos, e à governança. Assim nos artigos 17 e 23 da referida IN MP/CGU, ficou estabelecida a obrigatoriedade da criação da Política de Gestão de Riscos e do Comitê de Governança, Riscos e Controles, respectivamente, nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Com vistas a dar cumprimento à referida legislação, foi instituído o Comitê de Governança, Riscos e Controles - CGRC do Ministério da Integração Nacional, por meio da Portaria nº 79, de 23 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 40, em 24 de fevereiro de 2017. A criação de um Comitê - órgão colegiado de natureza consultiva - composto pelo Secretário Executivo, que o presidirá, e pelos titulares das Secretarias do Ministério evidenciam o envolvimento da alta administração nas próximas etapas para implementação do gerenciamento de riscos no âmbito desta Pasta Ministerial.

## 6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

### 6.1 Gestão de Pessoas

A estrutura de pessoal da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, do Ministério da Integração Nacional, no exercício de 2017, excetuando o contido no Quadro de Despesa do Pessoal que também apresenta informações relacionadas ao exercício de 2017 e composta conforme apresentado a seguir, cumpre as orientações contidas na IN TCU N° 63/2010, a DN TCU N° 161/2017, a DN TCU N° 163/2017 e a PORTARIA TCU N° 65/2018.

Destacamos que os atos a serem registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - SISAC são aqueles vinculados a cargos efetivos. No âmbito dessa SIH, no exercício de 2017, todos os atos de admissão e concessão tiveram seus registros devidamente incluídos, bem como foram apresentadas as "Declaração de Bens e Rendas" respectivas.

A seguir aos quadros devidamente preenchidos e comentários pertinentes aos demais tópicos:

#### 6.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

#### Composição da Força de Trabalho:

**Quadro 12 – 6.1 – Força de Trabalho da UPC – SIH**

Tipologias dos Cargos	Vagas		Ingressos no Exercício 2017	Egressos no Exercício 2017
	Autorizadas	Efetivas*		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5+1.2.6)				
1.2.1 Servidores do Ministério da Integração Nacional	0**	18	0	0
1.2.2 Servidores do Ministério em usufruto de licença		0	0	1
1.2.3 Servidores do Ministério em exercício provisório		0	0	0
1.2.4 Servidores do Ministério lotados na SIH e foram cedidos para outros órgãos		0	2	0

1.2.5 Servidores de carreira de outros órgãos em exercício descentralizado no MI	0	51	2	11
1.2.6 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	4	4	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública	0	15	12	8
4. Total de Servidores no Quadro do MI (1+2+3)	0	88	20	20
5. Aposentados	0	0	0	0

\*Efetivas informadas no Relatório de Gestão da SECEX – Todas as unidades

\*\*Não se aplica quantitativo de vagas para a UPC tendo em vista a autorização de provimento é para o Órgão.

### Distribuição da Força de Trabalho

#### Quadro 13 – 6.2 Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos cargos	Lotação Efetiva		
	Área Meio	Área Fim	Total individual
1. Servidores de carreira (1.1)			
1.1 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)			
1.1.2 Servidores do Quadro de Pessoal do MI	0	18	18
1.1.3 Servidores de outros órgãos em exercício descentralizado no MI	0	51	51
1.1.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	4	4
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública	0	15	15
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>0</b>	<b>88</b>	<b>88</b>

Fonte: Siape e Extração DW

### Relação entre servidores efetivos e temporários

#### Quadro 14 – 6.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Vagas		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizadas	Efetivas		
1. Cargos em Comissão				
1.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS	34	35		
1.2.1 Servidores do Quadro do MI ocupantes de DAS	-	2	1	3
1.2.2 Servidores de outros órgãos em exercício descentralizado no MI, ocupantes de DAS	-	14	9	15

1.2.3 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, ocupantes de DAS	-	4	4	3
1.2.4 Sem Vínculo (servidores sem vínculo efetivo com a Administração Pública e/ou servidores aposentados da AP que exercem cargo comissionado)	-	15	12	14
<b>2. Funções Gratificadas *</b>	<b>58</b>	<b>4</b>	<b>** 1 DAS deslocado de outra unidade</b>	
2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão, ocupantes de função gratificada	-	4	1	0
2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado, ocupantes de função gratificada	-	0	0	0
2.3 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, ocupantes de função gratificada	-	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em cargo e em função (1+2)</b>	<b>92</b>	<b>39</b>	<b>27</b>	<b>35</b>

Fonte: Siape e Extração DW

\* Total de funções gratificadas do quadro da UPC

\*\* Não se aplica quantitativo de vagas autorizadas para a UPC tendo em vista que a autorização de provimento é para o Órgão.

#### 6.1.1.2 - Informações Específicas sobre a Estrutura de Pessoal

##### Qualificação da Força de Trabalho

##### Quadro 15 – 6.4 Qualificação da força de trabalho

Qualificação da Força de Trabalho	
Escolaridade	Quantidade de Servidores
1º Grau Incompleto - 5ª a 8ª Série Incompleto	0
1º Grau Completo - 8ª série completa	0
2º Grau Completo ou Técnico Profissional	10
Superior Incompleto	0
Superior Completo ou Habilitação Legal Equivalente	70
Mestrado	8
Doutorado	0
<b>Total</b>	<b>88</b>

Fonte: Siape e Extração DW

**Quadro 16 – 6.5 Faixa etária da força de trabalho**

<b>Faixa Etária da Força de Trabalho</b>	
<b>Faixa Etária</b>	<b>Quantidade Vínculos Servidor</b>
Até 30 anos	9
31 a 40 anos	38
41 a 50 anos	17
51 a 60 anos	14
Acima de 60 anos	10
<b>Total:</b>	<b>88</b>

Fonte: Siape e Extração DW

<b>Servidor do Quadro apto a aposentadoria</b>					
<b>Nome do Servidor</b>	<b>Cargo</b>	<b>UORG</b>	<b>Idade</b>	<b>Tempo de Serviço</b>	<b>Nível da Função</b>
Marcelo Pereira Borges	Engenheiro Civil	SIH/MI	65	38	NS

Fonte: Siape e Extração DW

**Demonstrativo das despesas com pessoal**

**Quadro 17 – 6.6 Despesa do Pessoal**

Tipologias/Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixa	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2017	R\$ 1.343.029,12	R\$ 164.344,12	R\$ 127.067,01	R\$ 33.293,98	R\$ 150.745,59	R\$ 30.858,96	R\$ 1.146,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.850.484,91
	2016	R\$ 1.468.997,85	R\$ 152.214,13	R\$ 136.388,66	R\$ 47.038,90	R\$ 172.297,25	R\$ 33.349,34	R\$ 5.489,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.015.775,63
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2017	R\$ 0,00	R\$ 580.801,54	R\$ 74.700,89	R\$ 25.816,53	R\$ 3.800,00	R\$ 230,01	R\$ 4.768,63		R\$ 0,00	R\$ 690.117,60
	2016	R\$ 0,00	R\$ 840.018,45	R\$ 77.477,50	R\$ 20.634,54	R\$ 0,00	R\$ 2.760,12	R\$ 22.789,40	R\$ 562,65	R\$ 0,00	R\$ 964.242,66
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2017	R\$ 0,00	R\$ 1.181.829,80	R\$ 94.899,30	R\$ 24.846,36	R\$ 176.421,92	R\$ 4.074,29	R\$ 2.604,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.484.676,23
	2016	R\$ 0,00	R\$ 891.516,64	R\$ 75.160,56	R\$ 36.816,92	R\$ 151.426,11	R\$ 4.295,16	R\$ 56.664,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.215.880,09
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2017	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada a pessoal

No âmbito do Poder Executivo Federal, os órgãos da Administração Pública direta e indireta, cuja despesa com pessoal é custeada com recursos do Orçamento Geral de União, o cadastro e a folha de pagamento de seus servidores ativos, aposentados e pensionistas são administradas pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siape, cujo controle encontra-se sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - SGP/MP.

Além disso, o Siape restringe e não permite a ocorrência de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos na sua área de abrangência. Frise-se, adicionalmente, o controle exercido, por intermédio do mesmo sistema, sobre os pagamentos efetuados a servidores oriundos de outras esferas de governos, cedidos para o exercício de cargos em comissão nos órgãos da Administração Pública Federal, de forma a não permitir a ocorrência de pagamento acima do teto constitucional.

Nas hipóteses de novas nomeações para cargos de provimento em caráter efetivo e/ou em comissão, previamente à posse no cargo público, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP solicita ao empossando que apresente declaração informando que a referida posse não incorrerá em acumulação indevida de cargo, emprego ou função pública. Adicionalmente, esta Coordenação-Geral está elaborando projeto de recadastramento anual por meio do qual os servidores da pasta deverão apresentar nova declaração de não acumulação de cargos de forma periódica.

### 6.1.3 Gestão de Riscos Relacionados ao Pessoal

Atualmente, o elevado índice de rotatividade da força de trabalho somado a grande evasão de servidores dos quadros de pessoal do Ministério da Integração Nacional, além de comprometer as atividades do órgão, tem se apresentado como um dos fatores de risco da política de capacitação e treinamento da pasta. O fato dessa UPC apresentar um elevado número de evasão de servidores, justificada pela ausência de um plano de carreira específico e pelos baixos salários percebidos pelos agentes pertencentes ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, acaba por comprometer o retorno dos investimentos havidos com capacitação e treinamento de pessoal, bem como o atendimento às competências regimentais e às demandas de órgãos de controle externo.

#### 6.1.4 Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários

**Quadro 18** – 6.7 Quadro de Estagiários

<b>Quadro de Estagiários</b>		
<b>Trimestre</b>	<b>Estagiário/Trimestre</b>	<b>Despesa/Mês</b>
1º Trimestre 2017	28	R\$ 12.982,66
2º Trimestre 2017	32	R\$ 16.241,33
3º Trimestre 2017	31	R\$ 15.045,34
4º Trimestre 2017	28	R\$ 13.104,00
<b>Total da Despesa:</b>		<b>R\$ 57.373,33</b>

Fonte: Siape e Extração DW

<b>Mês</b>	<b>Nº de estagiários ativos (último dia)</b>	<b>Despesa mensal</b>
JANEIRO	8	R\$ 3.120,00
FEVEREIRO	9	R\$ 2.773,33
MARÇO	11	R\$ 3.484,00
ABRIL	10	R\$ 3.952,00
MAIO	11	R\$ 3.640,00
JUNHO	11	R\$ 3.640,00
JULHO	10	R\$ 3.120,00
AGOSTO	11	R\$ 3.120,00
SETEMBRO	10	R\$ 3.120,00
OUTUBRO	9	R\$ 3.120,00
NOVEMBRO	10	R\$ 2.582,67
DEZEMBRO	9	R\$ 1.577,34
<b>TOTAL ANUAL</b>	<b>119</b>	<b>R\$ 57.373,33</b>

Fonte: Siape e Extração DW

Importa ressaltar que no decorrer do exercício de 2017, esta Secretaria não procedeu a qualquer contratação temporária, assim como, desde o exercício de 2015 não conta com mão de obra oriunda dessa modalidade de ingresso.

## **6.2 Gestão do patrimônio e Infraestrutura**

As informações solicitadas para este item serão prestadas de forma consolidada pela Secretaria Executiva - Secex, tendo em vista que a Coordenação Geral de Suporte Logístico, unidade vinculada àquela Secex tem a competência de planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relativas à administração do patrimônio imobiliário próprio, da União sob a responsabilidade deste MI.

### **6.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União**

As informações solicitadas para este item serão prestadas de forma consolidada pela Secretaria Executiva - Secex, tendo em vista que a Coordenação Geral de Suporte Logístico, unidade vinculada àquela Secex tem a competência de planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relativas à administração do patrimônio imobiliário próprio, da União sob a responsabilidade deste MI.

## **6.3 Gestão da Tecnologia da Informação**

### **6.3.1 Principais Sistemas de Informações**

### **6.3.2 Informações Sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)**

Para os itens acima, aplica-se o artigo 19 do anexo II da Portaria MI nº 280, de 6 de junho de 2017, compete à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação da Secretaria Executiva o planejamento, a coordenação e a avaliação da execução das atividades relativas à administração dos recursos de informação e de informática no âmbito do Ministério. Nesse sentido, segundo entendimentos internos, aquela Secretaria irá consolidar em seu relatório de gestão as informações solicitadas neste item.

## **6.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade**

### **6.4.1 Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens e na Contratação de Serviços ou Obras**

Em relação às contratações realizadas por esta unidade, para execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional, são observados os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012.

Quanto aos demais itens, as informações são de competência da Secretaria Executiva.

## 7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 7.1 Canais de Acesso ao Cidadão

Os canais de acesso ao cidadão são disponibilizados pelos sistemas da ouvidoria, que disponibiliza em cada página do site eletrônico do Ministério um link para registro de manifestações com a nomenclatura Fale Conosco, que redireciona as demandas para o sistema Sisouvidor3, coordenado pela Ouvidoria. Além desse canal, o órgão dispõe de e-mails institucionais específicos das áreas, destacando-se o ouvidoria.mi@integracao.gov.br, sendo as mensagens desses registradas no Sisouvidor3 para controle e trâmite interno e externo. Disponibiliza também, urnas nas entradas do edifício sede, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, e no Ed. Celso Furtado, localizado na SGAN 906.

Encontra-se ainda sob a coordenação da Ouvidoria os atendimentos pelo canal de Discagem Direta Gratuita (DDG), com o número 0800.610021, cadastrando em módulo próprio as ligações atendidas, e o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, definido pela Lei de Acesso à Informação – LAI, Lei 12.527/2011.

Para atender o cidadão que queira atendimento telefônico ou presencial, consta no site do Ministério o endereço de cada setor responsável pelo cumprimento dos programas e ações desenvolvidas, podendo o cidadão agendar previamente uma visita ao setor interessado.

Ainda, sendo oportuno, a Ouvidoria disponibiliza ao cidadão, quando do envio da resposta, o link de um formulário de pesquisa de satisfação, dando a ele espaço para a sua opinião em relação aos serviços prestados pela Ouvidoria. A pesquisa não vincula nenhuma área e nenhuma manifestação, não sendo, portanto, possível uma avaliação por Secretaria. A referida pesquisa será demonstrada no relatório consolidado da Ouvidoria.

### 7.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Não se formulou a Carta de Serviços, a qual se encontra em discussão nas áreas de gestão do órgão.

### 7.3 Aferição de Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

A IN nº 01/2014-OGU/CGU definiu como tipologias os termos: denúncia, elogio, solicitação, sugestão e reclamação. Em relação às demandas da SIH houve manifestações classificadas em todas as tipologias, consolidando as áreas definidas no Sisouvidor3.

Das demandas direcionadas ao Gabinete da Secretaria, registraram-se 21 manifestações, conforme tabela abaixo, sendo “reclamação” a tipologia com maior número de manifestações. Dessas verificou-se que 14 eram referentes ao município de Vicência/PE, em que os cidadãos reclamaram não apenas da falta de planejamento quando da execução de determinada obra, como do descaso com a população que alegou não ter sido consultada sobre obra de abastecimento de água que estava sendo feita no município.

Em relação ao Departamento de Obras Hídricas (DOH), as duas manifestações tratavam de solicitações de providência para solucionar problemas causados, ou por falta de liberação de recursos financeiros a convênio, ou por falta de estudo para melhoria de ações que visassem melhor aproveitamento das águas de bacias hidrográficas.

**Tabela 11 - 7.1 Por Tipologia**

<b>TABELA 1</b>		<b>TABELA 2</b>	
<b>POR TIPOLOGIA - Gabinete da SIH</b>		<b>POR TIPOLOGIA - DOH</b>	
<b>Classificação</b>	<b>Qtd</b>	<b>Classificação</b>	<b>Qtd</b>
Reclamação	15	Solicitações	2
Solicitações	4	<b>Total recebido em 2017</b>	<b>2</b>
Denúncia	1		
Sugestão	1		
<b>Total recebido em 2017</b>	<b>21</b>		

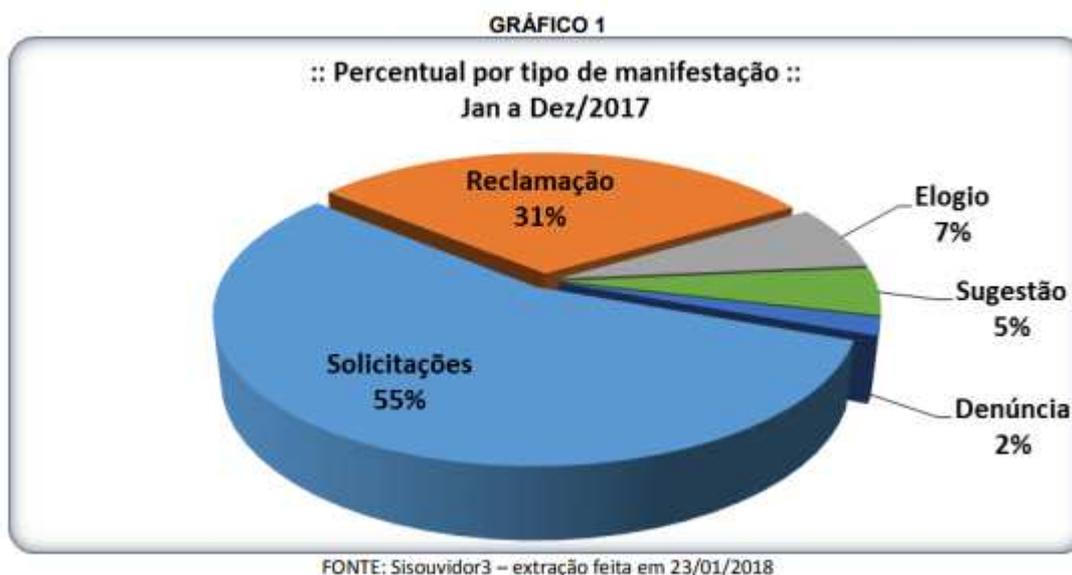
<b>TABELA 3</b>		<b>TABELA 4</b>	
<b>POR TIPOLOGIA - PISF</b>		<b>POR TIPOLOGIA - Consolidada GAB/DOH/PISF</b>	
<b>Classificação</b>	<b>Qtd</b>	<b>Classificação</b>	<b>Qtd</b>
Solicitações	81	Solicitações	87
Reclamação	33	Reclamação	48
Elogio	11	Elogio	11
Sugestão	7	Sugestão	8
Denúncia	2	Denúncia	3
<b>Total recebido em 2017</b>	<b>134</b>	<b>Total recebido em 2017</b>	<b>157</b>

FONTE: Sisouvidor3 – extração feita em 23/01/2018

Sobre as demandas apresentadas ao Departamento de Projetos Estratégicos (DPE), especificamente sobre as obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), grande parte se concentrou nas manifestações oriundas das Caixas de Comunicação disponibilizadas, em sua maioria, durante os eventos da Comunidade Itinerante. Também constam as demandas oriundas dos

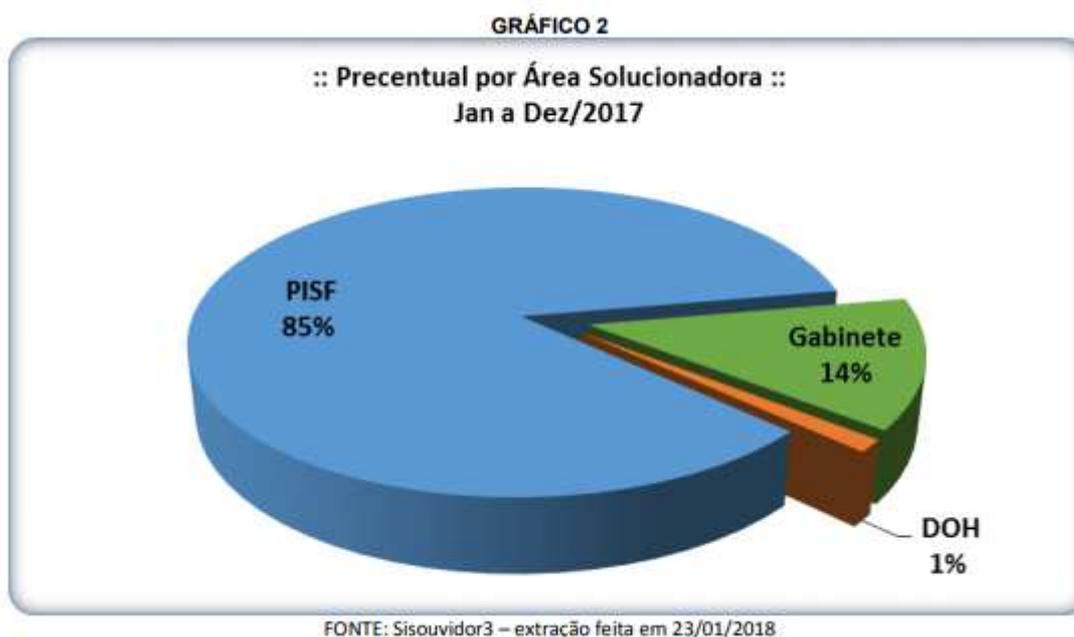
canais Fale Conosco, e-mails, telefone e DDG. As reclamações relacionadas ao PISF costumam ser em relação a demora da conclusão da obra ou questionamentos sobre a sua funcionalidade devido ao custo da obra. Também foram relatados alguns problemas relacionados às Vilas Produtivas Rurais (VPRs) ou mesmo relacionado a falta de água, apesar do canal passar perto da comunidade.

**Figura 6** – 7.1 Percentual por Tipo de Manifestação



Apesar do aumento de demandas para o Gabinete da SIH, a concentração de demandas continua sendo no PISF conforme o gráfico abaixo.

**Figura 7** – 7.2 Percentual por Área Solucionadora



A IN nº 01/2014-OGU/CGU, estipula o prazo de até 20 dias para responder às manifestações de ouvidoria, podendo ser prorrogáveis por mais 10, desde que justificadas, e em alguns casos excepcionais, mensalmente. Verificou-se que houve um aumento no atraso das respostas, sendo que neste exercício não houve a cobrança por parte da Ouvidoria, fato que não exime a responsabilidade da Secretaria. Porém não há como fazer inferência se a falta de cobrança foi o motivo ou se as demandas necessitavam de um tempo maior para a sua resposta.

Do total das 157 manifestações, conferiu-se que 107 foram encaminhadas dentro do prazo dos 20 dias, com um tempo médio de resposta de 6,54 dias. Em relação às 29 elencadas fora do prazo, baseado na data da extração dos dados para a composição do relatório, 23 estavam dentro do prazo prorrogável por mais 10 dias, e apenas seis excederam o definido pela IN, uma vez que não houve justificativa técnica para o seu atraso.

Ressalta-se, que a manifestação com a maior demora na resposta se referia a possível rachaduras na casa e calçada de cidadão devido a detonação das pedreiras. O cidadão questiona como deveria proceder e como ser ressarcido pelo prejuízo causado ao seu imóvel devido às obras e que a demora na resposta ocorreu devido a necessidade de verificação dos danos e se realmente foram provenientes das obras do Projeto.

**Figura 8 – 7.3 Percentual por Tempo de Resposta**

**TABELA 10**

<b>ENQUADRAMENTO - SIH</b>	
Dentro do Prazo	107
Fora do Prazo	29
Em tramitação	21
<b>Total de manifestações recebidas em 2017</b>	<b>157</b>

**TABELA 11**

<b>TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA EM DIAS</b>	
Dentro do Prazo	6,54
Fora do Prazo	34,03

*Obs.: As médias foram obtidas apenas com as respondidas, excluindo-se as em tramitação.*

FONTE: Sisouvidor3 – extração feita em 23/01/2018



FONTE: Sisouvidor3 – extração feita em 23/01/2018

#### **7.4 Mecanismo de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade**

Este tópico apresenta exemplos das manifestações com maior procura em relação aos programas e projetos da SIH. Considerando o extenso rol de classificações em relação às demandas da Secretaria, em especial ao PISF, selecionou-se as cinco mais demandadas, destacando “Abrangência e influência territorial PISF”.

Diversamente de anos anteriores, as VPRs não apareceram como destaque neste exercício de 2017, estando “Duração, etapas e andamento das obras do PISF” como a segunda categoria mais procurada. Os exemplos a seguir apresentam situações que demonstram o citado no texto:

- Caixa de Comunicação - Trecho II

*"Estamos esperando a cada dia as vindas das águas do velho Chico e eixo Norte estão parado e a nossa preocupação é com as chuvas que não estou trazendo volumes de chuvas que posso junto*

água nos açudes a nossa confiança está nas chegadas das águas até os meses de novembro de 2017 pelo contrário vai faltar água na nossa região."

"Boa noite, gostaria de saber se o povoado de Jeritacó (Ibimirim-PE) será banhado pelas águas da transposição do São Francisco e qual o prazo para a ligação destas com o Açude (represa) Poço da Cruz (também em Ibimirim)?"

**Tabela 12** – 7.2 Principais Assuntos SIH

TABELA 5	
PRINCIPAIS ASSUNTOS - SIH	
Abrangência e influência territorial PISF	59
Duração, etapas e andamento das obras do PISF	26
Construção de Barragem/Açude/Adutora	18
Empresas que trabalham nas obras PISF	17
Desapropriação/reassentamento PISF	3
<b>Outros assuntos</b>	<b>34</b>
<b>Total de manifestações recebidas em 2017</b>	<b>157</b>

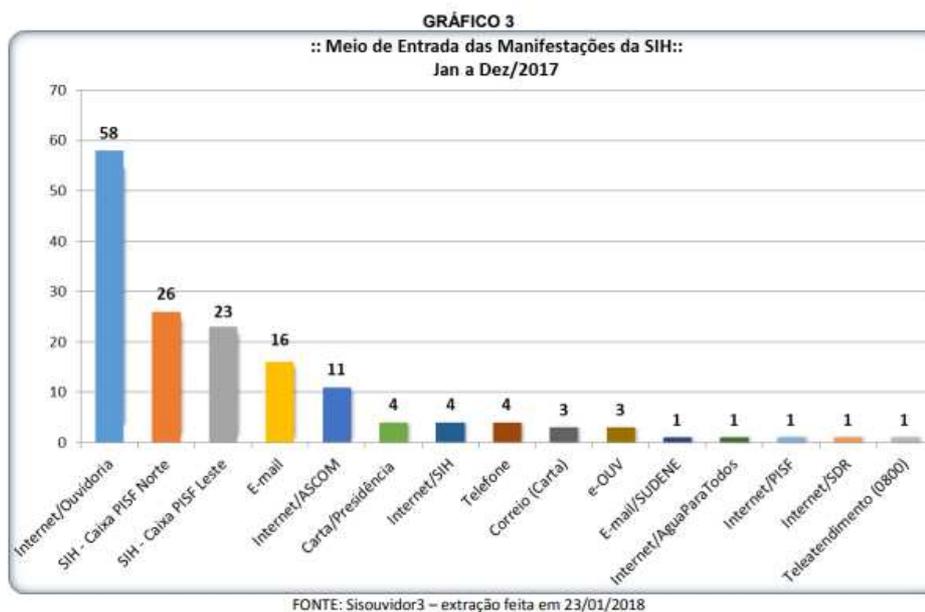
FONTE: Sisouvidor3 – extração feita em 23/01/2018

## 7.5 Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações

No exercício de 2017, o canal mais utilizado pelo cidadão foi a internet por meio do Fale Conosco da Ouvidoria que se encontra na página principal do site do órgão. Em anos anteriores, as Caixas de Comunicações eram destaques considerando a Comunicação Itinerante. Nesses eventos, a população local aproveitava para expor suas opiniões e dúvidas, bem como para solicitar demandas, que nem sempre são possíveis apenas durante o encontro.

Houve um quantitativo considerável de demandas por e-mail e pelo Fale Conosco da Assessoria de Comunicação - ASCOM. Um exemplo de demanda que entrou pela Assessoria, mas se referia à ação da SIH seria: *"Bom dia, quero informações em anexo sobre: O projeto de Integração de bacia do Rio São Francisco. Cabrobó a Salgueiro. Atenciosamente: Diretor de Recursos Hídricos de Orocó."*

**Figura 9** – 7.4 Meio de Entrada das manifestações da SIH



Somando os meios de entrada do Fale Conosco (internet), foram registradas 76 manifestações. Pelas caixas de comunicação, houve 49 demandas e 32 por outros canais apresentados no Gráfico 3. Importante observar que três cartas foram encaminhadas à Ouvidoria e quatro cartas à Presidência da República. Independentemente do meio de entrada, todas as demandas são registradas no sistema Sisouvidor3 e tramitada às áreas por ele.

**Tabela 13 – 7.3 Meios de Entrada Gabinete, DOH, PISF e SIH**

**TABELA 6**

Meio de Entrada - Gabinete	
Classificação	Qtd
Internet/Ouvidoria	17
E-mail	2
Correio (Carta)	1
Internet/SIH	1
<b>Total Geral</b>	<b>21</b>

**TABELA 7**

Meio de Entrada - DOH	
Classificação	Qtd
Internet/AguaParaTodos	1
Internet/Ouvidoria	1
<b>Total Geral</b>	<b>2</b>

FONTE: Sisouvidor3 – extração feita em 23/01/2018

**TABELA 8**

<b>Meio de Entrada - PISF</b>	
<b>Classificação</b>	<b>Qtd</b>
Internet/Ouvidoria	40
SIH - Caixa PISF Norte	26
SIH - Caixa PISF Leste	23
E-mail	14
Internet/ASCOM	11
Carta/Presidência	4
Telefone	4
e-OUV	3
Internet/SIH	3
Correio (Carta)	2
E-mail/SUDENE	1
Internet/ProjetoSaoFrancisco	1
Internet/SDR	1
Teleatendimento (0800)	1
<b>Total Geral</b>	<b>134</b>

**TABELA 9**

<b>Meio de Entrada – SIH (Consolidado)</b>	
<b>Classificação</b>	<b>Qtd</b>
Internet/Ouvidoria	58
SIH - Caixa PISF Norte	26
SIH - Caixa PISF Leste	23
E-mail	16
Internet/ASCOM	11
Carta/Presidência	4
Internet/SIH	4
Telefone	4
Correio (Carta)	3
e-OUV	3
E-mail/SUDENE	1
Internet/AguaParaTodos	1
Internet/PISF	1
Internet/SDR	1
Teleatendimento (0800)	1
<b>Total Geral</b>	<b>157</b>

FONTE: Sisouvidor3 – extração feita em 23/01/2018

Em relação aos serviços de teleatendimento, houveram 84 ligações diretamente relacionadas à Secretaria. Dessas, 23 solicitavam informação em relação ao PISF e as demais um número de ramal para contato na Secretaria, sendo informado em grande parte o número (061) 2034.4241.

**Tabela 14** – 7.4 Principais assuntos

**TABELA 12**

<b>PRINCIPAIS ASSUNTOS</b>	
<b>SIH</b>	<b>84</b>
<i>PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco</i>	<i>23</i>
<i>Outros Atendimentos sobre a SIH</i>	<i>61</i>

FONTE: Sisouvidor3 – extração feita em 23/01/2018

A Lei de Acesso à Informação surge para atender ao dispositivo constitucional previsto no artigo 5º, inciso XXXIII do Capítulo I - dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - que dispõe que: “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

Seu objetivo é dar maior transparência às informações públicas executadas pelos poderes públicos, seja em qualquer esfera administrativa, tornando possível uma maior participação popular e um controle social das ações governamentais. Parte da premissa que, passando o

cidadão a ter acesso às informações, haverá uma melhoria na gestão pública. Não cabe a ela atender outros tipos de demandas, tais como denúncia, reclamação e outros, que competem às ouvidorias.

Em relação ao exercício anterior, houve uma maior procura por meio do SIC em relação as ações da Secretaria, aumentado aproximadamente 55% o quantitativo de um ano para o outro, ou seja, houve 33 requerimentos de informação em 2016 enquanto que em 2017 houve 60 requerimentos. A tabela abaixo, elaborada pela equipe da Ouvidoria, mapeou as demandas por assunto, facilitando assim o seu acompanhamento.

**Tabela 15** – 7.5 Principais Assuntos SIH

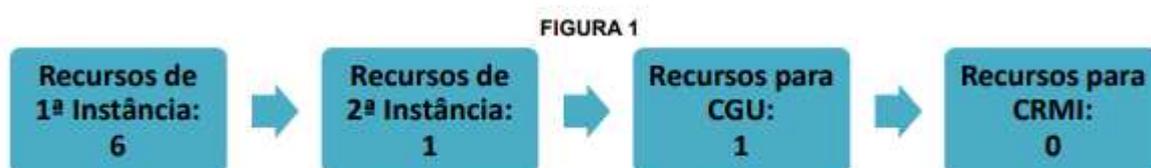
**TABELA 13**

<b>PRINCIPAIS ASSUNTOS - SIH</b>	
Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF)	27
Obras de Infraestrutura Hídrica	16
Informações sobre convênios	14
Informações sobre contratos	3
<b>Total de pedidos recebidos em 2017</b>	<b>60</b>

FONTE: e-SIC – extração feita em 29/01/2018

Conforme a figura abaixo em 2017 a SIH recebeu seis recursos, sendo que um deles gerou recurso de 2ª instância e posteriormente recurso junto à CGU.

**Figura 10** – 7.5 Recursos Recebidos SIH



FONTE: e-SIC – extração feita em 31/01/2018

## 8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 8.1 Tratamento Contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão de Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos

Para realização dos registros contábeis no Patrimônio da UPC e apresentação dos demonstrativos contábeis, foram adotados procedimentos e práticas orientados pelas macro funções SIAFI nºs (02.11.30 e 02.03.30) e Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especiais, NBC T 16.9 (Depreciação, amortização e Exaustão) e NBC T 16.10 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público), publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente. Na Unidade Prestadora de Contas não identificamos sazonalidade relevante com relação aos registros realizados em 2016 e 2017. O valor do Imobilizado da Unidade, em 2017, totalizou o montante de R\$ 7.176.950.051,60, composto praticamente por Bens Imóveis, correspondendo 92,88% do Ativo não Circulante. No entanto observado que o cumprimento dos citados normativos deu-se de forma parcial tendo em vista que não identificamos no Patrimônio da UPC os seguintes registros:

- Depreciação Amortização e Exaustão acumulada de Bens Imóveis;
- Redução ao valor Recuperável de Bens Imóveis;

#### **Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a”;**

A UPC não está realizando os registros de Amortização e Exaustão acumulada de Bens Imóveis e também não está realizando os registros de Redução ao valor Recuperável de Bens Imóveis, tendo em vista que 92,88% do Imobilizado se refere ao registro de Bens Imóveis em Andamento, grupo de contas impactado pelas contas Obras em Andamento, Estudos e Projetos, e, Instalações. Essas contas foram motivadas pela liquidação de despesas com contratos firmados para execução do PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco. Obra de infraestrutura hídrica com 477 quilômetros de extensão em dois eixos (Leste e Norte). Os registros de Patrimônio serão realizados após conclusão do projeto, visto que a obra não está concluída sendo inviável o levantamento do valor total do citado Projeto.

## 8.2 Sistemática de Apuração de Sistemática de Apuração de Custos no âmbito da Unidade

No Ministério da Integração não há sistemática de apuração dos custos dos programas e das Unidades Administrativas, por não existir estrutura física da Setorial de Custos, nem responsáveis pelo acompanhamento dos custos no sistema de Informação de Custos-SIC. Sendo assim, esta UPC não se enquadrava nas orientações constantes na Portaria STN 157, de 09 de março de 2011 e Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011. No entanto, esta Unidade de Prestação de Contas apresentou à Controladoria Geral da União Relatório de Custos das ações mais relevantes do Programa 2084 - Recursos Hídricos, para compor a Prestação de Contas do Presidente da República. Sendo assim anexamos abaixo as informações de Custos da UPC que compuseram a PCPR:

*“...Programa 2084 – Recursos Hídricos*

### **Análise de Custos**

No cenário de custos, as realizações das metas do objetivo 0479 tiveram, basicamente, o suporte das seguintes ações orçamentárias:

**A ação 5900 – Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribes, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)** compreende a implantação de canais, drenagem, estações de bombeamento, usinas e estruturas de adução. Além disso, haverá a implantação da infraestrutura hídrica por meio da aquisição de terras, realocação populacional, implantação de linhas de transmissão e subestações, obras de implantação de canais, obras de drenagem, construção de túneis, aquedutos, estações de bombeamento, linhas de recalque, estrutura de deságue, construção de barragens e usinas, recuperação de barragens e seus equipamentos eletromecânicos, e, implantação das estruturas de controle e derivação. Objetiva-se aumentar a oferta hídrica População dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

A ação apresentou os seguintes resultados quanto aos indicadores de custos: ineficaz (1,0), eficiência excedente (1,0) e economicidade contida (0,76). Esse resultado decorre do contingenciamento orçamentário no exercício de 2017, sem a revisão ou atualização da meta prevista para a Ação (5900) no exercício. A maior alocação de recursos da LOA no período de 2016, quando comparada à LOA do período de 2017, majora o valor referente aos Restos a Pagar.

Assim, a falta de atualização da meta e a execução dos Restos a Pagar, repercutiram no resultado dos indicadores, que passaram a não espelhar a realidade.

**Tabela 16** – 8.1 Análise de Custos Ação 5900

<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>IDC - Eficácia</i>	<i>Eficácia</i>	<i>Qtde. Meta Anual 2017</i>	<i>Qtde. Realizada 2017</i>
<i>Atendimento Realizado</i>	<i>Unidade</i>	<i>1</i>	<i>Ineficaz</i>	<i>7</i>	<i>2</i>
		<i>IDC – Eficiência</i>	<i>Eficiência</i>	<i>Gasto Unitário Previsto – 2017</i>	<i>Custo Unitário 2017</i>
		<i>1</i>	<i>Eficiente</i>	<i>39.027.981,43</i>	<i>34.997.954,37</i>
		<i>IDC Economicidade</i>	<i>Economicidade</i>	<i>Custo Unitário 2017</i>	<i>Custo Unitário 2016</i>
		<i>0,76</i>	<i>Economicidade Contida</i>	<i>34.997.954,37</i>	<i>26.564.616,14</i>

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal / Orientação Normativa STN nº 1, de 13 de dezembro de 2017

**A ação 12EP – Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)** objetivou a implantação da infraestrutura hídrica por meio da aquisição de terras, realocação populacional, implantação de linhas de transmissão e subestações, obras de implantação de canais, obras de drenagem, construção de túneis, aquedutos, estações de bombeamento, linhas de recalque, estrutura de deságue, construção de barramentos e usinas, recuperação de barragens e seus equipamentos eletromecânicos, e, implantação das estruturas de controle e derivação. Todas essas intervenções visam a aumentar a oferta hídrica per capita a médio prazo para o consumo humano, atividades agrícolas e industriais, viabilizando maior igualdade de oportunidades de emprego e renda para a população residente por meio da garantia de fornecimento de água para o uso múltiplo, especialmente pelos rios intermitentes, com prioridade para as áreas de maior densidade demográfica.

No tocante aos indicadores de custos, a ação foi classificada como ineficaz (0,0), ineficiente (0,0) e economicidade contida (0,55). Esse resultado decorre do contingenciamento orçamentário no exercício de 2017, sem a revisão ou atualização da meta prevista para a Ação (12EP) no exercício. Da mesma verifica-se a situação de ineficiência, ou seja, os serviços não foram maximizados pelo

mesmo motivo. A maior alocação de recursos da LOA no período de 2016, quando comparada à LOA do período de 2017, majora o valor dos Restos a Pagar que também influencia nos índices.

Embora tenha sido feita uma suplementação orçamentária no final de 2017, a falta de atualização da meta e a execução dos Restos a Pagar repercutiram no resultado dos indicadores, que passaram a não espelhar a realidade, seja em termos de Eficácia ou Eficiência.

É importante salientar que a funcionalidade de todo o Eixo Leste foi atingido em 2017. Desde então, o sistema adutor está na fase de pré-operação para realização dos testes e comissionamento.

**Tabela 17** – 8.2 Análise de Custos Ação 12EP

<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>IDC - Eficácia</i>	<i>Eficácia</i>	<i>Qtde. Meta Anual 2017</i>	<i>Qtde. Realizada 2017</i>
<i>Trabalhador Qualificado</i>	<i>Unidade</i>	<i>0</i>	<i>Ineficaz</i>	<i>9</i>	<i>3</i>
		<i>IDC – Eficiência</i>	<i>Eficiência</i>	<i>Gasto Unitário Previsto – 2017</i>	<i>Custo Unitário 2017</i>
		<i>0</i>	<i>Ineficiente</i>	<i>19.897.832,44</i>	<i>49.847.271,92</i>
		<i>IDC Economicidade</i>	<i>Economicidade</i>	<i>Custo Unitário 2017</i>	<i>Custo Unitário 2016</i>
		<i>0,55</i>	<i>Economicidade Contida</i>	<i>49.847.271,92</i>	<i>27.548.113,90</i>

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal / Orientação Normativa STN nº 1, de 13 de dezembro de 2017.

**A ação 10CT – Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano** busca a construção de tomada d'água / estação elevatória (capacidade para abrigar 12 conjuntos motobomba com vazão de 2,67m<sup>3</sup>/s e potência 2.000 cv por unidade), quatro adutoras por recalque e por gravidade em paralelo e canal adutor. Este canal contempla uma extensão total de 250Km, com escoamento por gravidade ao longo de seu trajeto, compreendendo canal em seção trapezoidal, comportas de controle, obras de arte e outras. O canal destina-se à utilização dos recursos hídricos para usos múltiplos (núcleos de abastecimento, perímetros de irrigação, bacia leiteira, piscicultura, entre outros).

Em relação aos indicadores de custos, essa ação obteve os seguintes resultados: ineficaz (0,0), ineficaz(0,0) e economicidade excedente (1,92). Este resultado ocorreu devido ao contingenciamento orçamentário no exercício de 2017. Da mesma forma, verifica-se a situação de ineficiência, ou seja, os serviços não foram maximizados pelo mesmo motivo. Quanto à economicidade, verifica-se economicidade excedente. Isto se deve a maior alocação de recursos da LOA no período de 2016, quando comparada à LOA do período DE 2017.

**Tabela 18** – 8.3 Análise de Custos Ação 10CT

<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>IDC - Eficácia</i>	<i>Eficácia</i>	<i>Qtde. Meta Anual 2017</i>	<i>Qtde. Realizada 2017</i>
<i>Atendimento Realizado</i>	<i>Unidade</i>	<i>0</i>	<i>Ineficaz</i>	<i>22</i>	<i>5</i>
		<i>IDC – Eficiência</i>	<i>Eficiência</i>	<i>Gasto Unitário Previsto – 2017</i>	<i>Custo Unitário 2017</i>
		<i>0</i>	<i>Ineficiente</i>	<i>2.746.175,64</i>	<i>14.616.961,84</i>
		<i>IDC Economicidade</i>	<i>Economicidade</i>	<i>Custo Unitário 2017</i>	<i>Custo Unitário 2016</i>
		<i>1,92</i>	<i>Economicidade Excedente</i>	<i>14.616.961,84</i>	<i>28.041.320,98</i>

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal / Orientação Normativa STN nº 1, de 13 de dezembro de 2017.

**A ação 10F6 – Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco** busca a construção de adutora, com 1.050km de extensão, constituída de estações elevatórias, reservatórios e tubulações com diâmetros variando entre 1.000mm a 150mm em ferro dúctil, visando garantir a oferta de água para o abastecimento das populações residentes em diversos municípios do Estado de Pernambuco, destacando-se Pesqueira, São Bento do Uno, Garanhuns, Caetés e Bom Conselho, dentre outros.

Em relação aos indicadores de custos, essa ação obteve os seguintes resultados: eficiência excedente (3,0), eficiência excedente (3,0) e sem economicidade (0,0). Este resultado ocorreu devido à suplementação orçamentária ocorrida no final do exercício de 2017. Da mesma forma, verifica-se a

situação de eficiência excedente pelo mesmo motivo, ou seja, os serviços providos foram maximizados. Quanto à economicidade se deve a menor alocação de recursos orçamentários no período de 2016, quando comparada do orçamento de 2017.

**Tabela 19** – 8.4 Análise de Custos Ação 10F6

<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>IDC - Eficácia</i>	<i>Eficácia</i>	<i>Qtde. Meta Anual 2017</i>	<i>Qtde. Realizada 2017</i>
<i>Atendimento Realizado</i>	<i>Unidade</i>	3	<i>Eficácia Excedente</i>	8	9
		<i>IDC – Eficiência</i>	<i>Eficiência</i>	<i>Gasto Unitário Previsto – 2017</i>	<i>Custo Unitário 2017</i>
		3	<i>Eficiência Excedente</i>	27.037.500,00	10.780.515,39
		<i>IDC Economicidade</i>	<i>Economicidade</i>	<i>Custo Unitário 2017</i>	<i>Custo Unitário 2016</i>
		0,0	<i>Sem Economicidade</i>	10.780.515,39	

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal / Orientação Normativa STN nº 1, de 13 de dezembro de 2017.

**A ação 12G7 – Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea** conta com uma extensão de 112,44km, sendo 88.370m em canal trapezoidal, 22.600m em sifões e 3.470m em túnel. O eixo adutor é constituído de três trechos. O Trecho 1, com extensão de 48,74 km e vazão máxima de 10m<sup>3</sup>/s desde a captação, no Açude Acauã, até o ponto situado na Bacia Hidrográfica do Rio Gurinhém, é constituído por um sifão invertido que fará a transposição dos vales dessa Bacia. O Trecho 2, com extensão de 46,06 km e vazão máxima de 6,5m<sup>3</sup>/s desde o ponto onde começa o Sifão Gurinhém até o ponto situado na Bacia do Rio Mamanguape, é constituído por sifão invertido que possibilitará a transposição dos Vales dessa Bacia. O Trecho 3, com extensão de 17,64 km e vazão máxima de 2,5m<sup>3</sup>/s, que permanecerá após a derivação para o Açude Araçaji, desde o ponto onde começa o Sifão Araçaji até um ponto situado na Bacia hidrográfica do Rio Camaratuba, possuirá uma estrutura para liberar essa vazão transportada num pequeno afluente da margem direita do rio Camaratuba de forma controlada.

Visa aproveitar as águas do São Francisco, transpostas por meio do Eixo Leste, para abastecer a uma população estimada em 1,5 milhão de habitantes de 39 municípios. Em relação aos indicadores de custos, essa ação obteve os seguintes resultados: ineficaz (0,0), ineficaz (0,0) e sem economicidade (0,3). Este resultado ocorreu devido a contingenciamento orçamentário no exercício de 2017. Da mesma forma, verifica-se a situação de ineficiência, ou seja, os serviços não foram maximizados pelo mesmo motivo. Quanto à economicidade, Isto se deve a menor alocação de recursos da LOA no período de 2016, quando comparada à LOA do período de 2017.

**Tabela 20** – 8.5 Análise de Custos Ação 12G7

<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>IDC - Eficácia</i>	<i>Eficácia</i>	<i>Qtde. Meta Anual 2017</i>	<i>Qtde. Realizada 2017</i>
<i>Atendimento Realizado</i>	<i>Unidade</i>	<i>0</i>	<i>Ineficaz</i>	<i>36</i>	<i>4</i>
		<i>IDC – Eficiência</i>	<i>Eficiência</i>	<i>Gasto Unitário Previsto – 2017</i>	<i>Custo Unitário 2017</i>
		<i>0</i>	<i>Ineficiente</i>	<i>1.688.715,69</i>	<i>15.599.220,63</i>
		<i>IDC Economicidade</i>	<i>Economicidade</i>	<i>Custo Unitário 2017</i>	<i>Custo Unitário 2016</i>
		<i>0,3</i>	<i>Sem Economicidade</i>	<i>15.599.220,63</i>	<i>4.668.516,68</i>

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal / Orientação Normativa STN nº 1, de 13 de dezembro de 2017.

**A ação 7L29 – Integração das Bacias Hidrográficas do Estado Ceará – Cinturão das Águas**, compreende a execução de projetos básico e executivo assim como obras civis correlatas, por meio da construção de sistema adutor com extensão aproximada de 1.294km, quase que integralmente gravitatório, com somente um bombeamento de menor porte em seu trecho litoral final. Conta com trechos em canais de corte e/ou aterro, obras de travessia de talvegues e elevações topográficas a partir de sifões, aquedutos e túneis. Visa aduzir parcela das vazões transpostas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco, para 80% do território do Ceará, para atendimento de demandas nas principais bacias hidrográficas do Estado, com o objetivo de

implementar o abastecimento humano, o turismo e a indústria. Em relação aos indicadores de custos, essa ação obteve os seguintes resultados: ineficaz (0,0), ineficaz (0,0) e economicidade excedente (2,29). Este resultado ocorreu devido a contingenciamento orçamentário no exercício de 2017. Da mesma forma, verifica-se a situação de ineficiência, ou seja, os serviços não foram maximizados pelo mesmo motivo. Quanto à economicidade, se deve a maior alocação de recursos da LOA no período de 2016, quando comparada à LOA do período de 2017.

**Tabela 21** – 8.6 Análise de Custos Ação 7L29

<i>Produto</i>	<i>Unidade de Medida</i>	<i>IDC - Eficácia</i>	<i>Eficácia</i>	<i>Qtde. Meta Anual 2017</i>	<i>Qtde. Realizada 2017</i>
<i>Atendimento Realizado</i>	<i>Unidade</i>	<i>0</i>	<i>Ineficaz</i>	<i>46</i>	<i>10</i>
		<i>IDC – Eficiência</i>	<i>Eficiência</i>	<i>Gasto Unitário Previsto 2017</i>	<i>Custo Unitário 2017</i>
		<i>0</i>	<i>Ineficiente</i>	<i>3.941.905,93</i>	<i>10.475.076,85</i>
		<i>IDC Economicidade</i>	<i>Economicidade</i>	<i>Custo Unitário 2017</i>	<i>Custo Unitário 2016</i>
		<i>2,29</i>	<i>Economicidade Excedente</i>	<i>10.475.076,85</i>	<i>23.989.813,80</i>

Fonte: Sistema de Informações de Custos do Governo Federal / Orientação Normativa STN nº 1, de 13 de dezembro de 2017.

Na execução dos orçamentos nos exercícios de 2016 e 2017 da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, observou-se a ocorrência de situações de incompatibilidade de previsão de recursos/disponibilização, o que afetou a execução por meta física e implicou nos resultados das faixas de atingimento representados nos demonstrativos de Eficácia, Eficiência e de Economicidade. No entanto, verificou-se grande relevância na realização das ações na contribuição para o alcance da meta e objetivo do programa temático 2084 – Recursos Hídricos. ...”

### **8.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas**

O processo de verificação da conformidade contábil da UPC, por meio da Setorial Contábil, responsável pela realização da citada conformidade, observada a segregação de função no processo do registro, se deu da seguinte forma:

- Utilização dos auditores contábeis disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional no SIAFI e atendimento às orientações contidas no Manual SIAFI;
- Análise contábil da execução orçamentária, financeira e patrimonial demonstradas no Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstrações das Variações Patrimoniais, da Unidade Gestora da Unidade Jurisdicionada;
- Verificação das irregularidades ocorridas no BALANCETE por meio da transação disponibilizada no SIAFI - CONDESAUD;
- Identificação das ressalvas/restrições por meio de equações contábeis, disponibilizadas no processo online de apuração dos registros e resultados, elaboradas pela Coordenação-Geral de Contabilidade do Tesouro Nacional;
- Envio de e-mails e COMUNICA/SIAFI, à Unidade Gestora da UPC alertando quanto às irregularidades contábeis ocorridas e solicitação de regularização da situação antes do fechamento mensal contábil;
- Orientação, à UG/UPC, de como proceder à regularização dos registros contábeis pendentes por meio de e-mails e COMUNICA/SIAFI.

Do processo de verificação para a conformidade contábil, foram identificadas e registradas as seguintes restrições contábeis, durante o exercício:

#### **UG: 530013**

Restrições:

- a) (01 vez ) - 315 – Falta/restrição conformidade de registros de gestão;
- b) (03 vezes) - 318 – Não atendimento Orientação Setorial Contábil;
- c) (12 vezes) - 656 – Convênios a comprovar com data expirada;

- d) (12 vezes) - 657 – Convênios a aprovar com data expirada;
- e) (12 vezes) - 659 – Convênios a liberar expirados;
- f) (04 vezes) - 674 – saldo alongado/indevido contas transitórias passivo circulante;
- g) (12 vezes) - 677 – Falta/atraso retenção/recolhimento obrigações e tributos;

Das restrições contábeis apontadas/registradas, não foram sanadas até ao final do exercício de referência do relatório de gestão, as restrições a seguir, pelos motivos justificados abaixo:

**UG: 530013**

Restrições:

- a) 656 – Convênios a comprovar com data expirada;
- b) 657 – Convênios a aprovar com data expirada;
- c) 659 – Convênios a liberar expirados;
- d) 677 – Falta/atraso retenção/recolhimento obrigações e tributos;

**Justificativa:** A permanência das restrições contábeis referentes a Convênios deu-se pela falta de recursos humanos suficientes, no setor de prestação de contas, para análise do volume de processos de convênios existentes. Com relação à permanência da restrição 677, deu-se pelo não atendimento às mensagens e orientações emitidas pela Setorial Contábil do Órgão.

**Demonstrações contábeis e Notas Explicativas da Unidade confrontando realizações de 2016 com 2017.**

**Balço Orçamentário – considerações sobre o demonstrativo:** demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As Receitas Realizadas na Unidade no montante de R\$ 923.560.808,74, correspondem ao total de sub-repasses recebidos da Setorial Orçamentária do Órgão, as quais foram empenhadas em sua totalidade. Despesas empenhadas liquidadas e pagas realizadas no percentual de 77% das receitas recebidas. Observado o percentual de 1,5% para os restos a pagar processados e 21,5% de restos a pagar não processados. Observado também que 99% do orçamento recebido foram utilizados para Despesas de Capital, investimentos. Relevância apontada na liquidação de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, no

montante de R\$ 664.751.757,2 , valor correspondente a 72%, do orçamento recebido no exercício pela referida Unidade.

**Balanco Patrimonial – considerações sobre o demonstrativo:** Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da Unidade. Na UPC houve redução de 100% ocorrida no Ativo Circulante, em 2017, no valor de R\$ 6.078.031.539,56, encontrada na conta *Demais Créditos e Valores a Curto Prazo*. Ocorrência justificada pela mudança de critério contábil para os registros de Adiantamentos de transferências voluntárias. Primeiro procedimento orientado pelo Tribunal de Contas ocasionou a transferência dos valores registrados na conta de *Demais Créditos e Valores a Curto Prazo* para a conta *Adiantamento de Transferências Voluntárias no Longo Prazo*, e, posteriormente, baixado os valores registrados no Longo prazo, para atendimento ao Acórdão 1320/2017-TCU, o qual determinou a baixa da conta de adiantamentos de transferências voluntárias e de créditos a receber decorrente de Tomada de Contas Especial, os quais passaram a ser registrados após julgamento das TCE's pelo TCU, com imputação de débito/ressarcimento ao erário. Essa situação impactou as contas de *Resultado do Exercício e Ajustes de Exercícios Anteriores*, observados no PL da UPC. A citada baixa impactou o Ativo Realizável a Longo Prazo e na mesma proporção o Patrimônio Líquido da Unidade, identificada na conta de *Ajustes de Exercícios Anteriores*.

Quanto a redução significativa apresentada no Passivo Circulante, na conta de Fornecedores e Contas a pagar a Curto Prazo, se deu em virtude da liquidação de despesas em dezembro de 2016, no montante de R\$ 39.649.629,21, cujos pagamentos foram realizados em 2017, para as seguintes empresas e percentuais: 6,5% - Magna Engenharia Ltda; 11,5% JPW Engenharia Elétrica Ltda; 37% Construtora Queiroz Galvão S.A; e, 45% Serveng Silvilsan S. A. Empresas Associadas de Engenharia.

**Balanco Financeiro** - considerações sobre o demonstrativo: evidencia as receitas e despesas orçamentárias e os ingressos e dispêndios extra-orçamentários, com transporte de saldos para o exercício seguinte. Evidenciado nos *Ingressos* da Unidade que houve redução de valores em 2017, comparando com o exercício anterior. Percentual de 24% de redução nas *Receitas Orçamentárias/Transferência Financeiras Recebidas*. Impacto observado nas seguintes contas: *Sub-repasses recebidos* e *Transferências Recebidas para Pagamento de RP*. Redução também observada de 177% nos Ingressos de recebimentos extra-orçamentários, com destaque para as contas *Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar* e *Outros recebimentos extra-orçamentário*.

Do lado dos *Dispêndios* não identificamos sazonalidades relevantes entre os dois exercícios financeiros. As Despesas Extra-orçamentárias/*Pagamento dos Restos a Pagar* superaram as Despesas Orçamentárias/*Transferências Financeiras Concedidas* em 35%, demonstrando que a Unidade realizou execução de Restos a Pagar superior às despesas de corrente exercício.

Embora a UPC tenha recebido menos recursos este ano, a Conta *Caixa e Equivalente de Caixa* apresentou resultado superavitário, tendo em vista saldo representativo de transporte do exercício anterior, o que resultou em saldo positivo no montante de R\$ 1.418.377,16 a transportar para o exercício seguinte.

**Demonstrações das Variações Patrimoniais - considerações sobre o demonstrativo:** Evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. Na UPC, fazendo comparação entre os exercícios financeiros de 2016 e 2017, não houve sazonalidade relevante, entre os dois exercícios, observada nas *Variações Patrimoniais Aumentativas*. Nas *Variações Patrimoniais Diminutivas*, da Unidade, verificado maior realização no exercício de 2017 identificada na conta de *Transferências e Delegações Concedidas*. Resultado do período superavitário no montante de R\$ 1.190.507.672,77.

Destaque para as contas de VPA:

- ✓ **Remuneração do Depósito Bancários e Aplicações Financeiras** – O valor de R\$ 4.781.220,50 foi originado dos registros das devoluções de rendimentos de aplicações financeiras realizadas pelas transferências voluntárias;
- ✓ **Transferências e Delegações Recebidas/Transferências Intragovernamentais** – O montante de R\$ 1.634.788.165,30 se refere ao registro dos sub-repasses recebidos da Setorial Orçamentária do Órgão para execução da atividade fim da Unidade, representando 97% das *Variações Patrimoniais Aumentativas*;
- ✓ **Ganhos com a Desincorporação de Passivos** – Nessa conta foi observado que houve redução de 98% em 2017, comparando com o exercício de 2016. Saldo da conta no montante de R\$ 6.239.151,51, bem inferior ao executado no exercício anterior. As ocorrências de ganhos são em função de cancelamento de empenhos de restos a pagar de convênios, portanto houve menos registros de cancelamento no exercício de referência.

Destaque para as contas de VPD:

- ✓ **Transferências e Delegações Concedidas** – O valor de R\$823.853.516,52, representa 99% das Variações Patrimoniais Diminutivas da Unidade e se refere basicamente às *Transferências Intergovernamentais* realizadas aos Estados e Municípios por meio de Transferências Voluntárias para projetos fins da Unidade, e, também para realização da finalidade da UPC com o projeto PISF. Observado que as Transferências Intragovernamentais foram em virtude dos repasses concedidos para o corrente exercício e transferências concedidas para pagamento de restos a pagar, em sua grande maioria para os seguintes Órgãos: CODEVASF/113802, DNOCS/195007, CNPq/364102 e UNIVASF/154421. Os recursos foram destinados para ações do PISF, tais como: ações de pré-operação do PISF, segurança e manutenção das obras civis e sistemas eletromecânicos dos eixos Norte e Leste; ações pré-operacionais de segurança manutenção das obras civis e sistemas eletromagnéticos dos eixos Norte e Leste; pagamento de energia elétrica contribuição CTO de vigilância, aluguéis e serviços de escritório; ações de recuperação do reservatório São Gonçalo; recuperação dos Açudes no Sistema do PISF; recuperação e modernização da Barragem Castanhão/CE e Poções/PB; elaboração de projetos executivos para pavimentação das vias de acesso à estação de bombeamento EBI-1,2 e 3 do eixo norte; implantação do programa de conservação da Fauna e Flora do Vale São Francisco; programa de prospecção resgate e acompanhamento arqueológico e educação Patrimonial na área de implantação do PISF e Ramal do Agreste.
- ✓ **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos** – O montante de R\$ 7.181.024,76 deu-se em virtude das baixas realizadas em consonância com os Acórdãos emitidos pelo TCU, em processos de julgamentos das Tomadas de Contas Especiais, dando quitação ao erário. Comparando os dois exercícios, 2016 e 2017, não identificamos sazonalidade relevante de valores.
- ✓ ***Outras Variações Patrimoniais Diminutiva/Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas*** – O valor de R\$ 916.009,10 deu-se pelas baixas realizadas na conta de *Indenizações* registradas em virtude de Acórdãos emitidos pelo Tribunal de Contas da União, dando quitação do débito ao erário. Com a mudança de critério contábil nos registros dos créditos a receber, decorrentes de faltas ou irregularidades, essa conta deixou de ser impactada.

**Demonstrações das Mutações no Patrimônio Líquido - considerações sobre o demonstrativo:** demonstra a evolução/mutações no Patrimônio Líquido da Unidade. A conta de Ajustes de Exercício Anterior teve maior relevância no Resultado do Exercício. Embora o saldo final do exercício de 2017 apresente superavitário, houve na UPC redução significativa no Patrimônio

Líquido, observada na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, no montante de R\$ - 6.421.944.640,90, o que impactou na mesma proporção no Resultado do Exercício. O valor impactante apresentado na DMPL deu-se em virtude da mudança de critério contábil para registros dos direitos relativos aos processos de Tomada de Contas Especiais. Para atendimento ao Acórdão TCU 1320/2017, foram baixados os créditos de adiantamentos, os quais passaram a ser registrados após julgamento das contas dos Responsáveis por dano ao Patrimônio pelo TCU. Apesar da citada baixa significativa no PL, a Unidade apresentou saldo superavitário no montante de R\$ 1.190.507.672,77.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa - considerações sobre o demonstrativo** - permite avaliar como uma entidade pública obteve recursos para financiar suas atividades, a forma de utilização desses recursos para avaliação da capacidade de gerar caixa e equivalente de caixa e suas necessidades de liquidez. Observado na movimentação da Conta *caixa e Equivalente de Caixa* que 99,9% dos *Ingressos* da UPC foram provenientes de *Transferências Financeiras Recebidas* da Setorial Orçamentária e Financeira do Órgão. Dentro dos *Desembolsos* realizados na UPC, destaque para o percentual de 74% referente às despesas com *Transferências Concedidas a Estados e Municípios* e 25 % de realização de Outros Desembolsos das operações de *Transferências Financeiras Concedidas*.

Os *fluxos de caixa das atividades de investimento* apresentaram saldo deficitário, nos dois exercícios, 2016 e 2017, tendo em vista que a UPC não realizou ingressos de *Investimentos* (alienação de bens, amortização de empréstimos e financiamentos concedidos, e, outros ingressos de investimentos) e efetuou desembolsos de investimentos (aquisição de ativo permanente e outros desembolsos de investimentos) o que ocasionou resultado deficitário na *Geração Líquida de Caixa e equivalentes de caixa*, no montante de R\$ 114.295,04. No entanto o saldo de *Caixa e Equivalente de Caixa* foi apurado superavitário nos citados exercícios financeiros, permanecendo em 2017 com o montante de R\$ 1.418.377,16.

O Fluxo de Caixa Líquido das *Atividades Operacionais* apresentou saldo superavitário de R\$ 694.976.592,53, indicando que os ingressos foram suficientes para arcar com os desembolsos no exercício.

## 9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ORGÃOS DE CONTROLE

### **9.1 Tratamento de Determinações e Recomendações do**

No transcorrer do exercício de 2017 a SIH recebeu do Tribunal de Contas da União 18 (dezoito) acórdãos estabelecendo recomendações e determinações cuja grande maioria foi respondida, 8 (oito) ainda estão em curso.

Com a montagem da Assessoria Técnica da SIH e com a nova ferramenta SEI, os processos relacionados aos órgãos de controle passaram a ser acompanhados de maneira otimizada. O SEI possui funcionalidades como o “Retorno Programado”, em que um setor ou unidade pode definir o prazo de resposta a outras unidades, e o “Acompanhamento Especial”, na qual processos oriundos de um mesmo órgão externo podem ser agrupados em listas de acompanhamento que permitem a visualização de sua tramitação no Ministério, independentemente da unidade em que se encontram.

Com as mudanças empreendidas no âmbito do MI e na estrutura da SIH, espera-se o gradativo aprimoramento no uso da ferramenta para a redução do prazo de atendimento com efetivas respostas aos órgãos de controle. Assim se alcançará a tempestividade na prestação de informações sobre o cumprimento de determinações e recomendações nos exercícios futuros.

**Quadro 19 – 9.1 Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Cumprimento**

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 008.226/2017-2	Acórdão nº 2060/2017		Ofício nº 0428/2017	06/10/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério da Integração Nacional e na Secretaria de Estado da Infraestrutura de Alagoas				
Descrição da determinação/recomendação				
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria realizada no Ministério da Integração Nacional e na Secretaria de Estado da Infraestrutura de Alagoas, no período de 17 a 28/4/2017, com o objetivo de fiscalizar as obras de construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 004.551/2012-5	Acórdão nº 2345/2017	9.5.1	Ofício nº 0476/2017	03/11/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério da Integração Nacional e no Ministério da Defesa/Comando do Exército				
Descrição da determinação/recomendação				
Determinar ao Ministério da Integração Nacional que: 9.5.1. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 60 dias, a conclusão a que chegaram os processos investigativos constituídos para analisar as controvérsias entre as medições realizadas pelas supervisoras e as empresas construtoras do Eixo Leste do Pisf.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 000.252/2012-3	Acórdão nº 8701/2017		Aviso nº 135 – Seses-TCU	23/10/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério da Integração Nacional				

Descrição da determinação/recomendação
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, em desfavor do Sr. Ataídes Canal, ex-prefeito do Município de Pedro Canário/ES, em razão da não aprovação da prestação de contas do Convênio 895/1999-MI (Siafi 404391), firmado em 31/12/1999, no valor de R\$ 68.220,00, tendo em vista que a construção das sete barragens de pequeno porte ocorreu em propriedades particulares, sem os respectivos documentos de cessão pública das áreas
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 022.745/2009-0	Acórdão nº 1417/2017		Aviso nº 510 – Seses-TCU	22/08/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da determinação/recomendação				
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de pedido de reexame interposto pelo Consórcio Logos-Concremat 2 contra o Acórdão Í.817/2016-Pfenário, por meio do qual foram apreciados embargos de declaração opostos pelo Ministério da Integração Nacional em face do Acórdão 2.884/2014-Plenário.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 015.563/2013-8	Acórdão nº 2800/2016	9.4, 9.4.2, 9.4.3 e 9.6	Ofício nº 1098/2017	27/11/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Ministério da Integração Nacional e Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins.				
Descrição da determinação/recomendação				
Determino, preliminarmente, a remessa dos autos à Secex-TO para dar ciência aos órgãos/entidades cientificados do acórdão recorrido acerca do efeito suspensivo concedido em face do presente recurso.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 022.745/2009-0	2197/2017-TCU Plenário	9.1 e 9.2	Ofício 1011/2017-TCU/SecexPrevidência	14/11/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional e Consórcio Logos-Concremat 2 - (CNPJ 11.431.658/0001-74)				
Descrição da determinação/recomendação				
9.1. conhecer dos embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los; 9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-035.288/2015-9	9587/2017-TCU 2ª Câmara	9.5	Aviso nº 1245 - GP/TCU	29/11/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional e Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex/PE)				
Descrição da determinação/recomendação				
9.5. com base no art. 43 da Resolução/TCU 259/2014, determinar a formação de processo apartado de natureza de representação, composto dos documentos mencionados no voto revisor, para apuração dos indícios de “sobrepreço dos tubos adquiridos para a construção da Adutora dos Rios Bacas/Bálsamo e do item ‘colchão de areia’, além de outros que a unidade técnica entender pertinente”, bem como identificação de novos responsáveis pelas irregularidades porventura confirmadas e, se for o caso, posterior conversão em tomada de contas especial;”				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 010.232/2017-6	2554/2017	9.5	Aviso nº 1022-Secex-TCU-Plenário	29/11/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional e Governo do Estado do Ceará - Cinturão das Águas do Ceará (obras e supervisão)				

Descrição da determinação/recomendação
<p>" 9.1. determinar, nos termos do art. 43, I, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 250, II, do RITCU, que a Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (SRH/CE) adote as seguintes providências:</p> <p>9.1.1. promova a apuração do vabr e implemente a manutenção do desconto atribuído ao vabr original dos contratos a partir da celebração do 4º Termo Aditivo ao Contrato 7/SRH/CE/2013 (Lote 2) e do 2º Termo Aditivo ao Contrato 8/SRH/CE/2013 (Lote 3), no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação, em cumprimento ao art. 14 do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, promovendo, entre outras medidas, a celebração de novo termo aditivo e a glosa dos valores pagos a maior, sob pena de responsabilização solidária dos gestores públicos, caso constatado o descumprimento do aludido normativo, devendo a SRH/CE encaminhar toda a documentação comprobatória sobre o cumprimento dessa providência ao TCU, no prazo de 40 (quarenta) dias contados da ciência desta deliberação;</p> <p>9.1.2. exija, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a atualização da apólice de seguro do Contrato 18/SRH/CE/2013 (Lote 5) peb Consórcio Ferreira Guedes-Toniolo, Busnelo, de modo a garantir a manutenção do valor atualizado do aludido contrato, após o 5º Termo Aditivo, em respeito ao art. 56, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, devendo a SRH/CE encaminhar toda a documentação comprobatória sobre o cumprimento dessa providência ao TCU, no prazo de 40 (quarenta) dias contados da ciência desta deliberação;</p> <p>9.1.3. atente para a necessidade de observância dos limites fixados pelos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, devendo observar, também, que, ainda que seja possível a eventual compensação entre os acréscimos e as supressões nos termos do Acórdão 1.536/2016-TCU-Plenário, as deficiências ou as omissões nos projetos básico ou executivo, por si, não se configurariam como condição excepcional ou superveniente capaz de permitir o enquadramento do correspondente termo aditivo no precedente gerado pela Decisão 215/1999-TCU-Plenário;</p> <p>9.1.4. promova a prévia análise sobre a vantagem da prorrogação em cotejo com a possibilidade de nova contratação, por ocasião dos estudos para a prorrogação dos contratos de supervisão de obras com a eventual extrapolação dos limites fixados pelos §§ 1º e 2º do art 65 da Lei nº 8.666, de 1993, observando, para tanto, a jurisprudência do TCU (v. g.: Decisão 90/2001, da 1ª Câmara, e Acórdão 1.317/2006, do Plenário, entre outros);</p> <p>9.1.5. atente para a necessidade de observar a ordem cronológica das datas de exigibilidades dos pagamentos efetuados, regularizando a situação dos pagamentos relativos aos Lotes 3 e 4, caso necessário, em respeito ao art 5º da Lei nº 8.666, de 1993, e ao art. 37 da Constituição de 1988".</p>
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

## 9.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

O Ministério da Integração Nacional - SIH recebeu 102 recomendações do órgão de controle interno no exercício de 2017, tendo atendido 29 e permanecendo 73 em monitoramento,. Na estrutura da SIH a CGAIN, após treinamento, será responsável pelo acompanhamento das recomendações utilizando como ferramenta o Sistema MonitorWeb (CGU).

### 9.3 Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Dano ao Erário

#### Quadro 20 – 9.2 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**  
**SECRETARIA-EXECUTIVA**  
**DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS**  
**COORDENAÇÃO DE ATENDIMENTO DE DILIGÊNCIAS E TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**  
**DIVISÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

#### Quadro – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL	Casos de dano objeto de medidas administrativas internas*	Tomadas de Contas Especiais									TOTAL
		Não instauradas			Instauradas						
		Dispensadas		Outros Casos**	Não remetidas ao TCU					Remetidas ao TCU	
		Débito < R\$100.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			TCE instaurada, mas em análise entre a CCONT/MI e CGU	Não enviadas > 180 dias do exercício instauração		
Recebimento Débito	Não comprovação				Débito < R\$100.000						
530012	645	2	1	0	0	0	0	24	0	1	28
530013	310	5	5	0	0	0	0	13	0	0	23
530023	175	3	5	0	0	0	0	4	0	0	12

\* Total apurado com base na quantidade de notificações expedidas, cujo teor era ressarcimento ao Erário e/ou apresentação de prestação de contas.

\*\* apresentaram a prestação de contas.

### 9.4 Demonstração da Conformidade do Cronograma de Pagamentos de Obrigações com o Disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993

Este Ministério não possui um cronograma oficial para o pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços. A ordem observada para realização dos pagamentos é a de chegada do processo na unidade responsável pelo pagamento com todos os seus documentos regulares, estritamente.

Essa metodologia é utilizada face à impossibilidade de se observar o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993, uma vez que, por diversas vezes, as Notas Fiscais/Faturas contêm incorreções e o pagamento fica condicionado a sua retificação e também, por muitas vezes, as empresas deixam de apresentar a documentação necessária para o ateste e o pagamento da despesa. Ademais, há que se considerar os casos em que, apesar de a instrução do processo encontrar-se precisa, não há a liberação de financeiro para realizar o pagamento no momento devido.

Em virtude do exposto, o pagamento é realizado assim que é liberado o recurso financeiro pela STN, obedecendo a ordem de chegada dos processos com sua instrução regular, de tal forma

que a cada mês a ordem se altera, tornando impraticável a elaboração e o acompanhamento de um cronograma.

Não obstante, é possível depreender que, satisfazendo as condições elencadas acima, a data de exigibilidade do pagamento é respeitada.

## **9.5 Informações Sobre a Revisão dos Contratos Vigentes Firmados com Empresas Beneficiadas pela Desoneração de Folha de Pagamento**

No transcorrer de 2015 a SIH foi instada para que procedesse a revisão dos contratos para fins de enquadramento na desoneração da folha de pagamento dos contratos conforme previsto na Lei nº 12.546/2013. A SIH, no entanto, não detinha conhecimento técnico para que se pudesse adotar tal medida. Uma das medidas se deu por meio do Parecer 326/2015/CGOC/DPE/SIH/MI, de 15/12/2015, do Processo 59602.000395/2014-1, que identificou as empresas para as quais foi recomendada instauração imediata de processo administrativo para a apuração da necessidade de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato; propôs o encaminhamento de ofício às empresas que declararam o enquadramento na desoneração da folha de pagamentos - com vistas a coletar informações mais detalhadas e dar direito de ampla defesa e contraditório; e recomendou a consulta às empresas contratadas pelo MI para a execução de obras civis do PISF a respeito do Recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta.

Em 2016 a SIH determinou que os gestores de contrato do DPE participassem de treinamento sobre revisão dos contratos sob os quais recaem a desoneração da folha de pagamento. Analisaram empresas ou consórcios que declararam o enquadramento na desoneração da folha de pagamentos – com vistas a coletar informações mais detalhadas e dar direito de ampla defesa e contraditório; e empresas ou consórcios que foram contratadas pelo regime de empreitada total, as quais não destacam, em suas notas fiscais, os valores retidos para a previdência social - com vistas a verificar suas contribuições efetuadas no período que compreende o benefício da desoneração da folha.

Das respostas das referidas empresas, identificou-se que devem ser abertos procedimentos administrativos específicos para apuração da necessidade de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em face do recolhimento da contribuição previdenciária diferente daquela estabelecida originalmente em contrato.

Com este levantamento realizado, também foram identificados casos específicos como contratos em que foram realizados pagamentos por indenização ou de apuração de serviços

executados em quantidades excedentes e ainda empresas para as quais deve-se realizar uma análise mais detalhada do enquadramento de sua atividade fim no âmbito da contratação pelo MI com o intuito de se verificar a aplicabilidade da desoneração.

Enquanto isso, houve uma inicial preparação, por meio de estudos e treinamentos, de alguns dos servidores do Departamento de Projetos Estratégicos - DPE para um maior entendimento da temática e, na sequência, realizou-se um curso com carga de 8 horas para a capacitação dos gestores dos contratos. Participaram do curso em torno de 18 colaboradores do MI, entre fiscais de campo e gestores de contrato, principalmente.

Em 2017, esta Secretária encaminhou Ofício 252/AECI/MI ao TCU solicitando uma consulta a SELOG sobre a existência de decisão acerca da continuidade dos processos de revisão contratual sobre a desoneração da folha de pagamento, porém ainda não houve resposta.

#### **9.6 Informações sobre Ações de Publicidade e Propaganda**

O item informações sobre ações de publicidade e propaganda não se aplica à SIH, uma vez que a estratégia de Comunicação do Ministério da Integração Nacional é definida e executada pela Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro, de acordo com o art. 11 do Anexo I da Portaria MI nº 270/2014.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 530021 - PROAGUA NACIONAL/SE/MI

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 530021 - PROAGUA NACIONAL/SE/MI

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Investimentos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 530021 - PROAGUA NACIONAL/SE/MI

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	1.572.177,00	7.000.000,00	7.000.000,00	-	-	8.572.177,00
Investimentos	1.572.177,00	7.000.000,00	7.000.000,00	-	-	8.572.177,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	1.572.177,00	7.000.000,00	7.000.000,00	-	-	8.572.177,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	7.309.115,71	-	-	-	7.309.115,71
Investimentos	7.309.115,71	-	-	-	7.309.115,71
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	7.309.115,71	-	-	-	7.309.115,71





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 530016 - PROAGUA/SIH/SE/MI

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	-	<b>47.773.102,41</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	-	<b>47.773.102,41</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	-	-	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	-	-
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	-	<b>47.773.102,41</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	-
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>		<b>47.773.102,41</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	-	-	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>433.334,00</b>	<b>433.334,00</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	433.334,00	433.334,00
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	433.334,00	433.334,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>TOTAL</b>	<b>433.334,00</b>	<b>433.334,00</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	-
<b>Recursos Vinculados</b>	-
<b>TOTAL</b>	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 530021 - PROAGUA NACIONAL/SE/MI

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>0,01</b>	<b>161.001.138,56</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>0,01</b>	<b>161.001.138,56</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>15.881.292,71</b>	<b>15.881.292,71</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>-</b>	<b>161.001.138,55</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>15.881.292,70</b>		<b>SALDO PATRIMONIAL</b>		<b>145.119.845,85</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>54.266.978,86</b>	<b>50.766.979,11</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	54.266.978,86	50.766.979,11
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	54.266.978,86	50.766.979,11
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>TOTAL</b>	<b>54.266.978,86</b>	<b>50.766.979,11</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-15.881.292,70</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>-15.881.292,70</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 21/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - SIH

ÓRGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	12.247.240.623,25C	-	12.247.240.623,25C
Variação Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	6.421.944.640,90D	-	6.421.944.640,90D
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	1.190.507.672,77C	-	1.190.507.672,77C
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	7.015.803.655,12C	-	7.015.803.655,12C



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 530016 - PROAGUA/SIH/SE/MI

ÓRGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	47.773.102,41C	-	47.773.102,41C
Variação Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	47.773.102,41D	-	47.773.102,41D
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 530021 - PROAGUA NACIONAL/SE/MI

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	153.692.022,85C	-	153.692.022,85C
Variação Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	133.001.220,12D	-	133.001.220,12D
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	34.999.918,43D	-	34.999.918,43D
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	14.309.115,70D	-	14.309.115,70D



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SIH
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>2.022.918.164,59</b>	<b>2.416.060.466,91</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>4.781.525,28</b>	<b>2.681.558,53</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	304,78	8.328,00
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	4.781.220,50	2.673.230,53
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>1.973.230.625,33</b>	<b>2.275.818.300,61</b>
Transferências Intragovernamentais	1.972.315.273,78	2.269.872.284,48
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	4.500.000,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	915.351,55	1.446.016,13
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>6.239.151,51</b>	<b>20.882.875,15</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	6.239.151,51	20.882.875,15
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>38.666.862,47</b>	<b>116.677.732,62</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SIH
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
----------------	---

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	38.666.862,47	116.677.732,62
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>832.410.491,82</b>	<b>198.601.418,90</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>451.037,15</b>	<b>1.649.400,00</b>
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	451.037,15	1.649.400,00
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>823.853.516,52</b>	<b>184.346.293,93</b>
Transferências Intragovernamentais	266.196.634,94	133.646.202,20
Transferências Intergovernamentais	557.656.881,58	50.700.091,73
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>7.181.024,76</b>	<b>7.821.187,61</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	7.181.024,76	7.821.187,61



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SIH
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>Tributárias</b>	<b>8.904,29</b>	<b>3.012.663,86</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.904,29	3.012.663,86
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>916.009,10</b>	<b>1.771.873,50</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	916.009,10	1.771.873,50
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>1.190.507.672,77</b>	<b>2.217.459.048,01</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	530016 - PROAGUA/SIH/SE/MI
-----------	----------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	-	<b>14.269.929,18</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	-	<b>14.269.929,18</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	530016 - PROAGUA/SIH/SE/MI
-----------	----------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	14.269.929,18
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	-	-
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	-	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	530016 - PROAGUA/SIH/SE/MI
-----------	----------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	-	<b>14.269.929,18</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	530021 - PROAGUA NACIONAL/SE/MI
-----------	---------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.001.138,79</b>	<b>5.476.551,04</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>1.001.138,79</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.001.138,79	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	-	<b>4.690.818,67</b>
Transferências Intragovernamentais	-	4.690.818,67
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	-	<b>785.732,37</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	785.732,37
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	530021 - PROAGUA NACIONAL/SE/MI
-----------	---------------------------------

ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>36.001.057,22</b>	<b>3.357.468,89</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>36.001.057,22</b>	<b>3.357.468,89</b>
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	36.001.057,22	3.357.468,89
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	530021 - PROAGUA NACIONAL/SE/MI
-----------	---------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-34.999.918,43</b>	<b>2.119.082,15</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SIH
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>694.976.592,53</b>	<b>1.286.838.979,74</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.737.203.466,81</b>	<b>2.286.595.141,17</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>1.737.203.466,81</b>	<b>2.286.595.141,17</b>
Ingressos Extraorçamentários	440.053,44	249.837,09
Transferências Financeiras Recebidas	1.732.849.170,04	2.260.642.284,48
Arrecadação de Outra Unidade	3.914.243,33	25.697.600,23
Demais Recebimentos	-	5.419,37
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.042.226.874,28</b>	<b>-999.756.161,43</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-451.151,53</b>	<b>-1.655.805,25</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-451.151,53	-1.563.608,29
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-92.196,96
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SIH

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-775.139.034,37</b>	<b>-875.114.950,82</b>
Intergovernamentais	-762.494.582,05	-863.152.262,77
A Estados e/ou Distrito Federal	-729.473.624,67	-816.078.493,96
A Municípios	-33.020.957,38	-47.073.768,81
Intragovernamentais	-12.644.452,32	-11.962.688,05
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-266.636.688,38</b>	<b>-122.985.405,36</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-440.053,44	-255.256,46
Transferências Financeiras Concedidas	-266.196.634,94	-122.730.148,90
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-695.090.887,57</b>	<b>-1.287.598.500,24</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-695.090.887,57</b>	<b>-1.287.598.500,24</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-673.693.849,80	-1.268.418.618,10
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-21.397.037,77	-19.179.882,14
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/02/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - SIH

ÓRGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-114.295,04</b>	<b>-759.520,50</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>1.532.672,20</b>	<b>2.292.192,70</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>1.418.377,16</b>	<b>1.532.672,20</b>



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	530016 - PROAGUA/SIH/SE/MI
-----------	----------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	-	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 530016 - PROAGUA/SIH/SE/MI

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	-	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	-	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 530016 - PROAGUA/SIH/SE/MI

ÓRGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 23/02/2018	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	530021 - PROAGUA NACIONAL/SE/MI
-----------	---------------------------------

ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	<b>4.690.818,67</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	-	<b>4.690.818,67</b>
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	4.690.818,67
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	<b>-4.690.818,67</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 530021 - PROAGUA NACIONAL/SE/MI

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	-	<b>-4.690.818,67</b>
Intergovernamentais	-	-4.690.818,67
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-4.690.818,67
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	-	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	-	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 530021 - PROAGUA NACIONAL/SE/MI

ÓRGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	0,01	0,01





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SIH

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>7.180.854.884,04</b>	<b>12.506.218.591,73</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>7.180.854.884,04</b>	<b>12.506.218.591,73</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>1.418.377,16</b>	<b>1.532.672,20</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>1.087.032.183,19</b>	<b>1.723.370.114,26</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>7.179.436.506,88</b>	<b>12.504.685.919,53</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>9.281.166,55</b>	<b>-</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>6.084.541.534,30</b>	<b>10.782.848.477,47</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>500.000,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>4.311.873.199,69</b>	<b>4.956.266.376,38</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	500.000,00	500.000,00	Execução dos Atos Potenciais Passivos	4.311.873.199,69	4.956.266.376,38
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	500.000,00	500.000,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	4.006.906.916,28	4.760.491.536,38
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	304.966.283,41	195.774.840,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>500.000,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>4.311.873.199,69</b>	<b>4.956.266.376,38</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-1.066.781.531,52</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-18.832.274,51</b>
Operação de Crédito	-16.561.244,69
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-2.271.029,82
<b>TOTAL</b>	<b>-1.085.613.806,03</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SIH

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>923.560.808,74</b>	<b>2.397.523.718,94</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>923.560.808,74</b>	<b>2.379.286.598,67</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	-	<b>18.237.120,27</b>
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		18.237.120,27
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>1.732.849.170,04</b>	<b>2.260.642.284,48</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>266.196.634,94</b>	<b>122.730.148,90</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	918.480.557,50	1.328.205.640,23	Resultantes da Execução Orçamentária	143.945.295,31	39.946.424,12
Sub-repasse Recebido	918.480.557,50	1.328.205.640,23	Repasse Concedido	143.945.295,31	39.946.424,12
Independentes da Execução Orçamentária	814.368.612,54	932.436.644,25	Independentes da Execução Orçamentária	122.251.339,63	82.783.724,78
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	812.326.036,90	932.432.621,61	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	106.340.192,26	57.090.438,73
Demais Transferências Recebidas	2.042.575,64		Demais Transferências Concedidas	12.498.240,43	
Movimentação de Saldos Patrimoniais		4.022,64	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.412.906,94	25.693.286,05
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>205.801.772,97</b>	<b>1.159.476.356,08</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>749.007.794,37</b>	<b>900.624.293,22</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	15.929,00	43.535.822,64	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	85.297.168,96	75.629.017,35
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	201.431.547,20	1.089.987.676,75	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	663.270.571,97	824.740.019,41
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	440.053,44	249.837,09	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	440.053,44	255.256,46
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.914.243,33	25.703.019,60	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	3.914.243,33	25.697.600,23			
Demais Recebimentos		5.419,37			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>1.532.672,20</b>	<b>2.292.192,70</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>1.418.377,16</b>	<b>1.532.672,20</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.532.672,20	2.292.192,70	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.418.377,16	1.532.672,20
<b>TOTAL</b>	<b>1.940.183.615,21</b>	<b>3.422.410.833,26</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.940.183.615,21</b>	<b>3.422.410.833,26</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 530016 - PROAGUA/SIH/SE/MI

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	-	-
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	-	-
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	-	-	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	-	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	-	-	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	-	-	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>TOTAL</b>	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 530021 - PROAGUA NACIONAL/SE/MI

ÓRGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	-	<b>7.000.000,00</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	-	<b>7.000.000,00</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	-	<b>4.690.818,67</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	-	4.690.818,67	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	4.690.818,67	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	-	<b>7.000.000,00</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	-	<b>4.690.818,67</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	4.690.818,67
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	7.000.000,00	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,01	0,01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0,01	0,01
<b>TOTAL</b>	<b>0,01</b>	<b>11.690.818,68</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,01</b>	<b>11.690.818,68</b>



TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SIH
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SIH

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DEFICIT</b>	-	-	<b>923.560.808,74</b>	<b>923.560.808,74</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>923.560.808,74</b>	<b>923.560.808,74</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	<b>849.519,86</b>	<b>840.729,92</b>	<b>840.729,92</b>	<b>-849.519,86</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	<b>849.519,86</b>	<b>840.729,92</b>	<b>840.729,92</b>	<b>-849.519,86</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	<b>922.711.288,88</b>	<b>721.288.531,62</b>	<b>721.272.602,62</b>	<b>-922.711.288,88</b>
Investimentos	-	-	<b>922.711.288,88</b>	<b>721.288.531,62</b>	<b>721.272.602,62</b>	<b>-922.711.288,88</b>
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	<b>923.560.808,74</b>	<b>722.129.261,54</b>	<b>722.113.332,54</b>	<b>-923.560.808,74</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SIH

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	<b>923.560.808,74</b>	<b>722.129.261,54</b>	<b>722.113.332,54</b>	<b>-923.560.808,74</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>923.560.808,74</b>	<b>722.129.261,54</b>	<b>722.113.332,54</b>	<b>-923.560.808,74</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.480.313,62</b>	-	<b>295.579,52</b>	<b>295.579,52</b>	-	<b>6.184.734,10</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	<b>6.480.313,62</b>	-	<b>295.579,52</b>	<b>295.579,52</b>	-	<b>6.184.734,10</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>368.290.627,31</b>	<b>1.089.987.676,75</b>	<b>664.456.177,73</b>	<b>662.974.992,45</b>	<b>69.809.814,91</b>	<b>725.493.496,70</b>
Investimentos	<b>368.290.627,31</b>	<b>1.089.987.676,75</b>	<b>664.456.177,73</b>	<b>662.974.992,45</b>	<b>69.809.814,91</b>	<b>725.493.496,70</b>
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>374.770.940,93</b>	<b>1.089.987.676,75</b>	<b>664.751.757,25</b>	<b>663.270.571,97</b>	<b>69.809.814,91</b>	<b>731.678.230,80</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>500.000,00</b>	-	-	-	<b>500.000,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	<b>500.000,00</b>	-	-	-	<b>500.000,00</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>211.671.122,27</b>	<b>46.440.374,31</b>	<b>85.297.168,96</b>	<b>19.407.851,43</b>	<b>153.406.476,19</b>
Investimentos	<b>211.671.122,27</b>	<b>46.440.374,31</b>	<b>85.297.168,96</b>	<b>19.407.851,43</b>	<b>153.406.476,19</b>
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>212.171.122,27</b>	<b>46.440.374,31</b>	<b>85.297.168,96</b>	<b>19.407.851,43</b>	<b>153.906.476,19</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2018 PAGINA 1

SUBTÍTULO 530016 - PROAGUA/SIH/SE/MI

ÓRGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2018 PAGINA 2

SUBTÍTULO 530016 - PROAGUA/SIH/SE/MI

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Interno</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito - Mercado Externo</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Despesas Correntes</b>	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Investimentos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Interna</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>Amortização da Dívida Externa</b>	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/02/2018 PAGINA 3

SUBTÍTULO 530016 - PROAGUA/SIH/SE/MI

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-